CYNTHIA GRANJA PRADA

A FAMÍLIA, O ABRIGO E O FUTURO: ANÁLISE DE RELATOS DE CRIANÇAS QUE VIVEM EM INSTITUIÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Infância e da Adolescência do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora:
Prof.ª Dr.ª Lidia Natalia Dobrianskyj Weber

CURITIBA
2002

CYNTHIA GRANJA PRADA

A FAMÍLIA, O ABRIGO E O FUTURO: ANÁLISE DE RELATOS DE CRIANÇAS QUE VIVEM EM INSTITUIÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Infância e da Adolescência do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora:
Prof.ª Dr.ª Lidia Natalia Dobrianskyj Weber

CURITIBA
2002

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
S ETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PARECER

A Comissão Julgadora da Dissertação apresentada pela Mestranda **Cynthia Granja Prada,** sob o Título " A Família, o Abrigo e o Futuro: Análise de Relatos de Crianças que vivem em Instituições", após argüir a candidata e ouvir suas respostas e esclarecimentos, deliberou APROVADO por unanimidade de votos, com nota 10,0 correspondente ao conceito A

Profª. Dr.ª Lidia Natalia Dobrianskyj Weber - UFPr

Profª. Dr.ª Irene Rizzini - USU

Profª. Dr.ª Paula Inez Cunha Gomide – UFPr

Em face da aprovação, deliberou ainda, a Comissão Julgadora, na forma regimental, opinar pela concessão do título de **Mestre em Psicologia da Infância e da Adolescência** à candidata **Cynthia Granja Prada.**

Curitiba, 12 de junho de 2002.

AGRADECIMENTOS

Às crianças que participaram deste estudo com depoimentos tão sinceros e emocionados que iluminaram todo o percurso.

Aos responsáveis pelos Abrigos, que mantiveram as portas das instituições abertas, que sem a compreensão e o apoio fornecido não teria sido possível a realização desta pesquisa.

Ao Carlos Augusto, pelo carinho, compreensão e incentivo nos momentos mais angustiantes, que somente um marido e grande companheiro pode proporcionar.

À Lidia Natália Dobrianskyj Weber, por orientar cada passo deste trabalho com carinho e disponibilidade permanente.

À Dra. Paula Gomide pelo incentivo em todas as etapas deste trabalho, desde o projeto, passando pela qualificação até a defesa.

À Dra. Irene Rizzini por ter tão prontamente aceito o convite para compor a banca examinadora.

À Helena C. A. Martins, assistente social, amiga e grande incentivadora.

À Rosangela B. Torres, assistente social da Casa Lar, pela disponibilidade afetuosa e constante.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 4

CAPÍTULO I - A FAMÍLIA 6

1. A FAMÍLIA E O ABRIGAMENTO DE SEUS FILHOS 8

CAPÍTULO II – O ABRIGO 15

1. ASPECTOS HISTÓRICOS 15
2. A RODA DOS EXPOSTOS: INÍCIO DO ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS 16
3. O ABRIGO HOJE 18
3.1. MODELOS DE ABRIGO 18
3.2. MODOS DE FUNCIONAMENTO DOS ABRIGOS 22
3.2.1. DISCIPLINA 22
3.2.2. COLETIVIDADE X INDIVIDUALIDADE 28
3.2.3. VISITAS 34
4. O ABRIGO DEPOIS DO ECA – UMA REALIDADE POSSÍVEL 35

CAPÍTULO III – AS EXPECTATIVAS DE FUTURO 38

CAPÍTULO IV – VÍNCULO AFETIVO 40

1. A TEORIA 40
2. VINCULAÇÃO AFETIVA E INSTITUCIONALIZAÇÃO 42

OBJETIVOS DA PESQUISA 48

METODOLOGIA 49

1. PARTICIPANTES 49
2. INSTRUMENTO E MATERIAIS 50
3. PROCEDIMENTO 50

CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES 56

RESULTADOS E DISCUSSÕES 60

CONCLUSÕES 118

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 122

ANEXOS 129

ANEXO 1 - PRANCHA Nº 10 DO CAT (TESTE DE APERCEPÇÃO TEMÁTICA INFANTIL) 130
ANEXO 2 – AUTORIZAÇÃO 131
ANEXO 3 - ENTREVISTAS DE CRIANÇAS PARTICIPANTES DA PESQUISA 132

RESUMO

O tema institucionalização de crianças em situação de risco pessoal ou social está permeado por diversas questões como: a família, o modo de funcionamento dos abrigos, os projetos futuros e a vinculação afetiva; que são imprescindíveis quando o propósito é analisar o contexto institucional. A presente pesquisa teve por objetivo analisar, por meio do discurso de crianças que vivem em abrigos, como estavam organizadas suas famílias no momento do abrigamento, como funcionam os abrigos onde moram, quais são as expectativas de futuro destas crianças e as suas redes de vinculação afetiva. Por fim, buscou-se verificar se há diferença entre o discurso das crianças que vivem em um Abrigo tradicional e o discurso das crianças que vivem em um abrigo organizado no sistema Casa Lar. Os participantes deste estudo foram 30 (trinta) crianças com idade variando entre 8 e 12 anos, sendo que 18 (dezoito) delas estavam sob a guarda de uma instituição do tipo Casa Lar e as outras 12 (doze) viviam em um Abrigo tradicional, que foram entrevistadas individualmente. Os resultados indicaram que a maioria das famílias das crianças entrevistadas era nuclear e apresentavam um padrão de violência entre seus membros nas relações cotidianas, sendo que os principais motivos para o abrigamento das crianças foram a negligência e o abandono. Quanto à diferença entre os dois modelos institucionais foi possível perceber que são diferentes quanto à disciplina (uso freqüente da punição física no Abrigo); as atividades extra-institucionais e a preservação da individualidade da criança. Os dados apontaram a escassez das visitas dos familiares e amigos às crianças entrevistadas ao longo do tempo de abrigamento. As crianças mostraram que têm expectativas e projetos para o futuro, quanto à profissão, família e sonhos. A vinculação afetiva destas crianças estava voltada, em primeiro grau, para os membros da família. Através da análise do modo de funcionamento de dois abrigos pôde-se considerar que o modelo institucional é falido, principalmente por não contemplar as necessidades emocionais das crianças que estão abrigadas. Contudo, a transição do modelo institucional tradicional para o sistema Casa Lar pode ser interessante, visto que seu principal objetivo é reproduzir o modelo familiar promovendo o estabelecimento de vínculos afetivos, o respeito à individualidade, promoção de autonomia, contato constante com a comunidade, enfim, uma estrutura que possa proporcionar um desenvolvimento global adequado para a criança que está abrigada.

ABSTRACT

The subject children institutionalization in personal or social risk is surrounded by several questions as: The family, The work model of the children shelters, the future projects and the affective bonds, essentials when the intention is to analyze the institutional context. The present research had for objective to analyze, by the speech of children who live in shelters how their families, at the moment of the sheltering were organized, how the shelters where they live works, which are those expectations of future and its nets of affective bonds. This research also verified if there was a difference between the speech of the children who live in traditional shelters and the speech of the children who live in a home model shelters (casa lar). The participants of this research had been 30 children between 8 and 12 years old, 18 living in traditional shelters and 12 living in home model shelters (casa lar). They had been interviewed individually, following a script of interview previously elaborated. The results had indicated that the majority of the families of the interviewed children were nuclear and they presented a violence standard among its members in the daily relationships. The results also had indicated that the main reason for the children institutionalization was the negligence and the abandon of the children by their families. The traditional shelters and the home model shelters had revealed different about the disciplines. Another discrepant point between the traditional Shelters and the home model shelters was about the way to treat the individuality and extra-institutional activities. The research data also had pointed the scarcity of the familiar and friends visits to the children interviewed during the institutionalization time. The children had shown that they have expectations and projects for the future, about their profession, family and dreams. The affective bond of the children was focused, in first degree, for the members of their families. Analyzing the work model of the two shelters was possible to consider the institutional model broke, mainly for not considering the emotional necessities of the children who are sheltered. However, the transition of the traditional institutional models for the home models can be interesting, because the home models shelters main objective is to reproduce the familiar model achieving the establishment of affective bonds, the respect to the individuality, autonomy, constant contact with the community and a structure that can provide an global development for the child who is sheltered.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretendeu analisar, através do discurso de crianças que vivem em abrigos, como estavam organizadas suas famílias no momento do abrigamento, como funcionam os abrigos onde moram, quais são as expectativas de futuro destas crianças e as suas redes de vinculação afetiva. Por fim, buscou-se verificar se há diferença entre o discurso das crianças que vivem em um Abrigo tradicional e o das crianças que vivem em um abrigo organizado no sistema Casa Lar.

Primeiramente será necessário explicitar qual o significado do termo abrigo neste estudo. Abrigo é o nome dado a instituições que têm por objetivo acolher e proteger crianças em situação de risco pessoal e/ou social, ou seja, "violados ou ameaçados em seus direitos básicos, seja por ação ou omissão do Estado, pela falta, omissão ou abuso dos pais/responsáveis, ou em razão da própria conduta" (Carvalho, 1993, p.18).

Uma ressalva importante a ser feita nesta pesquisa é sobre o uso dos termos abrigo, abrigamento, instituição e institucionalização. O termo abrigo é relativamente recente, nasce juntamente com o início das discussões e formulações do Estatuto da Criança e do Adolescente (década de 1980). O termo mais comumente utilizado antes deste período era simplesmente "instituição" para crianças abandonadas, carentes, enfim – em situação de risco pessoal ou social. O processo de abrigamento destas crianças era chamado institucionalização.

Neste trabalho foram utilizados os termos abrigo e instituição, bem como abrigamento e institucionalização de forma indiscriminada, ou seja, ora será utilizada uma forma ora outra, já que serão relatadas pesquisas de diversas épocas onde os termos abrigo/abrigamento não era utilizado.

O tema abrigamento ou institucionalização de crianças em situação de risco é muito complexo e, por isso, estudado por diversas áreas do conhecimento como a psicologia, a antropologia, a sociologia, o direito, entre outras. Segundo Trindade (1984), as pesquisas sobre o abrigamento ou institucionalização de crianças cresceram muito desde meados da década de 1970, e continuaram em ascendência até a época em que a autora realizou seu estudo.

Atualmente, tendo por base uma análise retrospectiva, percebeu-se que as pesquisas sobre abrigamento tiveram seu auge próximo à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), mas que, após este período, houve uma

estagnação, sendo que os pesquisadores voltaram-se para os estudos sobre crianças e adolescentes em situação de rua.

Os estudos realizados antes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) (Gonçalves da Silva, 1977; Campos, 1981; Trindade, 1984; Petrocini, 1984; Rizzini, 1985; Altoé e Rizzini, 1985; Altoé, 1990) mostravam uma uniformidade nas críticas, normalmente direcionadas à inflexibilidade no funcionamento da instituição, resultando em disciplina coercitiva e massificação do atendimento às crianças que viviam no abrigo, quase sem contato com o mundo externo, e desta forma, sem nenhuma convivência com um ambiente próximo ao familiar.

Alguns estudos (Carvalho, 1993; Maricondi, 1997) realizados após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) apresentaram algumas mudanças na rotina das instituições, ou seja, o surgimento de novas modalidades de atendimento à criança, como o sistema de casas lares. Por outro lado, outras pesquisas (Weber e Gagno, 1995; Weber e Kossobudzki, 1996; Weber, 2000) denunciavam que o Estatuto da Criança e do Adolescente continuava sem cumprimento, ou seja, ainda estavam em funcionamento instituições do tipo total (Goffman, 1992), baseadas na exclusão de todo contato da criança com a sociedade.

As famílias das crianças que vivem em abrigos também foram tema de análise de diversas pesquisas, que embasaram este estudo, como as de Trindade (1984); Altoé e Rizzini (1985); Altoé (1990); Weber e Kossobudzki (1996); Weber, Moreira, Terra e Messias (1999); Weber (2000); Prada e Ingberman (2001).

As expectativas de futuro das crianças abrigadas também foram foco de análise desta pesquisa, bem como de diversas outras como de Trindade (1984) e Weber e Gagno (1995).

Diante disto, a dissertação estruturou-se em quatro capítulos teóricos, sendo que o primeiro capítulo tem como título "A Família", e aborda a conceituação do termo, as causas do abrigamento e as diversas formas de constituição familiar. O segundo capítulo tem o "O Abrigo" como temática, levantando os principais pontos deste processo como: a disciplina, a individualidade das crianças, o contato com a sociedade de um modo geral e as visitas. O terceiro capítulo ressalta "As expectativas de futuro" da criança que vive em abrigos, se há um planejamento e o que ela almeja para o futuro. E finalmente, o quarto capítulo aborda "O Vínculo Afetivo", enfocando as teorias que o embasam e como acontece no ambiente institucional. Os capítulos restantes referem-se respectivamente aos "Objetivos", à "Metodologia", aos "Resultados e Discussão" e às "Conclusões", finalizando a análise do referido estudo.

CAPÍTULO I - A FAMÍLIA

A instituição familiar vem sofrendo mudanças consideráveis ao longo dos tempos. Até o século XVIII eram comuns as famílias extensas, que agregavam todos os parentes e até pessoas sem vínculos consangüíneos na mesma moradia. As casas também eram diferentes, a arquitetura delas facilitava o convívio – cômodos amplos, sem muitas divisórias (Kaloustian, 1994).

A partir da Revolução Industrial, as famílias passaram a migrar para as cidades tornando-se urbanas (Perzold, 1996). Surgiu, então, a família nuclear burguesa onde a figura masculina/paterna assumia o papel de provedor de sustento, a figura feminina/materna era a mantenedora dos cuidados do lar, incluindo o afeto e as crianças, os seres frágeis e submissos. Todos estavam ligados por laços de sangue.

O termo família, entretanto, ainda hoje, traz em si o protótipo da família nuclear burguesa. Segundo Simionato-Tozo e Biasoli-Alves (2001), é impossível, ao mencionar a palavra família, não evocar este modelo de família. Szymanski (1995) adverte que a família nuclear burguesa foi criada historicamente, como já citado anteriormente, e que, portanto, deve-se tomar o cuidado de não assimilá-la como norma, pois, se assim for, todos os valores e crenças deverão ser aceitos como verdadeiros e legítimos.

Analisar a família a partir do modelo nuclear burguês, sem as devidas precauções assinaladas acima, é assumir que todas as outras formas de constituição familiar são desviantes, patológicas e desestruturadas. Esta conotação de desvio carrega uma grande carga de preconceitos insinuando que apenas por não atenderem às especificações da constituição familiar nuclear, estas famílias poderão ser o *locus* de formação de indivíduos com comportamentos desviantes diversos (Simionato-Tozo e Biasoli-Alves, 2001; Szymanski, 1995; Dias, 1995; Mello, 1995).

Rizzini (1997) afirma que no início do século XX, já com o formato de família nuclear burguesa consolidado, eram consideradas "boas famílias" apenas aquelas que se enquadrassem nos preceitos da família nuclear, e principalmente no princípio de que esta família deve prover financeiramente seus membros. As famílias pobres eram relegadas à exclusão, e seus filhos deveriam ser cuidados para tornarem-se adultos promissores, contribuindo positivamente para o progresso da Nação.

Assim, é fundamental deixar claro que o teor de salubridade de uma família não se restringe à sua constituição e sim, à forma como seus membros se relacionam e o grau de autonomia de cada um dentro do grupo familiar (Cerveny, 1994). Contudo,

formações familiares que não estão organizadas a partir do modelo idealizado de família nuclear burguesa continuam sofrendo pressões sociais.

O modelo de família nuclear ainda é a constituição dominante e, portanto, uma referência. No entanto, esta tendência vem mudando e atualmente convive com outras composições como: famílias reconstituídas, famílias adotivas, famílias monoparentais, famílias homoparentais. O padrão patriarcal, com predomínio do homem no papel do provedor, assim como a consangüinidade, não são mais características imprescindíveis na formação de uma família. (Macedo, 1994; Romanelli, 1995). Perzold (1996) afirma que, nos dias de hoje, não é mais possível considerar a família nuclear como única forma de constituição familiar em nossa sociedade, pois existem muitas outras formas de organização familiar e, portanto, diferentes definições de família.

A definição de família apresentada por Kellog Foundation (1996) é abrangente e pode retratar a nova realidade da constituição familiar em nossa sociedade: "família é um grupo de duas ou mais pessoas que dividem a mesma moradia e têm laços de sangue, adoção ou matrimônio" (p.11). Esta definição é coerente com a concepção deste trabalho, e engloba tipos de família, segundo a sua constituição:

1. Famílias nucleares completas: aquelas onde convivem os pais biológicos ou adotivos e seus filhos solteiros.
2. Famílias incompletas ou monoparentais: (a) aquelas onde convivem os filhos solteiros e um dos pais biológicos ou adotivos, o qual deve ser o chefe da família. (b) Podem ser também aquelas onde convivem apenas os irmãos, filhos dos mesmos pais, sendo que um dos irmãos assume o papel do pai.
3. Famílias extensas: convivem pessoas de três gerações (avós, pais, filhos e netos) ou com relações de parentesco tais como: tios, primos, sobrinhos, cunhado etc.
4. Famílias reconstituídas: convivem a mãe ou pai, separados ou divorciados, com os filhos de uma ou mais uniões anteriores e seu novo companheiro ou companheira.
5. Famílias mistas: convivem um pai e uma mãe com filhos de uniões anteriores e os filhos em comum.
6. Famílias com pai visitante: é uma variante das famílias incompletas, mas não são, visto que o pai cumpre com as funções de pai e esposo e tem os privilégios e as atribuições de chefe de família, mas não convive na mesma casa em que a família vive.

Enfim, definições de família devem ser encaradas apenas de modo operacional, e não como modelo único. Mello (1995) adverte que não existe uma universalidade no conceito de família, ou seja, para analisar a constituição e a dinâmica de

funcionamento de cada família deve-se levar em conta em que contexto ela está inserida e quais as condições ambientais que a cercam.

1. A FAMÍLIA E O ABRIGAMENTO DE SEUS FILHOS

Os estudos sobre família que embasam este trabalho (Kaloustian, 1994; Macedo, 1994; Szymanski, 1995; Dias, 1995; Mello, 1995; Romanelli, 1995; Perzold, 1996; Rizzini, 1997; Simionato-Tozo e Biasoli-Alves, 2001) mostraram o nascimento da família nuclear e o quanto este modelo se tornou um padrão de análise da família. Estes autores defendem o pressuposto de que o simples fato de uma família estar organizada de outra forma, diferente da nuclear, não significa que esta seja desestruturada.

Outros estudos, por outro lado, demonstraram que o número de casos de violência intrafamiliar cresceu bastante e continua em ascensão, revelando que existem sim, casos de desestruturação familiar (AMENCAR, 1999; De Antoni e Koller, 2000). Entretanto, é fundamental o entendimento de que a desestruturação familiar não tem nenhuma relação direta com o tipo de constituição familiar, ou seja, o simples fato de uma família ter apenas a mãe como responsável e não o casal não quer dizer que esta família seja desestruturada. A desestruturação familiar envolve algum padrão desviante, ou seja, casos de violência intrafamiliar, caso de alcoolismo severo em um dos membros gerando conflitos emocionais, casos de negligência dos pais com os filhos, entre outros.

Estes casos de violência intrafamiliar ou doméstica quando chegam ao conhecimento público, geralmente pelo fato de as crianças estarem pelas ruas em condições precárias, ou por denúncias, são encaminhados aos órgãos competentes como SOS Criança, Vara da Infância e Adolescência e Conselhos Tutelares. Caso seja confirmada a violência, esta criança geralmente é retirada de sua família e encaminhada a um abrigo para proteção de crianças em situação de risco.

As causas mais freqüentes de abrigamento de crianças são as decorrentes de algum tipo de violência doméstica, a qual pode ser definida como: "a violência que pode se dar por ação ou omissão, mas sempre é capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, criança ou adolescente. O agressor é sempre mais velho que a criança ou o adolescente e compartilha a mesma moradia destes" (Cardoso de Mello, 1999, p. 28).

As estatísticas sobre causas de abrigamento de crianças apontam o abandono e a negligência como os principais determinantes. Prada e Ingberman (2001) demonstraram que, entre os casos de abrigamento, atendidos pelo SOS Criança de Curitiba em 2000, 43% foram devido ao abandono, 40% devido à negligência, 13% devido à agressão física

e 4% devido à agressão sexual. Renner (2001) também afirmou que o abandono é o maior vilão, chegando a 42% dos casos de uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul.

Quanto à forma desta violência classifica-se como: maltrato físico, negligência, abandono, abuso emocional e abuso sexual (Roig e Ochotorena, 1993). Para fins de operacionalização de cada um destes conceitos é de suma importância a definição das formas de violência doméstica.

- Maltrato físico: "qualquer ato intencional produzido pelos responsáveis pelo cuidado da criança, que implique ou não lesões físicas (produzidas com ou sem instrumento)" (Roig e Ochotorena, 1993, p. 26). "Qualquer ação única ou repetida, não acidental perpetrada por agente agressor adulto ou mais velho que provoque dano físico à criança ou ao adolescente. Este dano causado pelo ato abusivo pode variar de lesão leve a conseqüências extremas como a morte" (Assis, 1994, p.17).
- Negligência: "omissão em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se no comportamento dos pais ou responsáveis quando falham em alimentar e vestir adequadamente seus filhos, educar, medicar e evitar acidentes, desde que não esbarrem em escassez de recursos financeiros. A negligência pode ser severa ou moderada. Nas residências onde os pais negligenciam severamente seus filhos observa-se, de modo geral, que os alimentos nunca são providenciados, não há rotina na habitação e nem roupas limpas, o ambiente físico é muito sujo com lixo por toda parte. As crianças são deixadas a sós por diversos dias" (Azevedo e Guerra, 1997, p.20-21).
- Abandono: "grau máximo de negligência" (Roig e Ochotorena, 1993, p. 27), finalizando com o distanciamento físico total da família, a criança é deixada fora ou dentro de casa sem o retorno dos pais ou responsáveis.
- Abuso emocional: "qualquer ato que rebaixe a auto-estima da criança ou bloqueie as iniciativas infantis de interação por parte dos membros adultos do grupo familiar. Apresenta-se na forma de condutas ativas – rechaçar, ignorar, aterrorizar ou isolar; ou mesmo na forma de condutas de omissão – privação de afeto ou segurança, indiferença" (Roig e Ochotorena, 1993, p. 27).
- Abuso sexual: "situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação, exploração sexual, "voyeurismo", pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração ou

violência. No caso de ser violência doméstica, o agressor compartilha a mesma moradia que a vítima"(Abrapia, 1997, p.11). Ou ainda "a participação da criança em atividades sexuais que não pode compreender, para as quais não está preparado, as quais não pode outorgar seu consentimento e que violam as leis e os regimes sociais" (Roig e Ochotorena, 1993, p. 27).

Não é possível analisar as causas de abrigamento de uma criança, sem analisar o âmbito socioeconômico e emocional da família onde está inserida esta criança, ou mesmo das políticas de atenção a estas famílias.

Um foco de análise fundamental é o contexto social no qual a família, que tem seus filhos abrigados, está inserida, considerando a extrema pobreza dos pais ou responsáveis, problemas habitacionais, de alimentação, desemprego, conflitos emocionais, alcoolismo (Fonseca, 1995; Maricondi, 1997; Weber e Kossobudzki, 1996). Ou seja, a constituição familiar por si só não é determinante de violência intrafamiliar.

Carvalho (1993) reafirma o cenário das causas da desestruturação familiar, ao dizer que a população infanto-juvenil atendida nos programas de proteção social advém de famílias que, na busca de sobrevivência, criam estratégias iniciadas muitas vezes em atividades consideradas marginais (trabalho informal, mendicância etc.). Tais situações configuram um quadro dramático de pobreza, desagregação social e desrespeito aos direitos sociais derivados da má distribuição de renda e das políticas sociais ineficazes. Autores espanhóis (Polaino-Lorente e Las Heras, 1996) encontraram as mesmas características das famílias brasileiras que tiveram seus filhos abrigados – muitos casos de alcoolismo, dificuldades financeiras, desemprego, conflitos emocionais, entre outros.

Muitos autores (Rizzini, 1985; Carvalho, 1993; Fonseca, 1995; Maricondi, 1997; Weber e Kossobudzki, 1996; Weber, 1999A; Ebrahim, 1999) enfatizam a condição de pobreza e suas implicações como as causas mais explícitas de abrigamento de crianças. No entanto, é importante salientar que outros indicadores devem ser considerados, visto que, famílias com condições socioeconômicas favoráveis também maltratam seus filhos (Roig e Ochotorena, 1993), mas a situação nem sempre chega ao abrigamento, por viverem em um ambiente privado e mais protegido.

A condição de pobreza em si também não deve ser considerada como causa de abrigamento de crianças e sim, como um dado preocupante que pode vir acompanhado de outros agravantes como desemprego, condições precárias de moradia, alimentação e higiene. Este cenário precário permeia o cotidiano de muitas famílias, e a soma de vários destes fatores pode levar a situações limites como negligência, maus-tratos de crianças e até mesmo o abandono dos filhos pelos pais.

Weber e Kossobudzki (1996) analisaram em uma pesquisa realizada no Paraná, que apenas 13,5% dos casos da amostra eram de pais que viviam juntos por ocasião do abrigamento, mas mesmo estes viviam em condições econômicas precárias. Sendo que a maioria das famílias era monoparental, constituída pela mãe e seus filhos. Mais uma vez é fundamental salientar que a monoparentalidade familiar, por si só, não é desencadeante de violência contra os filhos e sim, um conjunto de fatores socioeconômicos que atingem mais diretamente famílias nestas condições, com apenas um provedor. Entretanto, esta forma de organização familiar deve ser observada, visto que vários estudos apontam que os casos mais freqüentes de violência contra os filhos advêm de famílias monoparentais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), o número de domicílios brasileiros chefiados por mulheres é de 46,4% na região Sudeste e 28,5% na região Nordeste. Outro dado importante mostrado pelo IBGE (2000) é que 28% dos domicílios em todo o país são chefiados por mulheres com idade entre 15 e 19 anos e 17% por mulheres com idade entre 20 e 29 anos. O IBGE (2000) constatou ainda que 94% das mulheres, que sustentam suas famílias, acumulavam o trabalho doméstico com o trabalho remunerado.

A sobrecarga de trabalho doméstico, como cuidar dos filhos, somada ao trabalho remunerado é um importante desencadeante de stress, o que pode gerar violência contra os filhos, ou negligência, e até mesmo abandono pelo sentimento de impossibilidade de prover cuidados adequados.

Em uma pesquisa realizada na cidade de Curitiba, sobre as características das famílias que tiveram seus filhos abrigados no ano de 2000, Prada e Ingberman (2001) constataram que 44% destas famílias só tinham a mãe como mantenedora. Outros estudos encontraram resultados semelhantes como Rizzini (1985) que realizou um estudo no Rio de Janeiro e constatou que 44% das famílias eram monoparentais chefiadas pela mãe. Weber, Terra, Moreira e Messias (1999) também constataram em uma pesquisa que a maioria das famílias que tiveram seus filhos abrigados eram chefiadas pela mãe – em 45% dos casos eram mães solteiras e 21% mães separadas.

As dificuldades de gerenciamento de uma família onde existem dois adultos (ou mais) e crianças vivendo em condições socioeconômicas precárias são muitas. Esta mesma realidade com apenas um provedor (o pai ou a mãe) tem suas dificuldades extremamente potencializadas, sendo que muitas vezes fica totalmente inviabilizada a manutenção dos filhos junto de si (pai ou mãe). Neste caso, freqüentemente, o abrigo é a saída encontrada pela família para que seus filhos tenham alimentação e cuidados que em casa são impossíveis de ter.

Trindade (1984) levantou o depoimento de mães sobre os motivos que as levaram a deixar seus filhos na instituição e constatou que as histórias de abandono pelos maridos, normalmente alcoólatras, a dificuldade de conseguir emprego por terem filhos pequenos e o temor do possível envolvimento dos filhos com drogas ou qualquer ato ilícito, são comuns a todas as mães que abrigaram seus filhos por iniciativa própria. Elas geralmente se referem à instituição como o "colégio", onde o filho vai ficar por algum tempo, aprender coisas e se livrar do risco de entrar para a marginalidade (Rizzini, 1985; Altoé, 1990; Weber e Gagno, 1995B; Weber e Kossobudzki, 1996; Weber, 1998).

Rizzini (1985) analisa a complexa rede de fatores sociais que permeia o cotidiano das famílias de muitas crianças que vivem em abrigos, principalmente a dificuldade que uma família tem para manter seu filho em condições saudáveis de alimentação e lazer nos períodos em que não tem a escola como recurso. Rizzini (1985) aponta que:

> A experiência de trabalho com indivíduos que abandonaram seus filhos indica que se encontra em jogo uma gama de fatores e que estes são predominantemente de ordem social (...), porém o que se verifica é que, na maioria das pessoas, os filhos representam um fardo e mais uma boca para dividir a miséria (...) Pela falta de condições da família pobre garantir o seu sustento e pela falta de alternativas no que se refere aos cuidados prestados à criança, o internato acaba sendo utilizado como se fosse uma creche, ou seja, a criança é admitida em um internato para que sua mãe possa trabalhar (p.29).

O fato de a instituição servir como creche para as crianças traz outro dado que merece ser analisado: a idade das crianças no momento do abrigamento. Segundo Weber e Kossobudzki (1996), a idade mais comum das crianças no momento do abrigamento está em torno de sete anos, o que coincide com a idade de ingresso no ciclo básico de ensino e com a faixa de idade limite para freqüentar a creche, ou seja, a criança não poderá mais freqüentar a escola em tempo integral como quando estava na creche, ficando desta forma ociosa no período em que não está na escola.

Weber e Kossobudzki (1996) analisam a dificuldade dos responsáveis de gerenciar a educação dos filhos no período em que não estão na escola atrelado às condições financeiras da família, sendo que as autoras constataram que a maior parte das famílias consegue criar seus filhos, mesmo "sem condição financeira", até aproximadamente a idade limite para aceitação em creches públicas: seis anos. A dificuldade está em manter estas crianças no período em que não vai à escola somente meio período por dia, sendo que os pais ou responsáveis, geralmente, estão fora de casa para trabalhar ou na busca de uma ocupação para sustentar a família, e as crianças ficam sozinhas em casa ou nas ruas.

Prada e Weber (2001) constataram que 72% das crianças abrigadas em uma instituição, num período de 12 anos, tinham entre 6 e 10 anos no momento do abrigamento. Além de ser uma idade em que a criança não pode mais freqüentar a creche, em tempo integral, e que as escolas públicas só atendem as crianças em meio período, esta idade é também caracterizada por uma busca de autonomia crescente, testagem dos limites apresentados e imposição de sua opinião (Sylva e Lunt, 1994; Bee, 1996). Estes fatores dificultam a relação com os pais que não estão preparados e nem dispõem de conhecimento adequado sobre práticas educativas parentais e sobre desenvolvimento infantil, além da falta de tempo para acompanhar a criança que fica ociosa a maior parte do dia. Tudo isto pode ser agravado pela precária condição socioeconômica da família.

A família que abrigou seus filhos por não poder mantê-los muito provavelmente não terá as condições externas de dificuldades socioeconômicas sanadas prontamente, simplesmente por ter uma instituição para cuidar de seus filhos, desta forma a possibilidade de resgatar seus filhos por uma mudança no seu modo de vida é muito pequena. Assim, delineiam-se dois caminhos: o acompanhamento da criança pela família através de visitas periódicas à instituição, ou o abandono de fato quando não há a prática da visita pela família. Trindade (1984), Altoé (1990) e Weber e Kossobudzki (1996) encontraram com maior freqüência esta segunda realidade, ou seja, o abandono de fato da criança, como denunciado em uma pesquisa de Weber (2000):

> Da condição de "carentes", estas crianças passam a ser abandonadas, pela ausência de uma relação de continuidade com a família e pela sua prolongada permanência nos internatos. Além da exclusão social proporcionada pelo abrigamento da criança, existem evidencias de que não há qualquer tipo de trabalho social sendo realizado com as famílias das crianças. A simples passagem do tempo não parece suficiente para que uma família modifique o seu *modus operandi*. Repertórios comportamentais graves como alcoolismo, violência familiar, negligência, entre outros, não recebem qualquer tipo de assistência do Estado ou da sociedade civil (Weber, 2000, p. 33).

Carvalho (1995) denuncia que a família brasileira vem sendo tratada como uma ilustre desconhecida nas diretrizes e programas propostos pela política social do país, e coloca que um exemplo gritante desta realidade é a nítida preferência por abrigar, em instituições, as crianças abandonadas ou vivendo em situação de risco pessoal ou social, ao invés de promover programas de colocação em famílias substitutas na própria comunidade, mantendo o contato com o ciclo de convivência da criança, ou até mesmo, auxiliar a família que não consegue manter seus filhos junto de si.

O Brasil tem uma das leis de proteção à infância e adolescência mais avançada do mundo, entretanto, é também o retrato do abismo entre legislação e ação. Esta legislação representada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) traz várias menções sobre a importância da família para o desenvolvimento biopsicossocial saudável da criança ou do adolescente. O artigo 19 afirma que "toda a criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta (...)"; o artigo 23 relata que devem ser asseguradas à família as condições necessárias para suprir as carências materiais, promovendo uma vida digna para o sustento e manutenção desta família, e principalmente das crianças e adolescentes. Mesmo diante do ECA, estudos continuam mostrando que a legislação segue sem cumprimento, e a família relegada ao esquecimento.

Enfim, é possível perceber que um dos determinantes para o abrigamento de uma criança é a condição miserável em que se encontra boa parte da população brasileira, fato este que, isolado, não se constitui em causa para abrigar crianças, mas aliado ao descaso do Poder Público e as escassas políticas sociais, que possam garantir uma vida com dignidade para o cidadão brasileiro, as possibilidades das famílias manterem seus filhos junto a si de forma adequada e saudável, ficam cada vez menores. O que se pretendeu aqui não foi estigmatizar a família pobre, mas salientar a realidade em que ela sobrevive e que é captada pelos pesquisadores como Rizzini (1985).

CAPÍTULO II – O ABRIGO

1. ASPECTOS HISTÓRICOS

O abandono de crianças existe desde a Antiguidade. No Império Romano os recém-nascidos só continuavam vivos caso o chefe de família assim o decidisse. Neste período, em Roma, logo após a mulher dar à luz, a criança era colocada no chão, e o pai a levantava se a aceitasse e, caso a enjeitasse, deixava-a no chão, sendo que esta deveria ser abandonada na rua para quem a quisesse recolher. Na Grécia Antiga era comum enjeitar meninas ao nascimento e crianças malformadas, ou ainda filhos de uma filha que "cometeu uma falta" (Ariès e Duby, 1990).

No século XV e XVI crianças por volta de 7 anos de idade, comumente eram mandadas para casas alheias para aprender a desempenhar tarefas domésticas, independente de status socioeconômico. Era igualmente comum nesta época que as mulheres da nobreza mandassem seus filhos bebês para serem amamentados por amas-de-leite, ditas mercenárias, pois faziam disso seu ofício. Segundo Badinter (1985) tratando-se de abandono, ao amamentarem os filhos de outras mulheres, as amas privavam seus próprios filhos do aleitamento, ocorrendo assim um duplo abandono, da criança filha de aristocratas e da segunda, privada da mãe-ama-de-leite.

No século XVII surgiu a prática socialmente aceitável de mandar os filhos para colégios internos. Ariès (1980) coloca que o objetivo dos colégios desta época era o de isolar cada vez mais as crianças num período de formação moral e intelectual, de adestrá-las sob o regimento de forte disciplina, enfim para separá-las da sociedade dos adultos.

Por volta do século XVIII, a prática de mandar filhos para serem amamentados por amas-de-leite se expandiu, sob o discurso de que o ato de amamentar era repugnante e acreditavam fazer mal à saúde e à beleza. No século XIX surge o movimento de valorização ao amor materno, e as crianças passam a viver com sua família, agora menor, apenas a nuclear. Entretanto, crescem os casos de abandono por falta de condições para se cuidar das crianças, devido à necessidade de trabalho dos membros da família e dificuldades financeiras (Badinter, 1985).

O século XX é marcado pelo crescimento incessante dos casos de abandono de crianças, e como conseqüência, o crescimento do número de instituições para abrigar estas crianças.

2. A RODA DOS EXPOSTOS: INÍCIO DO ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS

Na Idade Média surgem as Rodas dos Expostos, a fim de acolher os enjeitados, crianças que eram abandonadas à sorte de todos os perigos. A primeira roda data do século XII, na Itália. No Brasil a primeira Roda dos Expostos foi instalada na Santa Casa de Misericórdia de Salvador em 1726. Desta foram seguidas as do Rio de Janeiro em 1738 e a de Recife em 1789. Ao todo foram criadas treze rodas dos expostos no Brasil (Marcílio, 1997).

O objetivo da Roda dos expostos era o de proteger as crianças dos perigos das ruas, tais como animais, frio, sede e fome. No entanto, outro motivo estava subjacente a este: garantir o anonimato do expositor, que muitas vezes era uma adúltera, ou mesmo filha de famílias tradicionais, que haviam engravidado fora do casamento e precisavam manter a honra (Marcílio, 1997).

As crianças abandonadas nas Rodas dos Expostos eram cuidadas pelas amas-de-leite, as quais eram pagas para isto; em alguns lugares até os três anos de idade e em outros até os sete anos. No entanto, estas crianças precisavam de um local para viver, sendo que nem todas eram acolhidas por famílias que as "adotariam". Surgiram, assim, as primeiras instituições para crianças órfãs e abandonadas, com um objetivo flagrante: "o bom aproveitamento do indivíduo para aumentar a riqueza da nação" (Marcílio, 1997, p. 74).

Pode-se até mesmo ousar dizendo que as amas-de-leite foram as primeiras "instituições para crianças abandonadas". Um forte motivo para a criação de instituições para acolher as "crianças pobres desamparadas" foi a exposição da pobreza nas ruas, "incomodando" a sociedade burguesa. Assim, a pobreza deveria ser guardada longe dos olhos da sociedade, para ser reformada e moldada para servir ao Estado.

Em fins do século XIX, surgem duras críticas por parte dos higienistas (profissionais da saúde envolvidos nos projetos de reforma sanitária) às instituições de crianças abandonadas, principalmente à Roda dos Expostos. Os higienistas mostraram-se horrorizados diante dos altos índices de mortalidade, da proliferação de doenças entre as crianças e também com a "facilidade" que as famílias tinham em abandonar seus filhos (Rizzini, 1997; Marcílio, 1997).

No Brasil também ocorreram duras críticas às instituições asilares (abrigos) feitas pelos higienistas, principalmente por Moncorvo Filho – o maior líder do movimento higienista no Brasil, apontando os altos índices de mortalidade das crianças

abrigadas em decorrência de doenças. Rizzini (1997) cita um trecho de Moncorvo Filho retratando sua indignação com a condição dos asilos da época:

> "O 'asylo', tal qual o concebiam os antigos, era uma casa na qual encafurnavam dezenas de creanças de 7 a 8 anos em diante nem sempre livres de uma promiscuidade prejudicial, educadas no carrancismo de uma instrucção quase exclusivamente religiosa, vivendo sem o menor preceito de hygiene, muitas vezes atrophiadas pela falta de ar e de luz sufficientes, via de regra pessimamente alimentadas, sujeitas, não raro, á qualquer leve falta, a castigos bárbaros dos quaes o mais suave era o supplicio da fôme e da sêde, aberrando, pois, tudo isso dos princípios scientificos e sociaes que devem presidir a manutenção das casas de caridade, recolhimento, patronatos, orphanatos, etc., sendo, conseguintemente os asylos nessas condições instituições condemnaveis" (Moncorvo Filho, 1926, p. 134 apud Rizzini, 1997).

Trindade (1999) ressalta o caráter definitivo ou prolongado que os asilos (abrigos) assumiram, passando a serem vistos como garantia de alimentação de uma criança, não produtiva, e mais tarde da possibilidade de um dote para as moças se casarem, e de profissionalização para os rapazes.

A indignação dos higienistas era dirigida à falta de higiene, de qualidade do sono, da alimentação e do asseio do asilo onde vivem as crianças, não cogitando em nenhum momento a importância das relações afetivas, filosofia esta que permeou o século XX, permanecendo seus resquícios até os dias de hoje, início do século XXI.

Uma análise da situação mostra que o tempo passa, mas as políticas públicas, principalmente em relação às práticas de abrigamento no Brasil rastejam, levando séculos para serem modificadas, e até os dias atuais apresentam sérias dificuldades.

Em 1985, Rizzini apontava que a manutenção de crianças em abrigos, por tempo indeterminado, não era mais utilizada na maioria dos países desenvolvidos, sendo que a prática mais usada era manter a criança em sua própria comunidade, subsidiando a família ou colocando a criança temporariamente em uma família substituta do seu próprio grupo social. Pois bem, embora esta afirmação de Rizzini tenha sido feita na década de 1980, ou seja, 20 anos atrás, o retrato do Brasil pouco mudou. Pode-se dizer que houve apenas pequenas maquiagens desde então.

Em outros países como os Estados Unidos ou países da Europa, a política de proteção à criança parte do auxílio à família, da prática de fornecer subsídios para a manutenção da mesma (Azar e Wolfe, 1998), ou seja, partir da raiz do problema e não diretamente do paliativo que é a criação de abrigos e distanciamento desta família. Mas esta não é a prática usual no Brasil. Assim, se faz necessário analisar a constituição e o funcionamento dos abrigos em nosso país.

3. O ABRIGO HOJE

3.1. MODELOS DE ABRIGO

Abrigo seria um nome genérico para designar instituições que abrigam crianças e adolescentes em situação de risco pessoal, ou em situação de rua. O termo Abrigo é relativamente recente, nasce juntamente com o início das discussões e formulações do Estatuto da Criança e do Adolescente (década de 1980). O termo mais comumente utilizado antes deste período era simplesmente "Instituição" para crianças abandonadas, carentes, enfim – em situação de risco pessoal ou social. O processo de abrigamento destas crianças era chamado institucionalização.

Neste trabalho serão utilizados os termos abrigo e instituição, bem como abrigamento e institucionalização de forma indiscriminada, ou seja, ora será utilizada uma forma ora outra, já que serão relatadas pesquisas de diversas épocas onde o termo abrigo/abrigamento não era utilizado.

Maricondi (1997) aponta que a mudança do termo não foi apenas estética e sim, de uma nova postura de atendimento à criança e ao adolescente, quando coloca que "o Abrigo não é apenas uma nova palavra a denominar um tipo de atendimento: é essencialmente, uma ruptura com as antigas práticas do "internato", um desafio que toda mudança traz consigo" (p. 2).

No entanto, sabemos que existe uma variação das formas de organização das instituições com estes fins, desde as grandes instituições de cunho religioso, criadas no século XIX, até as pequenas que pretendem reproduzir um ambiente familiar, como sugere o ECA.

Uma primeira observação parece ser necessária: a distinção entre abrigo e internato, conceitos que ainda se confundem. A internação se constitui numa medida socioeducativa, que priva a liberdade, dirigida a adolescentes que praticaram atos infracionais. Enquanto o abrigo é uma medida para atender crianças e adolescentes desprotegidos, em situação de risco pessoal ou social, não implicando restrição da liberdade (Carvalho, 1993).

Neste trabalho optou-se por se fazer duas distinções na forma de organização das instituições: uma chamada aqui de Abrigo (do tipo convencional) e outra de Casa Lar.

Convém aqui operacionalizar estes termos para melhor compreensão do restante deste estudo.

Abrigos (do tipo convencional) são instituições para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social onde estas moram e são cuidadas por funcionários, que

exercem a função de monitores ou educadores, e são responsáveis por suprir as necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde, educação, afeto e organização da rotina diária das crianças. Estes monitores ou educadores trabalham em sistema de turno, havendo trocas de funcionários ao longo do dia. O número de crianças é maior do que em instituições do tipo Casa Lar, podendo chegar a abrigar até 200 crianças (ou mais, dependendo da instituição), no entanto pode-se encontrar instituições com um número menor de crianças. Quanto a espaço físico são dispostos em dormitórios coletivos, geralmente comportando um número próximo de 10 crianças, podendo chegar até 50 crianças em algumas instituições mais antigas. E outras dependências como: banheiros, salas de uso comum, refeitório, área livre e espaços administrativos.

A Casa Lar é um sistema de organização de instituições que abrigam crianças em situação de risco pessoal ou social ou abandono. O objetivo da estrutura de uma casa lar é garantir o direito da criança às necessidades básicas de educação, saúde, lazer e afeto através do convívio familiar substituto, denominado família social. A família social é composta, geralmente, por um casal social, ou apenas uma "mãe social", que passa a morar na casa, com as crianças abrigadas. Esta casa deve ser preparada para uma família, gerenciada financeiramente por uma organização privada ou pública. O casal (ou mãe) social terá como tarefa agregar afetivamente as crianças em situação de risco pessoal ou social. Quanto ao número de crianças, são aproximadamente de 8 a 10 em cada casa, contando com os possíveis filhos do casal ou mãe social. O espaço físico é o mais semelhante possível ao de uma casa convencional, com quartos, banheiros, o quarto do casal, sala, cozinha e área livre (quintal ou varanda).

O ponto fundamental que distingue a Casa Lar do Abrigo é a sua organização que visa reproduzir um ambiente familiar, buscando um maior contato afetivo, com figuras de afeto constantes. Esse modelo está mais próximo do proposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

A respeito da distinção entre Casa Lar e Abrigo, Maricondi (1997) expõe o projeto de transição do modelo convencional para a Casa Lar, designada no projeto como Casas de Convivência, realizada em unidades de abrigo da Febem de São Paulo:

> O sistema das Casas de Conveniência baseia-se no modelo familiar. São casas de no mínimo três quartos, sala, cozinha e demais dependências. Inseridas na malha urbana, possibilitam que os meninos e meninas utilizem os recursos comunitários tais como escolas, postos de saúde, bibliotecas públicas, centros culturais e esportivos, áreas de lazer. Assim, a instituição abriu-se à sociedade e reconheceu o direito de seus abrigados ao convívio social. Os vizinhos das Casas passaram a ser seus amigos. Era tempo do Estatuto da Criança e do Adolescente (Maricondi, 1997, p.17).

O cuidado a ser tomado não se refere, exclusivamente, ao tamanho do abrigo, mas ao seu funcionamento, ou seja, número reduzido de crianças por adulto cuidador, individualização e pouca rotatividade de funcionários para possibilitar criação de vínculos afetivos. É possível encontrar instituições pequenas, com número razoável de "cuidadores" por criança, mas com relações disfuncionais entre os funcionários e as crianças e despreparo técnico dos profissionais no cotidiano de trabalho, caracterizando uma organização institucional prejudicial ao desenvolvimento da criança e/ou adolescente abrigados.

Esta divisão entre Casa Lar e Abrigo é uma tentativa de estar em dia com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). O Abrigo deve ser um local de *passagem* (grifo da autora) para crianças em situação de risco pessoal ou social, sendo que dentre as funções está a busca de recursos para que estas crianças sejam encaminhadas para as famílias de origem ou para famílias substitutas, bem como preparar estas crianças para o desligamento da instituição e reinserção na comunidade, o que deve ser feito de maneira sistemática. Sabe-se, entretanto, que na realidade o cumprimento destas funções é difícil e lento, muitas vezes por desconhecimento dos responsáveis e profissionais que trabalham nos abrigos, do que diz a lei (ECA). Weber (1998B), aponta o descompasso entre o a lei escrita e a lei executada:

> O artigo 92 do ECA, que fala *Das Entidades de Atendimento*, tem nove incisos sobre os princípios que as entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão adotar. O primeiro princípio regulamenta "*a preservação dos vínculos familiares*", mas não é isso que está ocorrendo. O segundo regulamenta "*a integração em família substitua, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem*", mas não é isso que está acontecendo. A partir do terceiro inciso, como se o legislador realmente não acreditasse nos dois primeiros incisos, todos os outros sete falam dos abrigos e não mais da família, nem família de origem, nem família substituta. E nem esses oito incisos restantes estão sendo cumpridos: "*atendimento personalizado em pequenos grupos*". Como, se ainda existem instituições com 200, 300 crianças? "*Não desmembramento de grupos de irmãos*". Como, se a maioria das instituições divide-se em faixas etárias e mantêm apenas internos do sexo feminino ou do sexo masculino? "*Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados*"; ao lermos esses poucos depoimentos anteriores, percebe-se que isso não é cumprido. "*Participação na vida da comunidade local*"; na verdade não se está protegendo a criança, mas procura-se proteger a sociedade das crianças excluídas (Weber, 1998B, p. 104).

Azar e Wolfe (1998) apontam que a realidade nos EUA não difere muito da do Brasil. O sistema mais usual para proteção de crianças vitimizadas são os chamados

Foster Care[1] , que se constituem de famílias substitutas, que se dispõem a cuidar de crianças que estão temporariamente afastadas de seus pais. Azar e Wolfe (1998) ressaltam que, na realidade, a proposta dos *Foster Care* é a provisoriedade, ou seja, devem ser medidas provisórias para que o retorno à família seja rápido. No entanto, Azar e Wolfe (1998) salientam que o período de estada na família substituta é, muitas vezes, excessivo o que acaba afetando o vínculo entre criança e família de origem, dificultando o processo de reintegração desta criança em sua família.

Fave e Massimini (2000) realizaram um estudo com adolescentes inseridas em suas famílias de origem e outras vivendo em instituições do tipo total (convencional) na Itália e concluíram que a vivência em um ambiente familiar acolhedor e estimulador promove autonomia e proporciona motivação na criança ou adolescente para buscar novas experiências e novos desafios.

Diante das diferenças entre a organização das instituições e a necessidade urgente de adequação do funcionamento das mesmas aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), vale refletir sobre a dificuldade inerente a qualquer proposta de mudança, principalmente a mudança de uma instituição que "guarda" crianças "carentes".

Bazílio (1985), numa análise sobre a possibilidade do desmonte de instituições, aponta que o surgimento das instituições foi marcado pelo objetivo de isolar da sociedade aquilo que é desviante. Rizzini (1997) também confirma esta idéia dizendo que o abrigo surge para "proteger" as crianças abandonadas à própria sorte, bem como proteger a sociedade de viver com estas crianças em estado de profunda miséria.

Outro complicador é a cristalização dos procedimentos institucionais que dão segurança e conforto aos funcionários e dirigentes das instituições e que qualquer projeto de mudança é visto como ameaçador, como a denúncia da falência das práticas exercidas até então, gerando uma barreira de resistência tão profunda, capaz de fazer crescer boicotes infindáveis à nova ordem. (Bazílio, 1985; Rotelli, Leonardis e Mauri, 1990).

Por fim, toda mudança deve ser estrutural e não somente prática, se é que isso é possível. A este respeito, pode-se concluir esta reflexão com uma citação de Bazílio (1985): "a instituição que quiser mexer em profundidade na organização e divisão do

---

[1] *Foster*: vt 1 nutrir, alimentar, fomentar, promover, favorecer, patrocinar. 2 acariciar, acalentar, alentar, encorajar. 3 criar, educar, sustentar, cultivar. // adj adotivo, de criação, de peito, de leite./ *Care*: cuidado: 1 atenção, prudência, precaução. 2 diligência, guarda, proteção. (Dicionário Michaelis, 2000)
Foster care: família substituta que provê cuidados e protege a criança em situação de risco, sendo remunerada pelo governo. Este cuidado deve ser a curto prazo, somente até a reestruturação da família de origem ou o encaminhamento da criança à adoção definitiva.

trabalho social precisa rever o arcabouço conceitual, elaborar um novo paradigma e treinar seus funcionários" (p.101).

A seguir serão vistos o funcionamento dos abrigos e o comprometimento que alguns aspectos podem acarretar para o desenvolvimento infantil.

3.2. MODOS DE FUNCIONAMENTO DOS ABRIGOS

A análise dos efeitos do funcionamento do abrigo sobre o desenvolvimento das crianças, que neles vivem, deve ser iniciada pela reflexão acerca do que é uma instituição.

Uma instituição não se restringe a um espaço formal, mas, antes de tudo, refere-se "a organização das relações sociais entre os indivíduos ou, mais precisamente, o conjunto de normas que regem esta organização". (Altoé, 1990, p. 14). Gomide (1998) também corrobora esta posição ao apontar que: "as instituições são, além de organizações formais, sistemas sociais informais, com códigos de comportamentos bem definidos, que proporcionam um ambiente para aprendizagem de novas respostas sociais" (p. 24). E é a partir destas colocações que deve ser analisado o processo de abrigamento, já que o espaço físico não é determinante único dos efeitos produzidos.

Ainda na perspectiva do funcionamento de um abrigo, de modo geral, é imprescindível incorporar o conceito de instituição total delineado por Goffman (1992): "pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada" (p.11). Apesar de o autor não considerar todos os orfanatos ou abrigos uma instituição total, pela sua definição é possível considerá-los como o fizeram Altoé (1990), Weber e Kossobudzki (1996).

A seguir serão apresentados os principais segmentos do funcionamento dos abrigos e as implicações no desenvolvimento infantil.

3.2.1. DISCIPLINA

A filosofia interna dos abrigos, na maioria deles, é manter a ordem e a disciplina a qualquer custo. Em uma pesquisa feita no Rio de Janeiro, Altoé (1990) analisou um complexo de instituições para abrigamento, desde crianças muito pequenas até adolescentes, e constatou o mecanismo disciplinador autoritário a que outros autores (Goffman, 1992, Foucault, 1977, Gomide, 1998) se referem.

Antes de dar seguimento a esta discussão, é extremamente necessário que seja explicitado o que está sendo entendido por disciplina neste trabalho. Disciplina é estabelecida através do controle comportamental necessário para manter a harmonia e a ordem do ambiente.

Segundo Sidman (1995), o controle comportamental está posto em todas as dimensões da vida real dos indivíduos; por exemplo, as variações climáticas acabam por determinar o comportamento de vestir-se e alimentar-se das pessoas. No entanto, há variações na forma deste controle, que, de modo geral, pode ser coercitivo ou não coercitivo.

O controle comportamental coercitivo é aquele exercido através de jugo ou ameaça; segundo Sidman (1995), estes termos se referem a classes de conseqüências, reais ou potenciais, que controlam nosso comportamento. Sidman (1995) afirma que existem três tipos de relações controladoras entre comportamentos e conseqüência: reforçamento positivo, reforçamento negativo e punição, sendo que apenas os dois últimos exercem controle coercitivo.

A definição dos conceitos acima é importante para o entendimento de por quê somente o reforçamento negativo e a punição são coercitivos. Sidman (1995) define reforçamento positivo e reforçamento negativo da seguinte forma:

> "No reforçamento positivo, a ação de uma pessoa é seguida pela adição, produção ou aparecimento de algo novo, algo que não estava lá antes do ato. No reforçamento negativo, uma ação subtrai, remove ou elimina algo, fazendo com que alguma condição ou coisa que estava lá antes do ato desaparecesse (...) estudar (comportamento) pode produzir uma nota 'A' (reforçamento positivo) ou eliminar um 'incompleto' (reforçamento negativo)" (p.55).

Punição é definida por Sidman (1995)da seguinte maneira:

> "Punição pode assumir uma de duas formas. Um tipo de punição confronta-nos com o término ou retirada de alguma coisa que comumente seria um reforçador positivo, o outro tipo confronta-nos com a produção de algo que normalmente seria um reforçador negativo. Eu defino estas duas contingências de punição – a perda de reforçadores positivos e a produção de reforçadores negativos – como coercitivas (...) da mesma forma que chamamos de "reforçadores" conseqüências que reforçam, chamamos conseqüências que punem de "punidoras". Como reforçadores, punidores vêm depois do comportamento. Comumente, alimento é um reforçador positivo, de modo que sua perda é um punidor; a dor é comumente um reforçador negativo, assim como é um punidor quando produzida" (p.59).

A disciplina é fundamental para o bom funcionamento de qualquer relação, incluindo o convívio em uma casa, ou uma instituição. No entanto, o ideal é que ela

aconteça sem coerção e sim, a partir de ensino-aprendizagem e de modelagem de comportamentos adequados (por meio de reforçamento positivo) e não de castigos ou ameaças para que os "maus comportamentos" não ocorram (reforçamento negativo) ou sejam eliminados (punição). Uma das premissas da punição é que ela funciona imediatamente (o comportamento cessa com a punição física), mas não funciona em longo prazo (a criança volta a emitir o mesmo comportamento), reforça o agente punidor (que tende a utilizar mais freqüentemente a punição) e não mostra o que a criança deve fazer (Skinner, 1976).

Outro ponto que deve ser ressaltado é o quanto o controle comportamental através de coerção pode variar de intensidade, ou seja, a coerção pode ser sutil como deixar a criança sem sobremesa por não ter almoçado ou chegar a níveis alarmantes como a punição física.

Em um ambiente institucional, a disciplina tem maior probabilidade de acontecer por controle coercitivo, a partir de uma ação vertical determinada por alguém com maior poder de força física e hierárquica. Esta ação, geralmente, é imposta e inflige sobre um grupo homogeneizando seus componentes. A disciplina com excesso de coerção não oferece o mínimo espaço à criatividade ou à expressão individualizada da criança. Entretanto, Sidman (1995) admite que algum nível de coerção é inevitável, porém adverte que as relações são mais funcionais quando este nível de coerção é baixo.

O conceito que melhor se assemelha ao aqui utilizado – disciplina por controle coercitivo – é o conceito de "disciplinas" de Foucault (1977) explicado da seguinte forma: "esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, é o que podemos chamar de 'disciplinas'" (p. 126).

A disciplina por controle coercitivo seria então a expressão máxima de regras incontestáveis e impostas visando à submissão total dos indivíduos aos quais elas se dirigem. A partir desta exigência de disciplina constante, as crianças, em abrigos, passam a ter como rotina a assimilação da regra e a obediência ao estipulado sem contestamento - a esta postura Foucault (1977) chamou de docilidade - "é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado" (p.126).

O comportamento de submissão total às regras é entendido como "boa disciplina", e deve ser estimulado para que a estrutura da instituição possa ser mantida. Criatividade e expressão de si são motivos de repreensão, pois ameaçam a ordem estabelecida, instituída verticalmente e, portanto, imutável. Assim, a docilidade pode ser melhor traduzida por

aprisionamento psicológico, corporal e social do qual sofrem estas crianças e adolescentes que vivem em instituições.

Todo ser humano, e principalmente as crianças, necessita de disciplina ou limites para desenvolver-se de maneira saudável; no entanto, esta deve exercer-se com regras claras, objetivando que a criança desenvolva sua cidadania e aprenda qual é o seu lugar na construção do grupo em que vive e o lugar das outras pessoas. Esta disciplina, entretanto, não visa apenas e tão-somente ao funcionamento "estável" da instituição.

A educadora Zagury (2000) descreve alguns pontos importantes para se entender o que é dar limites a uma criança, o que está em consenso com o conceito aqui utilizado de disciplina ou limite não coercitivo, tendo como premissa básica o respeito à individualidade da criança e a exposição clara da importância de respeitar o outro; o funcionamento harmonioso da instituição, aqui, é conseqüência e não determinante. Assim, Zagury (2000) coloca:

> Dar limites é:
> - ensinar que os direitos são iguais a todos;
> - ensinar que existem outras pessoas no mundo;
> - fazer a criança compreender que seus direitos acabam onde começam os direitos dos outros;
> - dizer 'sim' sempre que possível, e 'não' sempre que necessário;
> - só dizer não quando houver uma razão concreta;
> - mostrar que muitas coisas podem ser feitas, e outras não podem ser feitas;
> - fazer a criança ver o mundo com uma conotação social (con-viver)e não apenas psicológica (o meu desejo e meu prazer são as únicas coisas que contam);
> - ensinar tolerar pequenas frustrações no presente, para que, no futuro, os problemas da vida possam ser superados com equilíbrio e maturidade;
> - desenvolver capacidade de adiar satisfação;
> - evitar que a criança cresça achando que todos no mundo têm que satisfazer seus mínimos desejos, e, se isso não ocorrer, não conseguir lidar bem com a menor contrariedade, tornando-se, aí sim, frustrado, amargo;
> - saber discernir entre o que é uma necessidade da criança e o que é apenas desejo;
> - compreender que direito à privacidade não significa falta de cuidado, descaso, falta de acompanhamento das atividades e atitudes da criança;
> - ensinar que a cada direito corresponde um dever e principalmente. . . .
> - dar exemplo no cotidiano (Zagury, 2000, p. 23).

A distinção entre disciplina coercitiva e disciplina não coercitiva é importante, pois todos os estudos realizados em instituições, que abrigam crianças, apresentam duras críticas às práticas de disciplina, críticas estas aqui compartilhadas. No entanto, o presente estudo parte também da reflexão da importância de uma disciplina "saudável" para

estabelecimento de limites, não coercitiva, para que a criança entenda que viver é compartilhar espaços, é ter deveres e direitos, e conviver com outras pessoas. Disciplina é necessária desde que não seja abusiva.

A necessidade de disciplina coercitiva surge nos abrigos como uma necessidade de controlar um número muito grande de crianças. Altoé (1990) aponta, em seu trabalho realizado no Rio de Janeiro, que a disciplina se impõe como uma necessidade inquestionável tanto para as crianças como para os funcionários, para que se possa manter a ordem no funcionamento e ter condições de trabalho, fato este explicitado no depoimento da diretora de uma das unidades pesquisadas: "onde existe um grupo é preciso que haja um pouco de disciplina. E para que haja um pouco de disciplina deve existir uma seqüência porque então, o que é que eu faço? Para onde vou? Onde deixo as crianças? Então, existe uma seqüência para que haja uma harmonia no ambiente" (p.36).

A disciplina coercitiva é imposta de forma tão incontestável que passa a ser natural, desde sempre assim e, portanto, aceita como algo imutável. Goffman (1992) aponta que é característico na instituição total a organização das pessoas em conjunto, sempre juntas, organizadas assim pela instituição, visando à facilidade na supervisão. Goffman (1992) classifica esta supervisão realizada pelos funcionários da instituição como de total vigilância, e nunca de orientação, sendo que qualquer ato que fuja minimamente do estipulado deve ser punido como infração.

O controle coercitivo pode ser exacerbado nas práticas educacionais nos abrigos, principalmente os que apresentam características de instituição total, em decorrência da vigilância excessiva apontada por Goffman (1992), chegando ao exercício constante da punição, inclusive punição física.

Com o pretexto de dominar as crianças e não deixar nada sair fora de controle são impostas as mais diversas formas de castigo na instituição. Altoé (1990) distingue os castigos em oficiais e não oficiais, da seguinte forma:

> Os castigos oficiais consistem em ficar em pé por minutos ou horas seguidas e da exclusão das atividades, chegando até mesmo à não-permissão para ver os pais no dia da visita. Os castigos não oficiais, mas usados com freqüência, segundo os alunos, é a malha, o uso da força física do inspetor para bater na criança de correia ou com a mão (Altoé, 1990, p.126).

Foucault (1977) coloca que "o castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios, deve, portanto ser essencialmente corretivo" (p.160). Assim, se há castigo é porque houve desvio, e se houve desvio certamente existem regras impostas que devem ser seguidas. É possível até mesmo arriscar uma suposição de que tal desvio possa estar

ocupando o lugar de reivindicação de mudança num sistema de regras excessivamente rígidas e não compartilhadas, apenas impostas.

Parece que mesmo o cotidiano permeado por excesso de disciplina coercitiva, procurando alcançar submissão total e irrestrita, não consegue evitar a expressão das crianças, naquilo que fere o seu corpo e seu mínimo de individualidade, que seria seu espaço vital. Estas crianças não deixam de se indignar com atos desproporcionais à realidade, o que denuncia a conservação de uma porção saudável em cada uma delas.

A prática de disciplina rígida traz a repetição de uma realidade da qual a criança supostamente deveria ser protegida: o cotidiano familiar permeado de agressões, muitas vezes motivo gerador do abrigamento da criança, o que por si só já gera um contra-senso.

A indignação de algumas crianças, como mostrou Altoé (1990), só é expressa quando o castigo é imposto ao corpo diretamente; no entanto, existem formas mais "sutis" de punição como - andar constantemente em fila, ou horário predeterminado para ir ao banheiro, ou até mesmo a imposição do uso de agasalhos independente das condições climáticas – regras estas que não são contestadas por passarem a ser naturais; nunca foram discutidas, sempre impostas, e com um agravante: não há contato com o mundo externo suficientemente para ter-se outros parâmetros de referência.

Esta falta de contato com o mundo externo tem explicação por uma das características típicas da instituição total apresentada por Goffman (1992): "o aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam as três esferas da vida – dormir, brincar e trabalhar" (p.17). Goffman (1992) diz que a sociedade moderna realiza estas três atividades em diferentes locais e com diferentes co-participantes, ampliando o universo de experiências de cada individuo. No entanto, na instituição total tudo é realizado no mesmo local, e com as mesmas pessoas, e ainda sob a supervisão das mesmas autoridades, pautadas nas mesmas regras imutáveis. Esta prática gera uma dificuldade de avaliação do universo em que a criança se insere, incluindo as atitudes das pessoas que a cercam e a "supervisionam".

O controle coercitivo sobre a rotina da instituição faz com que todo o cotidiano das crianças se desenvolva em grupo, mais fácil para vigiar. Assim, ao menor rumor de independência ou criatividade em alguma ação, esta deve ser rapidamente contida para não atrapalhar a ordem dos acontecimentos.

As rígidas regras a que estão submetidas as crianças no abrigo parecem servir apenas ao bom funcionamento da instituição e ao mínimo desgaste de quem atende à criança. Além de Altoé (1990), Gomide (1998) apresenta a mesma posição, apontando

que as regras em nada servem, pois não são programadas para um desenvolvimento mais apropriado da criança, no sentido de melhor integrá-la ao meio social.

A seguir discorrer-se-á como acontece o processo de massificação do grupo de crianças e adolescentes que compõem um abrigo, extirpando qualquer forma de individualidade, tudo sob a égide do controle da ordem da instituição.

3.2.2. COLETIVIDADE X INDIVIDUALIDADE

A massificação é a expressão do funcionamento de uma instituição total, ou seja, não existem indivíduos na ótica da organização institucional; somente um grupo, uma "massa", que deve ser o mais homogênea possível para facilitar o trabalho de quem a comanda diariamente.

Weber e Kossobudzki (1996), em uma pesquisa que analisou grande parte das instituições do Paraná, apontaram através desta análise como a institucionalização reforça a condição de abandono na criança. Assim, articulam esta idéia, falando da condição da criança abrigada:

> Suas prioridades de vida e seus próprios desejos pertencem não mais a ele, mas às pessoas que dirigem as instituições. Não existem mais 'vontades próprias', criatividade ou iniciativa em relação ao seu ambiente social ou mesmo particular. Mesmo seus comportamentos privados acabam por ser descobertos na interação mecânica e massificada do seu cotidiano (Weber e Kossobudzki, 1996, p.139).

A massificação é exercida, até mesmo, através de objetos pessoais, os quais são praticamente proibidos de existirem na instituição, sob o pretexto de que todas as crianças devem ser igualmente tratadas, desta forma, roupas e objetos devem ser de uso coletivo, nunca individual (Rizzini, 1985; Altoé, 1985; Altoé, 1990; Weber e Kossobudzki, 1996).

A institucionalização parece destruir vínculos com o passado. A história de vida anterior da criança é apagada; no entanto, por mais penosa que seja, é a única história que ela tem. O presente também não tem originalidade e nem individualidade; é coletivo, não é permitido a cada criança ter registros próprios de sua vida, apenas marcas, que mesmo assim, são produzidas coletivamente.

As instituições não preservam histórias; pequenos objetos trazidos de casa, muitas vezes, são confiscados, ou perdidos devido à falta de espaço privado para guardá-los – uma gaveta ou mesinha de cabeceira, que seja. Não existe o hábito de tirar fotografias para registrar momentos da história de cada criança. Assim, a história fica sempre no plano abstrato.

Altoé (1990) denuncia que esta coletividade marca, até mesmo, as necessidades e sensações mais básicas como: fome, sede, necessidades fisiológicas e sensações corporais como frio e calor. É comum nas instituições, como as pesquisadas por Altoé (1990), os funcionários que cuidam das crianças ditarem, por exemplo, o momento de vestir ou tirar o casaco, não dando chance à criança de decidir ou perceber as sensações que a temperatura lhe causa ou o conforto por interromper uma sensação incômoda.

A coletividade se impõe no espaço físico da instituição: os armários são coletivos, não é possível desta forma ter um objeto ou uma peça de roupa de preferência pessoal, todas as crianças usam todas as roupas que existem na instituição. Não existe privacidade, querer ficar só, querer descansar num dia que esteja se sentindo mal, já que os dormitórios são de uso restrito para o período da noite. E outras atividades, como o banho, por exemplo, ou mesmo as refeições, geralmente são realizadas em grupo e programadas como linha de produção.

Na década de 1970, Gonçalves da Silva (1977) já denunciava, através de uma pesquisa realizada num abrigo da Febem da cidade de São Paulo, a ausência de objetos pessoais, a padronização e a coletividade das roupas e o mesmo corte de cabelo para todas as crianças. Um outro fator curioso, porém triste, era a completa falta de espelhos na instituição, ou seja, as crianças não se olhavam, dificultando assim o desenvolvimento da auto-imagem.

A história continua se repetindo; estudos mais recentes (Campos, 1981; Petrocini, 1984; Altoé, 1985; Altoé e Rizzini; 1985, Altoé, 1990; Carvalho, 1993; Weber e Kossobudzki, 1996) continuam apontando os mesmos complicadores quanto à individualidade de crianças abrigadas, que foram denunciados por Gonçalves da Silva (1977).

Magno e Montenegro (2002) apresentaram uma matéria jornalística baseada em visitas a abrigos de diversas cidades do Brasil e em depoimentos de crianças, funcionários e dirigentes de cada instituição. Diante das observações feitas, Magno e Montenegro (2002) relatam:

> Falta privacidade para a conversa. Orfanatos são diferentes de casas. Não há cantos nem refúgios. Os quartos são coletivos e ficam trancados durante o dia. Os armários também. Tudo é de todo mundo. Camisetas, calcinhas, cuecas e brinquedos. Só o passado é particular e para falar as crianças se enfileiram (p. 20).

O controle disciplinar coercitivo e a massificação imposta à rotina das crianças abrigadas geram um prejuízo significativo no desenvolvimento da autonomia das mesmas. A autonomia é desenvolvida através do aprendizado diário na realização das

tarefas, entretanto ela só é possível se o ambiente, principalmente o cuidador da criança, oferecer oportunidades para este aprendizado.

Autonomia implica ser estimulado e ter uma certa independência para realizar algumas tarefas. Assim o desenvolvimento da autonomia, inicialmente, está totalmente atrelado à postura de quem cuida da criança. Bee (1996) coloca que os esforços de independência e autonomia da criança devem ser cuidadosamente orientados pelos pais, para que estas crianças sejam encorajadas a realizar as tarefas, bem como para que não entrem em sucessivas frustrações para não se esquivar de continuar tentando buscar seus objetivos.

Altoé (1990), no entanto, aponta que o desenvolvimento da autonomia na instituição abrigo é paradoxal e determinado pela conveniência do ato para o "bom" funcionamento da rotina institucional. Altoé (1990) salienta esta situação ao descrever a rotina de crianças de 3 a 6 anos:

> Se, por um lado, neste internato, a criança é incentivada a adquirir logo autonomia para realizar algumas tarefas sozinha (comer, ir ao vaso, se vestir), ela aprende simultaneamente que só pode ter autonomia quando lhe for dada ordem para tal. A noção de autonomia é um paradoxo importante . . . se o interno decide realizar uma tarefa (como ir ao banheiro) sem que a ordem tenha sido dada, é repreendido ou castigado. . . O sistema disciplinar não favorece o desenvolvimento da autonomia do interno. . . favorece sim a infantilização do sujeito. Apesar de causar algum prejuízo ao funcionamento rotineiro, em contrapartida é melhor que a criança fique dependente, pois pode-se mantê-la dentro do controle planejado (p. 63).

Em alguns abrigos do Brasil estão sendo feitas algumas reformulações na estrutura como um todo, tentando cumprir ao máximo o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). A exemplo disto, tem-se o trabalho realizado em abrigos da Febem de São Paulo, explicitado por Maricondi (1997), que coloca que desenvolver a autonomia das crianças abrigadas é de fundamental importância, para que elas possam planejar e realizar uma vida além da instituição. Neste projeto de reformulação dos abrigos da Febem de São Paulo, um dos passos para o desenvolvimento da autonomia nas crianças e adolescentes é a participação destes nas decisões e na construção das regras de convivência da Casa Abrigo.

Outra interferência importante da coletividade e da disciplina coercitiva no desenvolvimento infantil é com relação ao brincar. Vários estudos (Gonçalves da Silva, 1977; Petrocini, 1984; Altoé, 1990; Carvalho, 1991; Weber e Kossobudzki, 1996; Cardoso de Mello, 1999) denunciam a falta de liberdade no horário destinado à recreação

da criança. A própria definição do horário para brincar é inflexível e restrita. Os espaços são normalmente pátios ou quintais da instituição. As atividades recreativas são normalmente determinadas pelas(os) monitoras(es), deixando muito restrito o tempo para atividades livres. Entretanto, as ditas atividades livres são desprovidas de estímulos, as crianças não possuem brinquedos ou objetos equivalentes e quando são distribuídos a elas são recolhidos em breve espaço de tempo.

Carvalho (1993) em publicação de um manual para criação de abrigos coloca que o "brincar - além de constituir um direito da criança – é uma atividade indispensável para que ela se situe e se descubra para a vida" (p.41). Carvalho (1993) complementa suas orientações advertindo que o brinquedo não deve ser um objeto decorativo na instituição. Logicamente, é fundamental que seja dada às crianças orientação de cuidado no manuseio do material, mas primordialmente, é de suma importância que os profissionais que cuidam da criança tenham claro que brinquedos se desgastam com o tempo e podem quebrar, entretanto, são fundamentais ao bom desenvolvimento de qualquer criança.

Até este ponto foram apontadas algumas características da rotina institucional como a coletividade excessiva, disciplina coercitiva, falta de objetos individuais (roupas, sapatos, e outros objetos), falta total de autonomia da criança, conseqüente falta de opção de escolha e participação nas decisões da rotina institucional, escassez de brinquedos e atividades lúdicas livres. Outra questão, contudo, incide nesta rotina institucional: a falta de contato e trocas com a comunidade extra-instituição.

Os muros institucionais – concreta ou virtualmente – são tão altos que fazem o papel de extintor de contatos sociais. Uma característica muito presente, em instituições que abrigam crianças, é o hábito de trazer todo recurso necessário para suprir as necessidades físicas e de educação, e até mesmo de lazer, das crianças para dentro da instituição – privando assim o contato destas crianças com a comunidade.

Pesquisadores como Trindade (1984) e Mello (1999) apontam o papel fundamental dos contatos sociais para a criação de sentido de pertencimento a uma sociedade mais ampla, cidadania, respeito ao outro, entre outros aspectos que na realidade de muitos abrigos ficam prejudicados.

Maricondi (1997) descreve como são os abrigos tradicionais, chamados de orfanatos, que ainda existem, mas que a tendência é serem substituídos por outros modelos de instituição abrigo – como as Casas Lares. Em sua descrição de uma instituição, que passou por mudanças no final da década de 1990, Maricondi (1997) aponta:

> Os complexos de atendimento, dos antigos orfanatos, tinham escolas, quadras esportivas, piscinas, núcleos profissionalizantes, consultórios médicos e odontológicos e enfermarias. Uma estrutura montada para impedir o contato com o mundo externo. Seu sistema de funcionamento era baseado na segregação e massificação, confinando meninos e meninas e caracterizando os Complexos como verdadeiros depósitos humanos (p.14).

Na rotina institucional não é comum aproveitar os recursos da comunidade para inserir as crianças que vivem no abrigo. Quando se propõem a realizar alguma atividade extra para as crianças, normalmente são trazidas para dentro da instituição como: aula de pintura ou futebol. Mesmo assim, a inserção nestas atividades é rara. O pretexto de altos custos não cabe neste quesito, já que a comunidade (grupos religiosos, conselho de bairro, e outros) e o Poder Público (Secretarias de Municipais ou Estaduais) geralmente oferecem atividades gratuitas.

O confinamento de crianças na instituição-abrigo é explicitado nos regimentos destas instituições através de um de seus objetivos – a reintegração social das crianças. Deste modo, visando à reintegração social da criança, a instituição atesta que esta foi desligada, retirada do convívio social anterior e que por isso deve ser recolocada na sociedade (Trindade, 1984).

Outra característica dos abrigos para crianças é a ausência de oportunidades que proporcionem a percepção acerca de si, de seus comportamentos, sentimentos e emoções, o que dificulta a formação do autoconceito. O "eu" é, de maneira geral, um "eu-conjunto-grupal", ou seja, não há espaços, nem objetos, nem afeto individualizado; ele é todo para o grupo em igualdade, de forma padronizada (Weber e Kossobudzki 1996).

Mesmo considerando todos os efeitos prejudiciais da vida sem a valorização da individualidade das crianças em um abrigo, Pasian e Jacquemin (1999) num estudo feito com crianças abrigadas na cidade de Ribeirão Preto, objetivando analisar o auto-retrato das mesmas, constataram que em crianças que vieram de um ambiente familiar muito pobre em estimulação e afeto, com o passar do tempo na instituição apresentaram indicadores emocionais positivos crescentes em sua avaliação psicológica. Assim, Pasian e Jacquemin (1999) supuseram que:

> Quando a criança com experiências inconsistentes de vida é conduzida para uma rotina institucional, parece que algumas condições de desenvolvimento começam a ser oferecidas onde praticamente muito pouco havia: agora a criança passa a ter alimentação e higiene garantidas, atividades de estudo, de trabalho e de lazer. Passa a receber atenção dos tutores, certamente que não em um nível de consistência equivalente ao de uma estrutura familiar equilibrada, mas pode ser que o contato afetivo

> dentro da instituição tenha maior chance de se efetivar do que nas condições precárias de sua casa (p.59).

A análise dos autores Pasian e Jacquemin (1999) deve ser resguardada pela análise da instituição estudada, caracterizada por eles próprios como "propiciadora de experiências enriquecedoras de vida para as crianças" (p.59). Assim, esta é uma instituição que está mais próxima da realidade institucional indicada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), com maior espaço para tratamentos individualizados.

A constituição da rotina do abrigo, voltada para atender ao grupo e não a cada criança, despreza a expressão do que esta pensa, do que quer, de por que age assim ou de outra maneira, e, muitas vezes, exerce demasiada pressão para que esta expressão não aconteça. Diante disto, a criança aprende a não pensar, ou falar ou querer sobre si mesma, gerando uma alienação, ao longo do tempo, de sua própria história (Altoé, 1990; Rizzini e Wiik, 1990). Estes autores denunciam o descaso com a expressão da criança e a cena cotidiana onde nunca perguntam, o que realmente a criança pensa e quer de sua realidade.

Este cotidiano coercitivo e impeditivo da expressão da criança pode querer insinuar que estas crianças "desaprendem" a se expressar ou esquecem suas histórias por não poder contá-las no dia-a-dia. No entanto, pesquisas (Trindade, 1984; Weber e Gagno, 1995B; Hutz e Koller, 1997; Gomide, 1998; Weber, 1998A, Sawaya, 2001) mostram que a história da vida passada, mesmo que idealizada, e a possibilidade de sonhar com o futuro são as poucas coisas que restam de individual às crianças que vivem em abrigo, bem como, que a expressão destes conteúdos é só uma questão de ser proporcionado a elas um espaço para que ela aconteça.

Sawaya (2001) salienta, em uma pesquisa realizada com crianças em situação de rua, que é um mito acreditar que a fala da criança é puramente fantasiosa e irreal, e que esta muitas vezes é um retrato minucioso do cotidiano. Não desprezando o componente de fantasia que também é extremamente importante na expressão e formulação das idéias. Sawaya (2001) complementa estas colocações dizendo que, ao se expressar, a criança significa a realidade e se identifica na fala do outro, além de estar sendo atribuída importância à história contada quando ouvida por outro.

Trindade (1984), em uma pesquisa realizada com crianças abrigadas em São Paulo, analisando a autopercepção destas crianças, relata que quando falam sobre si, enumeram atributos positivos como ser bons, alegres, estudiosos. Quanto à possível surpresa que possa tomar quem lê estes dados, Trindade (1984) adverte que só a história

de cada criança permite que ela se auto-avalie e que, muitas vezes, os pesquisadores, de um modo geral, podem lançar sobre a realidade destas crianças um olhar preconceituoso, achando que tudo é negro em seu cotidiano.

Na instituição-abrigo, sendo a prática de expressão da criança reprimida com freqüência, este processo de identificação é prejudicado, como também as trocas de informações, de significação da realidade e de percepção da importância da história de vida de cada um. No entanto, é nítido nos estudos já citados (Trindade, 1984; Weber e Gagno, 1995B; Hutz e Koller, 1997; Gomide, 1998; Weber, 1998A, Sawaya, 2001), que a capacidade de expressão da criança não é totalmente extirpada pela rotina coercitiva da instituição, pois basta proporcionar espaço e uma boa escuta que a tendência é deixar a história fluir.

A criança que vive num abrigo expressa a realidade em que vive com muitas minúcias de detalhes, como perceberam Magno e Montenegro (2001) ao entrevistarem crianças de vários abrigos no Brasil. Sawaya (2001), em pesquisas realizadas com crianças em situação de rua, apontou que não se deve desprezar a fala da criança acreditando ser pura fantasia. Entretanto, outros estudos (Altoé, 1990; Weber, 2000) também fazem uma advertência, demonstrando que a própria massificação exercida na instituição pode causar um estancamento na história de vida da criança, já que sua história fora da instituição se perdeu no tempo, ou seja, ficou estagnada no momento em que a criança foi abrigada. Com o passar do tempo dificilmente esta criança é informada sobre sua situação, como está sua família, o seu processo, se retornará à família ou será adotada.

3.2.3. VISITAS

A família, fonte inicial de afeto, se distancia com o tempo de seus filhos abrigados, atenuando-se a cada dia os vínculos afetivos. Pode-se pensar que o próprio mecanismo de enclausuramento da criança no abrigo pode ser um fator de contribuição para este afastamento da família. Mas também não se deve deixar de considerar as condições socioeconômicas adversas em que vivem estas famílias, não tendo, muitas vezes, recursos para visitar seu filho no abrigo (quem dirá mantê-lo junto de si).

O artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) dita que toda criança e adolescente têm direito à convivência familiar, primordialmente na família de origem e excepcionalmente em família substituta. No entanto, o cotidiano dos abrigos mostra uma realidade muito diferente desta.

O afastamento das famílias ao longo dos anos parece ser comum nos abrigos, mostrada em várias pesquisas (Campos, 1981; Trindade, 1984; Altoé, 1985; Altoé, 1990; Weber e Gagno, 1995A; Weber e Kossobudzki, 1996; Weber, 1998A). Rizzini (1985) aponta, a partir dos dados obtidos em uma pesquisa realizada em três internatos do Rio de Janeiro, com 363 crianças, que 42% delas não eram visitadas por ninguém da família, no entanto, 80% delas tinham pais.

Outro ponto a ser ressaltado quanto às visitas da família à criança é a interferência das regras da instituição neste seguimento. Normalmente a instituição determina em que dia e horário, inclusive por quanto tempo, a família poderá visitar a criança. (Rizzini e Altoé, 1985).

Estudos (Weber e Kossobudzki, 1996; Azar e Wolfe, 1998; Vasconcelos, 1999; Weber 2000) mostram que a causa principal de abrigamento de crianças é o abandono ou a negligência, sendo que uma grande fatia deste problema é derivada da falta de condições socioeconômicas de manter os filhos junto à família. Em uma pesquisa realizada junto a 81 famílias, que tiveram seus filhos abrigados no ano de 2000, na cidade de Curitiba, Prada e Ingberman (2001) constataram que a causa de abrigamento destas crianças e adolescentes foi 43% por abandono e 40% por negligência, todas vivendo em condições de extrema pobreza.

Assim, entende-se que o trabalho técnico no abrigo seria, em primeiro plano, analisar as condições em que vive a família da criança abrigada, as causas deste abrigamento e a possibilidade de retorno desta criança a sua família; no entanto, para que esta possibilidade se concretize no futuro, depois do trabalho com as famílias, é fundamental que sejam mantidos os vínculos entre a criança e seus familiares, sendo que o modo mais elementar de se conseguir isso é proporcionando uma rotina de visitas agradável, sem pressões; enfim um contato mais próximo e contínuo entre familiares e a criança abrigada. Descartada a possibilidade de retorno familiar, passa-se ao próximo ponto de busca de inserção em uma família substituta.

4. O ABRIGO DEPOIS DO ECA – UMA REALIDADE POSSÍVEL

Até este ponto foi exposto o retrato dos abrigos convencionais abusando do excesso de disciplina coercitiva, da coletivização das atividades, roupas, brincadeiras, enfim de toda a rotina do abrigo, bem como os prejuízos que esta situação traz ao desenvolvimento infantil como um todo. No entanto, não podemos deixar de salientar caminhos apontados por alguns autores para modificar este cenário.

Carvalho (1993) apresenta, em parceria com um grupo de pesquisadores, um manual para equipes que trabalham em instituições-abrigo, destacando como deveria ser uma rotina de uma casa abrigo, enfatizando o caráter de diferenciação da rotina de cada criança.

Começando pelo grupo de crianças que habitam um Abrigo, deve-se pensar que, na casa de uma família, com um número grande de filhos, dificilmente todos fazem as mesmas atividades ao mesmo tempo, ou seja, enquanto uns vão à escola, outros fazem o dever escolar, outros vão à escola de futebol ou à biblioteca, outros brincam no quintal, enquanto outro auxilia no preparo da refeição ou colocação da mesa para o almoço. Isso retrata a individualidade da rotina que deveria ser seguida numa unidade de abrigo.

As atividades ligadas à organização e higiene da casa de abrigo devem contar com a participação das crianças já que são integrantes daquele espaço, sempre respeitando o grau de desenvolvimento e maturidade de cada criança. A este respeito, Carvalho (1993) adverte que estas atividades contribuem para o desenvolvimento do sentido de cooperação e pertencimento àquele espaço, no entanto, não devem jamais ser utilizadas como castigo (se você fizer algo errado terá que lavar a louça do almoço) ou mesmo tomar um tempo muito grande da criança, interferindo nas atividades escolares e de lazer, que são de fundamental importância para a criança.

Outra questão importantíssima apresentada por pesquisadores da área de abrigos (Carvalho, 1993; Weber e Kossobudzki, 1996; Maricondi, 1997) é a individualização de vestuário, camas, objetos pessoais, que devem respeitar o tamanho da criança, sua constituição física e sempre que possível, nem que for em alguns pequenos objetos e roupas, considerar a preferência da criança por algum modelo em detrimento de outro. Essa postura promove percepção de si da criança, de seus gostos, preferências, criando assim uma identidade para aquela criança, que não será mais uma dentre duzentas num abrigo.

Atividades como banho e refeições devem ser um incentivo à autonomia; pode ser supervisionada em termos de orientação, mas a criança deve ter uma independência crescente no desenvolvimento destas atividades. O banho deve ter uma certa privacidade à medida que a criança vá crescendo. As refeições devem ser balanceadas, respeitando o padrão nutricional necessário ao crescimento saudável, bem como, devem promover a independência e responsabilidade da criança, através do incentivo para que a criança se sirva, percebendo, assim, suas preferências e o quanto de alimento seu organismo necessita.

Carvalho (1993) resume estas colocações dos pontos possíveis para uma mudança de estrutura e funcionamento do abrigo, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990):

> De modo geral, as atividades devem ser desenvolvidas levando-se sempre em conta as necessidades e o grau de maturidade das crianças e adolescentes, descartando-se excessos de proteção que podem levar ao infantilismo da criança. Não se deve confundir "proteção" com protecionismo. Este último pode levar ao desenvolvimento de crianças dependentes e desprovidas de condições emocionais e até instrumentais para os desafios que a vida apresenta. Além das atividades ligadas ao seu cotidiano, cada criança ou cada adolescente é um ser particular, com uma história própria, carências e problemas peculiares. . . A criança precisa de apoio e ação na construção de seu projeto de vida (Carvalho, 1993, p. 46).

CAPÍTULO III – AS EXPECTATIVAS DE FUTURO

Ao abordar a exclusão e a massificação tão vigentes nas instituições, não se pode deixar de lado a percepção de futuro das crianças, que vivem nos abrigos. A este respeito, Weber (1998A) traz dados de uma pesquisa realizada com crianças e adolescentes abrigados, demonstrando que, com relação ao futuro, eles mostram uma fraca consciência sobre si próprios, uma baixa capacidade de planejar ou mesmo imaginar um projeto de vida, mas um forte desejo de construir vínculos afetivos duradouros. Parece, então, que o cerceamento da liberdade e do convívio em sociedade pode inibir um projeto de vida futuro, mas não mata a "fome de afeto" que estas crianças vivem cotidianamente, e nem mesmo, a esperança em recuperá-lo ou até de tê-lo pela primeira vez algum dia.

O objetivo principal do trabalho no abrigo, com crianças e adolescentes, seria minimizar o sentimento de desproteção e prepará-los para desenvolver-se com autonomia. No entanto, o que vimos, através das pesquisas realizadas nesta área, é a contramão desta proposição (Altoé, 1990).

Analisando a rotina coletivizada de muitos abrigos, podem-se levantar hipóteses sobre as dificuldades de planejamento de um projeto de vida das crianças abrigadas e até mesmo os impasses frente ao desligamento delas quando se tornarem jovens adultos, completarem 18 anos, e precisarem deixar a instituição e constituir sua própria vida, com autonomia e responsabilidade. Se o cotidiano da instituição-abrigo, de modo geral, não proporciona o exercício da liberdade, da autonomia e da responsabilidade por atos individuais, como será o futuro destas crianças?

Weber e Gagno (1995B), em uma pesquisa realizada com crianças abrigadas na cidade de Curitiba, levantaram a expectativa de futuro destas crianças, e constataram que apenas 12% delas expressaram algum planejamento futuro, como estudar e trabalhar, por exemplo. A esse respeito, Guirado (1986) afirma que o futuro para crianças e adolescentes institucionalizados é "impensável", porque eles não vislumbram a vida fora da instituição.

Trindade (1984) também demonstrou, em uma pesquisa com meninos abrigados em um abrigo da periferia da cidade de São Paulo, que, quando foi solicitado às crianças que respondessem o que gostaria que acontecesse no futuro, 62% responderam que não sabiam, ou seja, a capacidade de planejamento e até mesmo de sonhos em longo prazo, está muito prejudicada nestas crianças.

Ainda sobre a pesquisa de Weber e Gagno (1995B), é explícito o desejo da criança que vive em abrigo de vivenciar novamente, ou pela primeira vez para alguns, a

convivência familiar; no entanto, com uma ressalva: a grande maioria das crianças deseja que nesta vida em família ela possa ocupar o papel de filho. Nesta mesma pesquisa foi também constatado que 50% das crianças expressaram o desejo de serem adotados.

Outro dado importante apontado por Weber e Gagno (1995B), relativo à vida em família no futuro, foi o baixíssimo número de crianças, apenas 9%, que desejam constituir uma família quando forem adultos – terem um companheiro e filhos. O restante, só consegue se imaginar como filhos, já que a vivência deste papel foi conturbada e interrompida.

De Antoni e Koller (2000), em uma pesquisa com adolescentes abrigadas, constataram que, quando estas falam sobre a constituição de uma família de procriação, no futuro, falam que terão filhos advindos de um relacionamento amoroso e duradouro, reforçando o modelo de família nuclear burguesa (Ariès, 1980), como uma instituição sólida, presente no imaginário destas adolescentes. O mais interessante é que este modelo idealizado, é na maioria das vezes, contrário ao modelo familiar vivenciado por elas antes de serem abrigadas.

A valoração do futuro também foi abordada nesta pesquisa, sendo que 80% das crianças acreditam que sua vida no futuro será melhor que no presente (Weber e Gagno 1995B). Expressam, assim, muitas vezes, o descontentamento com a vida na instituição e o desejo de resgatar, no futuro, o que foi perdido no passado.

Quanto à aspiração profissional, Trindade (1984) constatou que o campo de atuação almejado pelos meninos é bem diversificado, porém a maioria deles, cerca de 30%, espera exercer uma função policial, seguido do desejo de ser jogador de futebol, 26% dos casos. O motivo da escolha seria no primeiro caso, ser policial, o de mudar algo que esteja errado – prender bandido, por exemplo. No segundo caso, jogador de futebol é o deslumbramento por uma atividade, que, além de prazerosa, traz reconhecimento, algo distante, que ela conhece somente através da televisão.

De modo geral, as pesquisas anteriores (Trindade, 1984; Weber e Gagno, 1995B; Weber, 1998A) demonstram que, mesmo as crianças abrigadas tendo dificuldade de planejamento do futuro, elas explicitam um desejo de que seja diferente do passado e do presente, qualificando o futuro como melhor que o hoje ou o ontem.

CAPÍTULO IV – VÍNCULO AFETIVO

1. A TEORIA

Uma reflexão sobre vínculo afetivo não pode ser iniciada sem citar John Bowlby, um expressivo pesquisador na área de vinculação afetiva – apego – e os efeitos da separação entre a criança e sua (s) figura (s) de apego. A Teoria do apego, tão difundida através dos trabalhos de Bowlby, teve suas raízes nos trabalhos sobre instituições como os de Spitz, Ana Freud e Harlow.

John Bowlby era um psicanalista e passou a estudar a etologia, mudando sua maneira de compreender o desenvolvimento humano para uma perspectiva biológico-evolucionária. Uma de suas principais contribuições foi o desenvolvimento da Teoria do Apego como um impulso primário inerente à natureza humana, e não uma simples decorrência secundária da satisfação das necessidades básicas como fome e sede. Para Bowlby (1990), a interação social afetiva, especialmente entre mãe e bebê, tem a mesma importância que a alimentação e a higiene básica.

A idéia de apego como um impulso primário, além de ser um marco na obra de Bowlby (1990), é fundamental, já que traz implícita a necessidade inata do ser humano de se relacionar afetivamente com outros seres humanos, como salienta Bussab (1989):

> Talvez a mudança mais central seja a consideração do apego como impulso primário, inerente à natureza humana: a vinculação afetiva deixa de ser vista como decorrência secundária da satisfação de outras necessidades básicas, como a fome e a sede. Acumulam-se evidências de que os fatores essenciais ao desenvolvimento do apego são interacionais ou relacionais: a) responder social e afetivamente às solicitações do bebê; b) iniciar com o bebê interações lúdicas. . . A teoria do apego também salienta a importância dessa experiência afetiva precoce no desenvolvimento emocional do indivíduo: quanto mais forte e seguro o apego, maior a probabilidade de exploração tranqüila do ambiente físico e social e de desenvolvimento de outros vínculos afetivos (p. 54).

A definição de apego não é algo que seja fácil, segundo Soares (1996), entretanto, Rosseti-Ferreira (1984) apresenta uma conceituação de apego clara e coerente:

> Há um certo consenso entre vários autores em caracterizar o apego como um conjunto de comportamentos por meio dos quais o indivíduo inicia ou mantém uma relação afetiva estável com um ou mais indivíduos do seu grupo social. A característica básica seria a busca de proximidade da pessoa que é o objeto de apego (p. 18).

Harlow (1959) realizou um famoso estudo com macacos Reshus (com a mãe de pano e a mãe de arame) e constatou que a necessidade maior da criança (representada

pelo filhote de macaco Reshus) é de aconchego, conforto, proteção, confirmando que necessidade de afeto é de ordem primária.

Os estudos sobre apego trouxeram a concepção de que o fortalecimento da relação da díade mãe-criança acontece através do acolhimento, da sensação de proteção obtida através de contato físico afetivo, e mais, que este vínculo fortalecido seria a base para relações afetivas futuras. Para Ainsworth (1978), a mãe é uma base segura de apoio para a criança, de onde esta parte para explorar o ambiente, sempre retornando a ela, seja para se recuperar, seja para buscar proteção frente a algum perigo – buscando desenvolver um apego seguro com a mãe.

O apego seguro é a base para a confiança nos relacionamentos futuros. Assim, Bowlby (1988) coloca que o sentimento de confiança e segurança em si e no outro é fundamental ao longo da vida e que, na medida em que a criança está confiante de que a sua figura de vinculação estará disponível para atendê-la sempre que precisar ou solicitar, sente-se suficientemente segura para explorar o que a rodeia. Disto pode-se supor que uma criança que não desenvolveu um apego seguro terá dificuldades de explorar o ambiente e, conseqüentemente, de desenvolver-se autônoma e confiante em sua capacidade.

Uma grande polêmica em relação à teoria do apego diz respeito à caracterização do período sensível para a vinculação. Ao longo da obra de Bowlby, encontram-se várias referências a este conceito. No início, Bowlby (1988) assume uma posição mais firme na defesa do primeiro ano de vida como um período sensível no estabelecimento da relação de vinculação, considerando que a carência de cuidados maternos nesta altura constituiria um risco para o desenvolvimento posterior da criança. Esta perspectiva parece estar de acordo com a concepção psicanalítica sobre a importância das experiências precoces (Soares, 1996). No entanto, posteriormente, Bowlby (1990) vem afirmar que o período entre os seis meses e os cinco anos é também muito sensível em termos do desenvolvimento de expectativas sobre a disponibilidade das figuras de vinculação e fortalecimento do vínculo, se bem que continue a reconhecer que, nos primeiros seis meses de vida, a maior parte dos bebês está num estado de grande sensibilidade para o desenvolvimento do comportamento de vinculação. Contudo, mostrou-se que não é fatal o vínculo falho ou inexistente no início da infância, e sim, que se deve investir maciçamente na vinculação afetiva da criança que teve alguma perturbação nesta esfera, quando pequena.

Outra questão muito discutida pelos teóricos do apego é a necessidade de a figura de apego ser única e preferencialmente a mãe. A este respeito, Rutter (1972) se posiciona

claramente dizendo que o comportamento de apego é essencial na relação mãe-criança, entretanto, há a possibilidade da formação de laços múltiplos, com intensidades variáveis. Rutter (1972) adverte que a multiplicidade da formação de laços afetivos só é possível se as figuras de apego forem constantes e mantenham contato intenso com a criança. A alta rotatividade das figuras que cuidam da criança pode prejudicar a formação de vínculo, como também, e principalmente, a superficialidade nas relações do cuidador com a criança.

Schaffer (2000) também é um questionador do caráter determinista da importância da mãe, e somente ela, como figura de apego no início da vida do bebê. Através de estudos empíricos Schaffer (2000) aponta que privações prolongadas no primeiro ano de vida, não indicam que necessariamente esses eventos de separação vão trazer efeitos negativos para o desenvolvimento emocional da pessoa e para o estabelecimento de vínculos no decorrer da vida. Além disso, experiências posteriores podem modificar as conseqüências das experiências iniciais.

E finalmente, alguns estudos citados por Carvalho (1991) trouxeram contribuições acerca do apego entre pares, ou seja, crianças da mesma idade, ou pouco mais velhas, assumem o cuidado de outras do grupo. Um estudo clássico sobre esta temática foi o de Freud e Dann (1951), que abordaram três instituições inglesas destinadas a abrigar crianças que ficaram órfãs ou que foram separadas de suas famílias no período de guerra. Estas crianças uniram-se e passaram a realizar todas as atividades em grupo (o mesmo grupo sempre), cuidando para que não faltasse nenhum membro em atividade alguma. As autoras, Freud e Dann (1951), perceberam que as crianças desenvolveram-se rapidamente em termos de controle muscular e alimentação, entretanto, a linguagem era defasada devido à pobre estimulação obtida na instituição.

Enfim, o contato afetivo intenso entre crianças deve ser estimulado para suprir possíveis déficits no contato com o adulto, no entanto, um não é totalmente substituído pelo outro.

A seguir serão apresentados alguns estudos que tratam da vinculação afetiva no ambiente institucional.

2. VINCULAÇÃO AFETIVA E INSTITUCIONALIZAÇÃO

A abordagem dos efeitos da institucionalização sobre o desenvolvimento infantil como um todo, e principalmente, sobre o vínculo afetivo não pode ser iniciada sem citar René Spitz, um dos primeiros teóricos a alcançar notoriedade com estudos sobre efeitos

da institucionalização e separação da figura de apego e a criança. Spitz (1988) mostrou que não basta um ambiente com higiene e alimentação satisfatórias se falta afeto de boa qualidade, e, por isso, crianças que vivem em instituições estão mais propensas a serem acometidas por quadros infecciosos e outras doenças.

Spitz (1988) demonstrou através de um estudo clássico com bebês abandonados e institucionalizados, a importância do apego precoce de crianças que vivem em instituição e os dramáticos prejuízos que a falta de afeto pode acarretar. Neste estudo Spitz (1988) verificou que em algumas instituições o número de crianças que morriam antes de completarem um ano institucionalizadas chegava a 90%. Ou seja, falta de afeto pode ser fatal.

Bowlby (1988) apresentou um conceito de extrema importância para os estudos sobre efeitos da institucionalização de crianças – a privação materna. As crianças, que estavam privadas da relação afetiva com a mãe, ou figura de apego, apresentavam uma série de características, entre elas: distúrbios orgânicos, depressões, falta de controle emocional, ausência de verdadeiros sentimentos, indiferença apática a qualquer relação afetiva, incapacidade para o estabelecimento de laços de amizade, ausência de sentimento de culpa, incapacidade de confiança em companheiros de um mesmo grupo, isolamento afetivo, entre outras.

Rutter (1972) adverte para possíveis exageros das conseqüências atribuídas à privação materna, em casos de crianças institucionalizadas, pois é indispensável a análise da história de vida da criança e da instituição, ou seja, por quais percalços esta criança já passou e em que contexto ela está inserida, já que o modo de funcionamento da instituição tem grande peso no desencadeamento destas conseqüências.

Muitas crianças, antes de serem abrigadas, provavelmente, já viviam em situação de total abandono afetivo, ou órfãos de pais vivos. Para Simpson (1990), existem dois tipos de orfandade - além da de fato, onde os pais morrem - a orfandade espiritual e a orfandade emocional. No caso da orfandade emocional, existe uma incapacidade da mãe em atender seus filhos, e na orfandade espiritual existe uma decisão por parte dos pais em não atendê-los e abandoná-los de fato.

Diversas vezes, em ambos os casos – incapacidade por parte dos pais em atender seus filhos, ou decisão de não atendê-los – ocorre o abrigamento destas crianças, e inicia-se mais uma batalha por afeto, por se relacionar emocionalmente com outras pessoas e poder estabelecer um vínculo afetivo com um adulto "disponível" e constante nesta relação.

Ao chegar na instituição, entretanto, é possível que se delineiem dois caminhos: o da manutenção desta "fome de afeto", ou o encontro e a vinculação com um adulto afetuoso, que ocupará o lugar da figura de apego, desde que seja constante e permanente. Porém, é sabido que a estrutura das instituições para crianças, ainda hoje, está carente de profissionais preparados e dispostos para esta "tarefa emocional" (Altoé e Rizzini, 1985; Altoé, 1990; Carvalho, 1991; Weber e Kossobudzki, 1996; Ebrahim, 1999).

Os prejuízos ao desenvolvimento infantil não advêm somente do fato de as crianças viverem em uma instituição e por isso longe da família, e sim, do grau de privação afetiva a que estão cotidianamente submetidas. Segundo Weber e Kossobudzki (1996), "após a perda de um vínculo forte, a criança tende a ficar sempre apreensiva pela possibilidade de ocorrer outra perda, e conseqüentemente, esta apreensão prejudicará seus relacionamentos atuais e futuros" (p. 41).

Glaser e Einsenberg (1956), pesquisadores da década de 1950, já apontavam a relação entre a privação materna e os processos de abrigamento. Estes autores descreveram a "síndrome da falta de carinho materno", que seria a falta de uma "nutrição afetiva", que compreendia carinho, contato físico, estimulação visual e comunicação com outros seres humanos. Glaser e Einsenberg (1956) acrescentam que, em muitas instituições, as crianças estavam sempre muito bem tratadas em termos de alimentação e higiene, no entanto, apresentavam retardo físico e mental em conseqüência da falta de calor humano e interação afetiva com adultos.

Ainda quanto aos prejuízos da separação da figura de apego, Bowlby (1993) cita um estudo por ele realizado com bebês (com até 30 meses) hospitalizados, os quais passaram por três estágios após a separação da mãe. O primeiro foi o estágio de protesto; neste os bebês procuravam as mães de forma ativa, chorando muito, batendo-se contra as coisas e atirando outras também. O segundo estágio foi o de desespero; ainda choram, mas começam a ficar apáticos, alternando o choro com períodos de ausência, dando a falsa impressão de aceitação da separação da mãe. O último estágio é o do desapego, começam a interagir com o ambiente e com as pessoas dali, comem, brincam, mas quando suas mães chegam ficam apáticas novamente e até as rejeitam. Estes estágios foram observados principalmente em crianças pequenas, no entanto, pode-se refletir que a aparente "aceitação" de uma criança na instituição, pode ser uma "acomodação", uma forma de evitar o sofrimento da privação materna, ou de figuras de apego.

Bowlby (1988) faz uma advertência muito importante sobre a possível aceitação da criança a sua estada na instituição. Esta advertência se refere ao fato de a criança

apresentar sinais comportamentais que podem estar indicando uma aparente acomodação e amabilidade por parte dela, deixando quem dela cuida tranqüilo, já que esta criança não lhe dá o mínimo trabalho, o que vem de encontro com o objetivo da instituição total – corpos dóceis e obedientes (Foucault, 1977). A este respeito, Bowlby (1988) discorre:

> Com freqüência estas crianças são quietas, obedientes, fáceis de lidar, comportadas e ordeiras, além de fisicamente saudáveis; muitas delas até parecem felizes. Enquanto permanecem na instituição não existe nenhum motivo aparente para preocupação; contudo, quando vão embora, elas estão despedaçadas e torna-se evidente que seu ajustamento tinha uma característica superficial e que não se baseava num desenvolvimento real da personalidade (p.29).

Os efeitos da privação materna podem ser agravados no ambiente institucional devido a sua rotina rígida. As crianças são privadas das relações de afeto com seus familiares no momento do abrigamento; no entanto, esta privação se estende, via de regra, por toda sua estada na instituição, devido à falta de laços afetivos constantes e carência de estimulação por adultos carinhosos (Gonçalves da Silva, 1977; Altoé, 1990).

A transferência das crianças de uma instituição para outra, um procedimento comum em muitas instituições, também é um agravante da dificuldade de formação de vínculos afetivos. As crianças sofrem perdas sucessivas e ficam reticentes a uma nova aproximação. Bowlby (1993) considera que a separação da criança de uma figura de apego é uma experiência extremamente angustiante e pode levar a criança a antecipar o medo de outras possíveis separações.

Weber e Kossobudzki (1996) afirmam que, após o afastamento de uma figura de apego, a criança poderá "em seus relacionamentos futuros, oferecer e pedir pouco, investir quase nada, e não se apegar para não sentir dor e nunca precisar chorar" (p.43).

Viorst (1986) também faz um alerta quanto às conseqüências de a criança estar separada ou privada da figura de apego. Viorst (1986) afirma que a angústia e o sofrimento de querer ter uma figura de afeto por perto e não conseguir pode fazer que a criança entenda que amar machuca e por isso ficará reticente a estabelecer vínculos afetivos com outras pessoas. É como pensar que melhor é não ter do que ter e perder.

Outro entrave extremamente impeditivo da formação de vínculo afetivo na instituição é a ditadura da disciplina. Os funcionários responsáveis pelos cuidados à criança estão também totalmente absorvidos pela rotina disciplinar que são obrigados a cumprir e a impor às crianças. Seguindo este ritmo, a vinculação afetiva não tem vez, não é possível, visto que a atenção individualizada não existe, a criança não é percebida com uma pessoa, que pode receber e dar afeto, e sim, como mais uma peça de uma engrenagem.

Circula, ainda, na instituição uma cultura do desafeto, definida por Altoé (1990) como "crença de que não se devem estabelecer relações afetivas entre funcionários e crianças" (p.47), pois nas transferências de instituição, o que é muito comum, todos sofrem, inclusive a criança. Esta questão foi levantada por Altoé (1990) através do depoimento das próprias funcionárias do abrigo.

Em uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, Altoé e Rizzini (1985) constataram que de fato há uma cultura do afeto padronizado. A este respeito, as autoras apontam:

> O consenso é de que o apego a uma criança em particular não é benéfico nem para a criança, nem para os funcionários e nem para o grupo de crianças. Esta relação particular pode gerar perturbações nas atividades diárias de atendimento aos internos – a regra é que todos devem ser atendidos da mesma forma e com a mesma eficiência. Se um é atendido com carinho especial haverá uma discriminação em relação aos outros, e isto é considerado negativo. Exige-se das atendentes uma atitude de imparcialidade – tratar a um grupo grande de crianças da mesma forma homogênea, como se todos constituíssem uma "massa" única (p.120).

Para diminuir os prejuízos causados pelo déficit na vinculação afetiva é fundamental que a criança tenha uma figura de "maternagem" constante lhe dando afeto, sendo que esta não precisa ser necessariamente a mãe biológica.

O conceito de maternagem foi apresentado por Badinter (1985), que defende a tese de que o amor materno não é um instinto, uma condição natural da mulher:

> Estou convencida de que o amor materno exista desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Qualquer pessoa (pai, babá, avós, ou outros) pode 'maternar' uma criança (p.17).

Bowlby (1990) também fala de outras pessoas para ocupar o lugar de figura de apego: "o papel da principal figura de apego de uma criança pode ser preenchido por outras pessoas que não a mãe natural" (p.322).

Na década de 1960, Bowlby (1988) realizou uma pesquisa com crianças em creches, hospitais e instituições e concluiu que o contato com a mãe deveria ter constância. Hoje é sabido que este cuidado pode ser prestado por qualquer pessoa, desde que essa relação seja de continuidade com a criança, para que o comportamento de apego possa se desenvolver.

Guirado (1980) problematiza a questão dos cuidados maternos dispensados à criança numa instituição, alertando para o fato de que a qualidade do vínculo afetivo é o fundamental para o desenvolvimento saudável da criança, e que isto dependerá das atitudes da "mãe substituta" para com a criança. Para Guirado (1980):

> Uma "mãe substituta" que não considera as diferenças individuais de seus "filhos", que não os solicita, que não interage física ou verbalmente com eles, que lhes fornece informações ambíguas e contraditórias que é ora indiferente ao seu choro, à sua tristeza, à sua alegria, à sua atividade e à sua iniciativa, ora punitiva dessas mesmas manifestações; é uma mãe arbitrária na imposição de uma rotina de hábitos de vida, não respeitando as reais necessidades das crianças (p.175).

Mais uma vez a qualidade nas relações dentro da instituição é fundamental para promover qualquer mudança de qualidade do planejamento do cuidado da criança. Para Ebrahim (1999), a extinção do sistema institucional para crianças e jovens abandonados ou em situação de risco, é uma utopia, já que é visto como indispensável por alguns setores da sociedade, como para a família que é isentada da condição de cuidadora e fonte de sustento para a criança, bem como para a sociedade em geral, que é desobrigada de conviver com a criança em situação precária denunciando todo um sistema de atenção social falido.

A via para minimizar os efeitos danosos ao desenvolvimento infantil causados pela institucionalização será a mudança das condições e o aumento da qualidade do atendimento dispensado à criança que vive em instituições. Como aponta Berthoud (1997), a mudança da qualidade da instituição depende de que as crianças recebam cuidados adequados, através de uma figura substituta, em uma instituição com funcionários permanentes, número reduzido de crianças, e com boa assistência física e emocional.

Enfim, é fundamental que seja privilegiada a constituição de unidades menores de abrigamento, que mais se assemelhem às condições de um ambiente familiar, sempre buscando outras alternativas paralelas ao abrigamento, seja retorno familiar, colocação em família substituta ou adoção. A ênfase deve ser dada à possibilidade de convivência em ambiente familiar, com poucas pessoas (como Casa Lar), extinguindo os grandes internatos no padrão instituição total como medida de erradicação das condições institucionais nocivas (Silva, 1997).

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo deste trabalho foi verificar como crianças abrigadas em dois abrigos da cidade de Curitiba, com idade variando entre 8 e 12 anos, descrevem sua situação de abrigamento, sua história familiar e suas expectativas de futuro.

Os objetivos da presente pesquisa foram:

1. Analisar como estavam organizadas as famílias das crianças no momento do abrigamento.
2. Descrever a situação de abrigamento das crianças.
3. Verificar a expectativa de futuro das crianças abrigadas.
4. Relacionar o grau de vinculação afetiva com a rede de relações interpessoais da criança.
5. Verificar se há diferenças nos relatos das crianças da Casa Lar e do Abrigo.

MÉTODO

1. PARTICIPANTES

Os participantes desta pesquisa foram 30 (trinta) crianças que estão sob a guarda de dois abrigos da cidade de Curitiba. Destas trinta crianças, 18 (dezoito) estavam abrigadas numa instituição do tipo Casa Lar e as outras 12 (doze) num Abrigo convencional.

Os critérios de seleção das crianças foram os seguintes:

- **Idade**: crianças entre 8 e 12 anos.
- **Saúde:** sem diagnóstico de deficiência física ou mental.
- **Tempo de abrigamento**: estivessem há pelo menos um ano na mesma instituição.
- **Escolaridade**: não estivessem freqüentando classe especial e que tivessem iniciado o ciclo básico.

O sexo das crianças não foi requisito para a seleção. A primeira instituição (Casa Lar) é uma instituição mista, composta por meninos e meninas, sendo que a amostra ficou dividida em 10 meninas e 8 meninos. A segunda instituição (Abrigo convencional) é um abrigo só para meninos e, portanto, os 12 participantes foram do sexo masculino.

2. SELEÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Os critérios para seleção dos abrigos foram a idade das crianças e a aceitação da proposta da pesquisa pelo responsável na instituição. Outro critério fundamental foi o tipo de instituição, sendo que uma deveria ser do tipo Casa Lar e outra do tipo Abrigo convencional.

O ponto inicial do trabalho foi o levantamento das instituições que abrigam crianças em situação de risco pessoal ou social na cidade de Curitiba, através do cadastro da Secretaria Municipal da Criança. De posse da relação das instituições, um total de 14 (quatorze) abrigos, treze organizações não governamentais (ONG'S) e uma instituição pública, foi feito contato telefônico com todas elas para checar quais eram as características das crianças abrigadas, e se fossem coerentes com os critérios estabelecidos para a seleção da amostra. O próximo passo seria averiguar a possibilidade de um contato pessoal para apresentação da proposta da pesquisa.

Dos 14 (quatorze) abrigos, 10 (dez) tinham crianças com as características estabelecidas para seleção da amostra. Entretanto, somente 4 (quatro), todas organizações não-governamentais (ONG'S), aceitaram o contato pessoal e a proposta para a coleta de dados.

O critério para finalização da escolha foi eleger duas instituições – uma Casa Lar e outra um Abrigo convencional – que tivessem um número maior de crianças com as características pretendidas nesta pesquisa.

3. INSTRUMENTO E MATERIAIS

As crianças foram entrevistadas a partir de seis roteiros previamente elaborados com os seguintes tópicos: 1) desenho da família e constituição familiar; 2) investigação sobre limites; 3) individualidade; 4) dia de visita; 5) atividades extra-instituição; 6) expectativa de futuro. Outros instrumentos utilizados foram: prancha nº 10 (anexo 1) do CAT (teste de apercepção temática para crianças); autobiografia e dinâmica sobre as redes de relações interpessoais de cada criança.

Ainda, foram utilizados alguns materiais de apoio como: gravador e fitas cassetes; folhas de papel e lápis para desenhar.

4. PROCEDIMENTO

Após a seleção das instituições, partiu-se para o período de observação e contato mais próximo com os funcionários e com as crianças de cada instituição. Foram feitas três visitas de quatro horas cada para facilitar o contato com as crianças no momento da coleta de dados.

O próximo passo foi o estabelecimento do horário para coleta de dados com cada criança, de acordo com a rotina institucional e com a grade de compromissos individuais das crianças, e a coleta da assinatura do responsável pela instituição autorizando a participação das crianças (anexo 2)

Antes do início da coleta de dados propriamente dita, foi perguntado para a criança se ela desejaria participar da pesquisa, explicando-lhe exatamente o que se pretendia com a mesma, apresentando-lhe, também, a possibilidade de interromper a participação quando tivesse interesse em fazê-lo. Não houve nenhum caso de não-aceitação inicial ou desistência.

O local de coleta de dados na instituição Casa Lar foi a casa onde vivia a criança, no quarto da mesma, com o aviso prévio de que não poderia haver nenhum tipo de interrupção. No Abrigo (convencional) a coleta de dados foi feita na sala de estudo, com a porta fechada, sem interrupção ou interferência externa.

O procedimento para a coleta de dados foi dividido em quatro etapas, realizadas num só contato com cada criança, com duração média de uma hora e quarenta minutos. As etapas foram:

1. Dados sobre a convivência familiar;
2. Dados sobre a situação de abrigamento;
3. Dados sobre as expectativas de futuro da criança abrigada;
4. Rede de relações interpessoais dos participantes.

1. **Dados sobre a convivência familiar**

Esta foi a etapa inicial da entrevista de coleta de dados. Foi solicitado à criança que fizesse o desenho de sua família, nomeando cada figura desenhada, e o grau de parentesco. Logo após o término do desenho, o entrevistador levantou os pontos principais sobre a família da criança seguindo o roteiro padrão previamente estabelecido, com o objetivo de usar o desenho como estímulo para que a criança falasse sobre o seu universo familiar e os motivadores para o abrigamento.

A seguir será apresentado o roteiro de entrevista relativo ao desenho da família:

- Quem são estas pessoas e objetos? Perguntar uma a uma apontando para casa uma delas, anotando o nome no desenho, logo depois de avisar p/ a criança que fará isto, se ela quiser poderá anotar sozinha.
- Como eles vivem? O que acontece nesta casa?
- Fale um pouco de cada uma destas pessoas. O que você acha delas? Apontando para cada uma, mudando após a criança terminar de falar.
- Quem ia à escola ou ao trabalho. Especificar cada atividade de cada um.
- Porque você teve que sair de casa e vir para cá? Como você se sentiu?
- Você gostaria de voltar para sua casa? Porque?
- Como você acha que as pessoas da sua casa estão?
- Como você acha que eles ficaram depois que você veio para cá?

Na seqüência, foi apresentada a prancha número 10 do CAT (teste de apercepção temática para crianças) e pedido à criança que contasse uma história sobre a figura que

ela estava vendo. O objetivo desta etapa foi estimular a criança a falar sobre a violência presente, ou não, no cotidiano de cada uma delas.

O teste CAT não foi utilizado por completo e nem como um teste projetivo como é a sua proposta. Foi utilizada apenas uma prancha (nº 10) como estímulo para uma resposta da criança.

2. Dados sobre a situação de abrigamento.

Esta fase foi dividida em:

2.1. Investigação da noção de limites e de a possibilidade da criança estar submetida à disciplina rígida. A coleta destes dados foi feita através da seguinte estória contada a criança: *"um dia o Pedro (ou Lila caso a criança fosse do sexo feminino) estava na escola e fez alguma coisa de errado, e por isso foi parar na diretoria, chegando lá levou uma bronca e a diretora mandou um bilhete para casa contando o que ele tinha feito. Sua mãe (ou tia, ou tio, ou monitor, ou o nome – isto foi adequado de acordo com o modo como a criança se referia à pessoa que cuidava dela a maior parte do tempo) ficou brava e colocou o Pedro de castigo"*. Em seguida foi investigado o que a criança achou da história e sua relação com a mesma através do roteiro específico para este tópico, apresentado a seguir:

- O que você acha que o Pedro fez de errado na escola?
- O que a tia achou disto?
- O que ela fez com Pedro?
- O que a sua mãe (tia, tio da instituição) faria se você tivesse feito o mesmo que Pedro?
- Você acha certo ou errado o que a sua mãe (tia ou tio da instituição) faria?
- Como você acha que seria melhor fazer com as crianças que fazem coisas erradas?
- Diga coisas certas e coisas erradas que uma criança faz.

2.2. Perguntas sobre individualidade, também estabelecidas previamente; com o objetivo de investigar o quanto a instituição preservava a individualidade de cada criança. A seguir será apresentado o roteiro deste tópico:

- Quando você veio para a (nome da instituição) você trouxe alguma coisa do lugar de onde você veio?
- O que? Você usa ou brinca com o que você trouxe?
- Você tem roupas que são só suas?
- Você vai sozinho ao banheiro fazer xixi? Você vai sempre que tem vontade?
- Você dorme sempre na mesma cama?

- Você dorme em que horário? E se ficar com sono antes? E se não estiver com sono?
- Você entra no seu quarto a hora que você quer? Porque?

2.3. O tópico: o dia de visita, foi pesquisado utilizando a seguinte estória *"Lembra do Pedro (ou da Lila)? Eu havia dito a você que ele mora num abrigo como você. Certo dia era o dia de receber visitas, e por isso o Pedro foi tomar banho e se arrumar para esperar as pessoas chegarem . . ."*. Na seqüência foram feitas as perguntas do roteiro deste tópico, com o objetivo de estimular a identificação da criança com o personagem da história (adequado em termos de nome de acordo com o sexo da criança) para que pudesse fluir melhor o conteúdo programado no roteiro sobre as visitas que a criança recebia e fazia, bem como, o controle exercido pela instituição. A seguir será apresentado o roteiro de perguntas deste tópico:

- Como o Pedro está?
- Está triste ou feliz?
- Será que ele vai receber visitas?
- Será que chegou alguém?
- Quem?
- Ele vem sempre?
- Não veio ninguém?
- Nunca veio?
- O que é legal quando chega visita?
- O que é ruim?
- E você recebe visita?
- Quem?
- Quantas vezes?
- Você sai para visitar alguém?
- Quem? Sempre?
- Quantas vezes?

2.4. Foram investigadas as atividades exercidas fora da instituição de cada criança; para isto foram feitas perguntas especificas do roteiro a seguir:

- Você vai a algum lugar fora da (nome da instituição)?
- Onde?
- Quando?
- Com quem?
- Você gosta?
- O que mais você gostaria de fazer?
- Porque?

2.5. Com o objetivo de averiguar se a criança que vive no abrigo consegue falar dela própria, utilizou-se a autobiografia, pedindo que a criança respondesse à pergunta *"Quem é (o nome da criança)?"*.

3. **Dados sobre as expectativas de futuro da criança abrigada**

O objetivo principal desta etapa foi investigar no presente como a criança imagina seu futuro. Para isto, foi feito o seguinte pedido à criança: *"Imagine que daqui a pouco vai parar ali na frente do portão, um ônibus mágico – como se fosse uma máquina do tempo – e este ônibus irá te levar para o futuro, e quando você descesse deste ônibus você já seria adulto, gente grande"*. Na seqüência foi iniciado o roteiro de perguntas correspondente a este assunto, a seguir:

- O que vai acontecer com você?
- Como você vai ficar?
- Terão outras pessoas com você? Quem?
- Estas pessoas moram com você?
- O que elas fazem?
- O que você faz?
- Lá no futuro é igual, melhor ou pior do que aqui? Porque?
- Imagine que você está trabalhando lá no futuro. O que você esta fazendo?
- Imagine que você está na sua casa no futuro. Tem alguém com você lá? Quem? O que ele é seu?

4. **Dados sobre a rede de relações interpessoais dos participantes**

O objetivo desta fase foi delinear as redes de relações das crianças participantes, delimitando seu tamanho e seus conteúdos afetivo e instrumental. Desta forma, solicitou-se a cada criança que relacionasse todas as pessoas que ela conhecia, de todos os lugares – abrigo, escola, família e outros – explicitando o tipo de vínculo mantido com cada uma delas.

Esta atividade foi baseada no procedimento estabelecido por Trindade (1984) para a coleta de dados de sua Dissertação de Mestrado. Trindade utilizou como padrão de avaliação deste tópico quatro zonas (ou níveis) de relações interpessoais das crianças, com objetivos preestabelecidos:

a. zona primária de afetividade positiva;
b. zona secundária de afetividade positiva;
c. zona de relações instrumentais;
d. zona de afetividade negativa.

Para identificar as zonas acima, foram colocadas para cada criança situações relacionadas com o objetivo de cada zona, da seguinte forma:

a. *"Imagine que você fosse de foguete morar em outro planeta. Neste foguete não caberiam todas as pessoas que você conhece. Você teria que escolher só algumas que iriam com você. Lógico que você deveria escolher as pessoas de quem você sentiria saudades, caso elas ficassem. Pessoas com quem você gosta de estar junto, de conversar ou brincar e que fariam falta. Quem você levaria?"*

Nesta fase inicial deve-se considerar que as pessoas indicadas seriam as mais fortemente ligadas às crianças em termos afetivos.

b. *"Imagine que o foguete fosse um pouco maior. Então você poderia levar mais algumas pessoas, de quem você também gosta e que seriam boa companhia. Quem mais você levaria?"*

As pessoas aqui indicadas também são ligadas afetivamente à criança, porém não seriam tão importantes quanto as primeiras.

c. *"Você vai para um lugar novo, diferente, onde você não conhece ninguém. Lá, vai precisar fazer coisas para poder viver, talvez coisas que você não saiba. Quem você levaria que poderia ajudá-lo, poderia ensinar você, fazer coisas com você?"*

Nesta parte considerou-se que as crianças indicariam as pessoas que poderiam ser seus instrutores, que poderiam ensinar-lhes o que não sabiam.

d. *"Imagine que o foguete fosse bem grande e que coubesse todo mundo que você conhece. Mesmo assim existem pessoas que você não gostaria de levar. Quem você não levaria, que só iria chatear e atrapalhar você?"*

Aqui considerou-se que as pessoas apontadas pela criança fossem aquelas com quem tivesse ou teve algum problema, ou seja, aquelas pessoas que de quem não gostam.

Todos os procedimentos de coleta de dados foram gravados em fitas cassetes, com o consentimento da criança, e depois transcritos, formando um arquivo pessoal de cada criança participante, como no modelo apresentado no anexo 9.

CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Para melhor compreensão do contexto em que este trabalho foi realizado, a seguir será feita a descrição das características principais de cada instituição participante deste estudo.

CASA LAR

O sistema Casa Lar é uma organização institucional que visa reproduzir o mais fielmente possível a convivência em ambiente familiar, primordialmente com o propósito de cumprir com os ditames do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). A rotina diária de uma Casa Lar deve prover todas as necessidades básicas da criança como: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer e afeto.

A instituição Casa Lar participante da pesquisa desenvolve suas atividades desde 1988 na cidade de Curitiba. A instituição é uma ONG (Organização-Não Governamental) gerenciada por um Conselho renovado a cada dois anos, mantida através de convênio com a Secretaria Municipal da Criança da cidade de Curitiba, como também, com o apoio de mantenedores através de contribuições mensais, as quais geram o principal recurso utilizado para o pagamento dos funcionários, compra de roupas, gás de cozinha, calçados, material escolar, alimentos, equipamentos domésticos, medicamentos, manutenção dos imóveis e do veículo da instituição.

Sua capacidade de atendimento é para 50 (cinqüenta) crianças em situação de risco pessoal ou social de ambos os sexos, com idade variando entre 04 (quatro) e 18 (dezoito) anos, sendo que a idade limite para ingresso na instituição é de 12 (doze) anos. O ingresso na instituição acontece através do encaminhamento da Central de Vagas[2] da Secretaria Municipal da Criança.

Quanto ao espaço físico, a instituição está organizada em cinco casas com o mesmo padrão de construção, localizadas na mesma região. Cada casa tem uma cozinha; uma sala de estar; uma sala de jantar; um banheiro com três divisórias para banho e mais três com vasos sanitários, além de duas pias; e quatro quartos, sendo três para as crianças, equipados com camas e armários individuais, e um para o casal social. As casas ainda contam com amplo espaço externo.

[2] Central de vagas é uma listagem com todas as crianças que foram retiradas da convivência com sua família, em uma determinada cidade, e necessitam ser abrigadas em uma instituição. O encaminhamento acontece a partir do órgão responsável pela central de vagas, no caso de Curitiba – a Secretaria Municipal da Criança.

Cada casa fica sob a responsabilidade de um casal social, sendo que somente a mãe social é funcionária da instituição. Um dos critérios de seleção é a obrigatoriedade de o marido estar empregado. Outros critérios de seleção são: ter filhos (no máximo dois), participarem de alguma atividade religiosa, o casal não ter idade inferior a 26 anos ou superior a 50 anos no momento da contratação.

O quadro de funcionários da instituição é composto, além das cinco mães sociais, por uma Assistente Social, uma secretária, uma diarista e um motorista; além de um quadro de voluntários.

Quanto ao funcionamento diário da instituição, todas as crianças freqüentam a escola, as menores vão à creche e as maiores à escola de acordo com sua idade e maturidade. Os maiores de quinze anos têm a opção de freqüentar uma escola profissionalizante, recebendo uma bolsa auxilio de 50% do salário mínimo, exercendo atividades como aprendiz por quatro horas diárias.

Algumas crianças vão à escola pela manhã e outras pela tarde dependendo da disponibilidade de horários e vagas na rede pública de ensino. No restante do tempo ocorrem as tarefas cotidianas como fazer tarefas escolares, assistir à televisão, as refeições, o lazer e o auxílio no trabalho doméstico. Estas atividades transcorrem de acordo com a rotina própria de cada casa, não tendo horários preestabelecidos pela direção da instituição para todas as casas.

Outras atividades fora da instituição também são comuns como: ir à biblioteca, ir a cursos de teatro, ou dança, ir a passeios pré-programados, entre outras. Estas atividades dependem dos convênios estabelecidos com a comunidade ou Poder Público, bem como da característica de cada criança e de seu desejo em participar. Os passeios podem, também, ficar a cargo do casal social que se responsabiliza pelo grupo de crianças de sua casa, e pode até mesmo visitar pessoas de seu círculo de amizades.

Os problemas de saúde, de um modo geral, são resolvidos através dos recursos da comunidade e serviços da rede pública. Eventualmente, a instituição se responsabiliza pelo ônus de serviços especializados não disponíveis na rede pública.

Enfim, as características mais marcantes desta instituição são: a organização visando à reprodução de uma ambiente familiar, o número reduzido de crianças por cuidador e o contato diário com a comunidade, desde a inserção das casas em bairros compatíveis com o padrão de construção, como também a participação do casal social e das crianças que vivem no abrigo em atividades promovidas pela comunidade.

ABRIGO

O abrigo tradicional, neste estudo chamado simplesmente de Abrigo, tem como principal característica a conjugação de todas as atividades em um só espaço físico sem ter como meta a reprodução de um ambiente familiar, ou seja, espaço pequeno que agrega poucas crianças e que tenha adultos constantes ocupando o papel de pais ou responsáveis.

O Abrigo participante desta pesquisa há sete anos funciona sob a coordenação da mesma pessoa, membro de uma instituição religiosa que mantém o abrigo. Além da instituição religiosa este abrigo é mantido com doações recebidas da comunidade em geral.

A capacidade do Abrigo é para abrigar até 50 (cinqüenta) crianças, todos meninos de 3 (três) a 18 (dezoito) anos. Esta instituição tem por característica aceitar crianças que são levadas pelos pais ou outros adultos responsáveis sem a passagem prévia pela Central de Vagas da Secretaria Municipal da Criança, bem como abrigar crianças de outros Estados ou Cidades, no entanto, também abriga crianças através da Central de Vagas.

Seu espaço físico está estruturado em um imóvel único que contém: sala de televisão, sala de estudos, rouparia, cozinha, refeitório, banheiros coletivos, capela, escritório, área de lazer com campo de futebol e os dormitórios separados por faixa etária com quatro crianças ocupando cada um, em camas individuais.

O quadro de funcionários é composto, além do Diretor, por dois monitores, uma cozinheira, uma responsável pela lavanderia e uma pela limpeza.

O Diretor e sua esposa trabalham na instituição em tempo integral, residindo na instituição em dependências separadas dos meninos. Os monitores trabalham em dois turnos, um no turno da manhã e o outro no turno da tarde de segunda a sábado. O restante do tempo a instituição fica a cargo do Pastor, sua esposa e auxílio dos meninos mais velhos.

Quanto ao funcionamento da instituição, todos acordam às 6:30 para tomar o café da manhã; na seqüência, os que estudam pela manhã vão à escola e os demais são divididos conforme a idade para auxiliar nas tarefas de limpeza e outros para fazer a tarefa escolar. Ao término destas atividades podem assistir à televisão ou fazer alguma atividade de lazer previamente programada, se houver. Logo após tomam banho, almoçam e vão à escola. À tarde a rotina da manhã se repete com os que vão à escola pela manhã. No final da tarde, por volta de 17:30, todos tomam banho e até as 18:30 jantam para se recolherem à cama até as 20:00 horas.

Todas as crianças que estão estudando freqüentam uma escola particular, que fica ao lado do abrigo e que é mantida pela mesma instituição religiosa.

Não é comum as crianças freqüentarem atividades promovidas pela comunidade ou órgãos do Poder Público. De modo geral, quando há alguma atividade de lazer ou cursos são oferecidas no ambiente institucional, ou seja, o responsável pela atividade vai ministrá-la nas dependências do abrigo.

Quanto ao atendimento de saúde, ele é feito na rede pública.

Enfim, as características mais marcantes desta instituição são: o número elevado de crianças por cuidador, o espaço físico grande agregando todas as crianças, escasso contato com a comunidade e atividades extra escola exercidas no ambiente institucional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta pesquisa foram analisados através das questões abertas por categorias de respostas. A descrição dos mesmos será feita respeitando a ordem dos roteiros utilizados para coletar os dados; assim, espera-se que o leitor construa um panorama das entrevistas realizadas com cada criança (algumas entrevistas completas estão no anexo 3).

Os roteiros preparados para coletar os dados partiram de quatro grandes temas: A Família, O Abrigo, O Futuro e O Vínculo Afetivo. Desta forma, a apresentação dos dados terá estes temas como centrais e se ramificarão em subtemas próprios de cada assunto, os quais serviram de guia para a formulação das categorias a partir da resposta das crianças.

Desta forma, o que foi chamado de temas é, na verdade, a estrutura teórica desta pesquisa, da qual derivaram os roteiros de entrevista. Os subtemas são divisões dos grandes temas para clarificar os focos de análise; alguns subtemas também se subdividiram, por serem muito complexos, antes da formulação das categorias. As categorias de respostas surgiram do entrelaçamento da teoria com as respostas de cada criança.

Os resultados serão apresentados em forma de Tabelas, assim como os exemplos do discurso da criança, representando as categorias.

Os dados expressos nas Tabelas não representam necessariamente uma resposta da criança advinda de uma pergunta específica e sim, de um conjunto de dados.

É importante salientar que nem todas as respostas foram quantificadas pelo número de crianças participantes. Algumas foram analisadas pelo número de respostas, que não coincidiu com o número de crianças, pois cada criança podia apresentar mais de uma categoria em sua resposta. No entanto, em cada Tabela estão indicados o total de respostas, o total de crianças e o total em porcentagem de respostas.

Todas as categorias de respostas serão citadas em Tabelas; no entanto, optou-se por comentar e discutir somente as que apareceram em maior porcentagem, ou ainda, as que tinham evidências em pesquisas anteriores.

Os resultados estarão apresentados em três níveis – Total, que seria a porcentagem das respostas da Casa Lar e do Abrigo em conjunto, e ainda, a porcentagem das respostas de cada abrigo em separado. O motivo desta divisão se deve ao fato de que, em alguns subtemas, a porcentagem de cada abrigo se mostrou discrepante ao extremo, e isto poderia enviesar a análise. Desta forma, optou-se por

apresentar todas as porcentagens em separado e comentar os números de cada abrigo quando ocorressem diferenças importantes.

1. A FAMÍLIA

O tema A Família foi dividido em sete subtemas representados pelas Tabelas com as categorias de respostas. Os dados serão exemplificados através de recortes do discurso das crianças participantes da pesquisa, que serão apresentados em Tabelas específicas.

1.1. Constituição familiar no momento do abrigamento

Tabela 1. Porcentagem das categorias de resposta sobre o tema constituição familiar no momento do abrigamento.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Nuclear	50%	50%	50%
Extensa	14%	11%	17%
Monoparental mãe	11%	22%	0
Monoparental pai	8%	0	17%
Reconstituída mãe	6%	11%	0
Reconstituída pai	4%	0	8%
Só irmãos (órfãos)	4%	0	8%
Filho de criação	3%	6%	0
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

Quanto à constituição das famílias das crianças abrigadas, 50% destas crianças descreveram suas famílias como nucleares, ou seja, tinham o pai, a mãe e os filhos. Seguido da família extensa (14%) família monoparental com a mãe como responsável por ela com 11% das respostas.

Este dado diferencia-se do descrito em pesquisas anteriores, onde os autores (Rizzini, 1985; Weber, Terra, Moreira e Messias, 1999; Prada e Ingberman, 2001) apontavam que, na grande maioria, as famílias de crianças que vivem em abrigos são monoparentais tendo somente a mãe como provedora. Contudo, a família monoparental-mãe também aparece com um número representativo em coerência com os achados de pesquisas anteriores, que apontam que esta formação familiar está em ascensão, juntamente com os dados sobre o crescimento do número de mulheres chefiando lares e exercendo jornada dupla de trabalho – remunerado e do lar (IBGE, 2000).

1.2. Relação familiar

Tabela 2. Porcentagem das categorias de resposta sobre relação familiar.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Violência entre os pais	32%	30%	33%
Negligência	29%	26%	33%
Violência familiar	21%	35%	7%
Sem queixas	16%	5%	27%
Violência sexual	2%	4%	0
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	46	31	15

Quando perguntado à criança como era o relacionamento entre os membros da sua família as respostas apresentaram quase o mesmo percentual entre as categorias entre violência entre os pais (32%), negligência (29%) e violência familiar (21%). A categoria violência familiar representa a violência difundida, ou seja, vários membros praticam a violência contra outros da família – a mãe contra os filhos, os irmãos entre si, os filhos contra o pai ou a mãe. A categoria negligência aponta a falta de cuidados com a casa e com os filhos, deixando faltar alimento e higiene. E a categoria violência entre os pais, diz justamente de atos violentos de um membro do casal contra o outro.

Os exemplos na Tabela 3 demonstram as formas de violência familiar, descritas acima, através do discurso da criança.

Tabela 3. Exemplos das respostas sobre a relação entre membros da família da criança abrigada.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Violência	E – como era a vida de vocês quando moravam todos juntos? C – era ruim, eles me batiam, uma vez eu tava doente e a minha mãe me mandou doente pra escola e eu tive que voltar no meio da aula. Eu estava andando com o meu pai e ele caiu e eu cai junto e eu machuquei a minha coluna, e mesmo assim, com muita dor eu tive que ir para a escola. E – o que mais? C – minha mãe brigava comigo, me batia demais. Meu pai também brigava, mas só quando ele bebia, ele já atacou até uma pedra na cabeça do meu irmão. Era ruim viver lá E – o que mais? C – a minha mãe tinha um amante, e ele brigava muito comigo e com o meu irmão. Só tinha briga naquela casa, a gente sofria. . .	Menina 10 anos, Casa Lar.

Violência entre os pais	E – como era a vida do seu pai e da sua mãe? C – eles brigavam às vezes, meu pai trabalhava não lembro de que, e minha mãe ficava em casa. Ah! Meu pai foi preso. E – porque ele foi preso? C– eles brigaram, minha mãe falou um negócio que ele não gostou, ele bateu nela, ela caiu e ele pegou uma faca e matou ela. E – você viu? C – todo mundo viu.	Menino, 9 anos, Abrigo
Negligência, Violência / agente = mãe.	E – como era a vida de vocês quando moravam todos juntos? C – minha mãe era muito nervosa, batia na gente quando chegava do serviço, a gente ficava o dia todo na rua, e a noite ela ficava brava e batia. A gente ficava sozinho, eu que cuidava dos meus irmãos, comida quase não tinha. Mas todo dia ela batia.	Menina, 12 anos, Casa Lar.

A violência familiar seja contra os filhos ou entre o casal foi apontada pelas crianças entrevistadas como comum em suas famílias. Azevedo e Guerra (1997) apontam que os padrões de comunicação familiar são escassos em algumas famílias, normalmente as que vivem sob condições precárias de sobrevivência, e os padrões violentos de comunicação são incorporados na rotina e tomados como naturais.

A negligência também é considerada uma forma de violência para alguns autores como Roig e Ochotorena (1993). Os fatores atribuídos à negligência são praticamente os mesmos da violência física – stress causado pela falta de condições mínimas de sobrevivência, ou ainda, a busca por alguma atividade que possa trazer algum sustento familiar obrigando a mãe ou os pais a deixarem seus filhos sozinhos por longos períodos, muitas vezes em condições extremamente precárias de higiene e alimentação, caracterizando negligência.

Enfim, condições adversas de moradia, alimentação, saúde, saneamento, ou seja, a miséria, somada à falta de informação e repertório de práticas educativas, pode ser o grande agente desencadeador das relações familiares desviantes – como a negligência ou a violência entre os membros da família.

1.3. Motivos do abrigamento

Tabela 4. Porcentagem das categorias de resposta sobre motivos do abrigamento.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Negligência	24%	28%	20%
Abandono	23%	21%	25%
Opção familiar	19%	0	37%
Violência física	9%	18%	0
Trabalho infantil	7%	14%	0
Violência entre pais	4%	3%	6%
Não sabe	4%	3%	6%
Criança em situação de rua	3%	7%	0
Orfandade	3%	0	6%
Família em situação de rua	2%	3%	0
Violência sexual padrasto	2%	3%	0
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	45	29	16

Os principais motivos de abrigamento são a negligência (24%) e o abandono (23%). Estes números são coerentes com os apresentados em pesquisas anteriores (Carvalho, 1993; Weber, 2000; Renner, 2001; Prada e Ingberman, 2001), que apontam como o principal fator de risco para a negligência e o abandono, a pobreza, a falta de políticas socias eficazes, bem como a falta de oportunidade de trabalho.

Um dado muito importante de ser ressaltado é a opção familiar apontada como motivo de abrigamento. No total 19% das crianças colocaram que o membro da família responsável por criá-las e mantê-las havia decidido "entregá-las" a um abrigo. Entretanto, quando se observa os dados dos dois abrigos em separado, nota-se que o Abrigo aceita com maior freqüência (37%) esta forma de recebimento da criança, ao contrário da Casa Lar, onde não houve nenhum caso.

Primeiramente, é fundamental considerar como funciona o sistema de abrigamento de crianças na Cidade de Curitiba, e pode-se supor que em quase todo o país. Toda situação de risco à qual está submetida uma criança deve ser denunciada pela população, ou seja, por qualquer pessoa que a presencie. A queixa deve ser feita aos órgãos competentes, que seriam, em Curitiba, o SOS Criança, o Conselho Tutelar e/ou a Vara da Infância e Juventude. Toda denúncia deve ser averiguada por um técnico pertencente a algum órgão responsável e, caso seja verídica, ou seja, constatada a necessidade de abrigamento, esta criança entrará numa central de vagas, que buscará a instituição abrigo que melhor poderá atender à criança, a partir das características da instituição e da criança a ser abrigada.

O artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) ressalta que toda criança tem o direito à convivência familiar e, por isso, foram criados mecanismos de averiguação das condições em que se encontram as famílias e a possibilidade de

orientá-las e encaminhá-las a algum programa social que possa auxiliá-la sem a necessidade de abrigar seus filhos. Caso haja a necessidade de abrigamento, que seja respeitado o perfil da criança que deverá ser "protegida" pela instituição e não aprisionada, ou apenas "guardada".

A central de vagas deve ser respeitada, e assim fica vedada a possibilidade de qualquer criança ser abrigada sem passar por estes procedimentos, ou seja, nenhuma instituição poderia abrigar nenhuma criança sem antes encaminhar o caso para os órgãos competentes para avaliarem a situação desta criança e de sua família.

A prática de receber crianças na porta da instituição de abrigo remonta o cenário dos séculos XVIII, XIX, e até a metade do século XX, iniciado com a Roda dos Expostos e depois com a prática caritativa de acolher os filhos de família pobre para poder alimentá-los e encaminhá-los na vida (Marcilio, 1997). Este cenário é típico das instituições que ainda hoje, início do século XXI, existem e desrespeitam boa parte, ou quase a totalidade do que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

O Abrigo, como demonstrado na caracterização das instituições participantes da pesquisa, tem características tradicionais, ou seja, agregaram pouca mudança a partir do ECA. E esta característica de receber crianças por vontade da família, na porta da instituição, é um demonstrativo desta cristalização no passado. Desta forma, como mostrado na Tabela 4, 37% das crianças foram abrigadas por opção da família, no Abrigo, contrapondo-se a nenhuma criança na Casa Lar.

Tabela 5. Exemplos de respostas das crianças sobre o motivo de seu abrigamento.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Negligência	E – o que aconteceu para que você tivesse que vir para cá? C – meu pai e minha mãe bebiam e a gente ficava sozinho, eu tinha 5 anos e minha irmã 3 anos. Ainda a gente tinha que pedir comida na rua, catar papel, por isso que a gente veio morar aqui.	Menino, 10 anos, Casa Lar.
Abandono	E – o que aconteceu para que você tivesse que vir para cá? C – um dia minha mãe sai e deixou a gente brincando na calçada, ela nunca mais voltou, levou uma sacola, acho que ela fugiu, largou a gente, minha madrinha ficou com dó, mas também não podia ficar com a gente, ai eu vim morar aqui.	Menino, 11 anos, Abrigo.

Opção familiar	E – o que aconteceu para que você tivesse que vir para cá? C – minha mãe morreu do coração, e meu pai não tinha condições de cuidar. Ai eu vim pra Curitiba morar com meu vô, e meu vô disse que a gente tinha que vir morar aqui. E – como você veio para cá? C – meu vô que trouxe, mas não sei porque? E – o que ele disse pra vocês? C – que logo a gente saia, mas meu vô morreu. Eu sei que ele que quis trazer a gente. E – o que você sentiu quando disseram que iam levar você? C – não sei, não entendi direito.	Menino, 9 anos, Abrigo.

1.4. Reação dos pais no momento do abrigamento, segundo as crianças

Tabela 6. Porcentagem das categorias de resposta sobre a reação dos pais no momento do abrigamento, segundo criança.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Sem resposta	41%	23%	58%
Ficou triste	25%	33%	17%
Não sei	23%	38%	8%
Nem ligou	11%	6%	17%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

Quando foi perguntado à criança qual a reação dos pais no momento do abrigamento, 41% não responderam e 23% disseram que não sabiam responder. Todas as respostas que falavam de algum sentimento relativo ao momento do abrigamento tinham o mesmo teor, ou seja, que os pais (ou responsáveis) tinham ficado tristes, num total de 25% das respostas.

Entrelaçando o dado da reação dos pais no momento do abrigamento com o dado sobre a causa de abrigamento podem-se apontar algumas hipóteses. A maioria das crianças foi abrigada por ter sido abandonada ou negligenciada; desta forma, pode-se supor que o relacionamento com os pais já apresentava problemas antes do momento do abrigamento. A educadora Zagury (2000) fala da dificuldade, normalmente, de pais e filhos falarem de afeto, e até mesmo de demonstrarem afeto. Assim, a dificuldade das crianças de descreverem as reações dos pais pode ser um misto destas questões: afastamento afetivo dos pais antes mesmo do abrigamento, acrescido da dificuldade presente nos relacionamentos em geral em expressar afeto.

Os 25% que responderam que os pais ficaram tristes, podem estar justificando um desejo de que isto fosse verdade, como relatou uma menina de 8 anos da Casa Lar: " *minha mãe ficou triste quando eu vim pra cá, que dizer, eu acho né, ah, se eu fiquei triste ela também deve ter ficado".* Ou acreditam na tristeza dos pais diante da constatação de fatos, como expressou um menino de 10 anos do Abrigo: *"meu pai ficou*

triste quando eu vim pra cá, estava todo mundo falando tchau pra mim e ele foi chorar atrás do muro".

1.5. Reação da criança no momento do abrigamento

Tabela 7. Porcentagem das categorias de resposta sobre a reação da criança no momento do abrigamento.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Fiquei triste	67%	63%	70%
Não sei	12%	9%	15%
Achei bom	10%	5%	15%
Chorei	9%	18%	0
Nem liguei	2%	5%	0
Total % de resposta	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	35	22	13

A maioria das crianças se expressou com pesar quando a elas foi perguntado como se sentiram no momento do abrigamento; 67% delas disseram ter ficado triste, e 9%, ter chorado, também uma expressão de tristeza. A tristeza tem relação direta com o fato de ter que se separar de sua família, como demonstrado na Tabela 8, reação esperada visto que os pais (ou um deles) eram pessoas a quem a criança havia se apegado, ou seja, se vinculado afetivamente.

Tabela 8. Exemplos das respostas sobre as reações da criança no momento do abrigamento.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Fiquei triste	E – e quando você descobriu que não ia para casa e sim para outro lugar o que você sentiu? C – eu fiquei triste porque eu ia ter que me separar dos meus irmãos, eles eram menores e minha irmã maior, e não tinha vaga pra todo mundo no mesmo lugar.	Menina, 11 anos, Casa Lar.
Fiquei triste	E – o que você sentiu quando disseram que iam levar você? C – eu pensei que eu ia ficar sem ninguém, sabe, sozinha mesmo, sem família, sem amigo, sem ninguém ai eu fiquei triste.	Menina, 9 anos, Casa Lar.
Fiquei triste / chorei	C - como vocês se sentiram? E – O meu irmão chorou bastante, mas eu também chorei, eu gosto da minha família, na hora que eu mais preciso eles estão sempre do meu lado, a gente fica triste.	Menina, 10 anos, Casa Lar.
Achei bom	E – o que você sentiu? C – ah! Eu achei bom. Aqui é melhor, eu tenho uma cama só minha.	Menino, 8 anos, Casa Lar.

1.6. Explicação dada à criança no momento do abrigamento

Tabela 9. Porcentagem das categorias de resposta sobre a explicação dada à criança no momento do abrigamento.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Nenhuma	50%	50%	50%
Sem resposta	21%	33%	9%
Real	15%	6%	25%
Irreal	14%	11%	16%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

Este dado é alarmante, pois 50% das crianças entrevistadas relataram que não tiveram nenhuma explicação sobre o porquê do abrigamento, seja por suas famílias, ou pelo técnico que efetivou a ação, ou mesmo através do responsável pelo abrigo que a recebeu. As demais, 21% delas, não souberam responder e 14% relataram que as respostas foram falsas, irreais. Assim, somente 15% das crianças foram informadas corretamente sobre o motivo do abrigamento, ou seja, chegaram à instituição cientes do que estava acontecendo.

Isto demonstra o despreparo dos técnicos dos órgãos responsáveis pela proteção da criança e do adolescente e também dos profissionais que trabalham nos abrigos. Altoé (1990) já apontava esta falha na comunicação dos funcionários da instituição com as crianças, como se não fosse necessário que a criança conhecesse sua história. Maricondi (1997), numa descrição da fase de transição de um abrigo em São Paulo, que estava sendo transformado em Casas Lares, enfatiza que as crianças e os adolescentes que vivem na instituição são os únicos motivos de estas existirem e que, por isso, devem ser considerados como agentes de construção e modificação da rotina institucional, no entanto, isto só é possível se for respeitada sua história, tornando-a acessível e clara para cada uma das crianças e adolescentes que vivem na instituição. Outro estudo que ressalta a mesma questão foi o de Weber (1999B).

Desta maneira, é inconcebível que apenas 14% das crianças entrevistadas tenham sido informadas do que estava acontecendo quando foram abrigadas. Os 86% restantes ou descobriram ao longo do tempo, ou desconhecem até hoje.

A fala das crianças na Tabela 10 enfatiza a gravidade da falta de informação, principalmente, quando esta informação é dada de forma distorcida e fantasiosa.

Tabela 10. Exemplos das respostas sobre as explicações dadas à criança no momento do abrigamento.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Nenhuma	E – quem trouxe você pra cá? C – a moça da Kombi, acho que do Conselho tutelar, eles já tinham ido em casa uma vez falar com a minha mãe. E – o que eles disseram pra você? C – nada, só falaram que eu tinha que ir com eles. Não falaram por que.	Menino, 9 anos, Abrigo.
Explicação irreal	E – como você veio pra cá? Como foi? Me conte um pouco. C – eu vim na Kombi, fiquei com medo, mas ai eles falaram para mim que eu ia ter um quarto só para mim e tudo que eu quisesse, no lugar novo onde eu ia morar.	Menina, 8 anos, Casa Lar.
Explicação irreal	E – como foi que vocês vieram pra cá? C – eles, o SOS, foram me buscar na escola, pediram para eu pegar a mochila, e eu já percebi que iam me levar pra algum lugar. Eles me disseram que iam me levar pra passear, mas eu percebi que eu não ia poder voltar pra casa.	Menina, 10 anos, Casa Lar.
Explicação irreal	E – eles te explicaram para onde você ia e o que estava acontecendo? C – não, falaram que iam levar a gente pra ver a minha mãe, e ai trouxe a gente pra cá.	Menino, 9 anos, Abrigo.

1.7. Atribuição de violência contra o personagem da prancha 10 do teste CAT (teste de apercepção temática infantil).

Tabela 11. Porcentagem das categorias de resposta sobre atribuição de violência contra o personagem da prancha 10 do teste CAT (teste de apercepção temática infantil).

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
SIM	76%	77%	75%
NÃO	20%	23%	17%
Não respondeu	4%	0	8%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

Para coletar este dado foi utilizada a prancha nº 10 do teste CAT (teste de apercepção temática infantil), simplesmente como disparador de uma situação, ou seja, não houve a intenção de utilizá-lo como um teste projetivo como ele o é em sua origem. Esta prancha mostra uma criança deitada no colo de um adulto, com o ventre recostado sobre a perna deste e com as nádegas voltadas para cima, eles estão num cômodo

semelhante a um banheiro e sobre as costas da criança tem a ponta de algo que se assemelha a uma toalha (prancha em anexo 1).

Neste item pretendeu-se levantar a vivência da violência cotidiana da criança em seu ambiente familiar, mais especificamente a violência de seus pais, ou responsáveis, contra ela. Notou-se que 76% delas descreveram a prancha do teste CAT como uma cena de violência da mãe ou do pai contra seu filho.

Este dado parece contraditório com outros aqui apresentados, já que o item: motivos do abrigamento mostrou que apenas 12% das crianças foram abrigadas devido à violência física. No entanto, esta alta freqüência de resposta compatível a cenas de violência física pode ser devido ao modo de relação cotidiana da família com esta criança e não necessariamente, relativa ao motivo principal do abrigamento.

A este respeito, Azevedo e Guerra (1997) enfatizam a legitimação da violência física contra os filhos, na população em geral. Atos de violência, como dar uns "tapinhas" na criança se esta se recusar a tomar banho, são vistos como normais e legítimos ao código do desenvolvimento da boa educação da criança; vide o dito popular: *"é de pequeno que se torce o pepino"*. Porém, estas mesmas pesquisadoras, Azevedo e Guerra (1997), demonstraram que estes "tapinhas" ingênuos podem tornar-se espancamentos futuros.

A resposta de uma menina de 10 anos da Casa Lar exemplifica esta legitimação da "pequena violência": *"a menina está apanhando porque fez bagunça, a mãe dela é brava e está batendo nela. Sabe, às vezes a gente tem que apanhar, levar um tapa quando a gente está fazendo arte, mas sem espancar"*.

A seguir será apresentada uma síntese com os principais dados referentes ao tema: A Família.

SÍNTESE DO TEMA: A FAMÍLIA

A Tabela 12 contempla apenas os principais resultados de cada subtema analisado dentro do tema A Família, por esta razão não será contemplada a soma de 100% das respostas em cada subtema.

Tabela 12. Síntese dos principais resultados (%) apresentados sobre o tema A Família.

Subtemas	Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Constituição Familiar	Nuclear	50%	50%	50%
	Extensa	14%	11%	17%
	Monoparental mãe	11%	22%	0
Relação Familiar	Violência entre os pais	32%	30%	33%
	Negligência	29%	26%	33%
	Violência familiar	21%	35%	7%
Motivos do abrigamento	Negligência	24%	28%	20%
	Abandono	23%	21%	25%
	Opção Familiar	19%	0	37%
Reação dos pais	Sem resposta	41%	23%	58%
	Ficou triste	25%	38%	8%
	Não sei	23%	33%	17%
Reação da criança	Fiquei triste	67%	63%	70%
	Não sei	12%	18%	0
Explicação sobre o abrigamento	Nenhuma	50%	50%	50%
	Sem resposta	21%	33%	9%
	Irreal	15%	6%	25%
	Real	14%	11%	16%
Atribuição de violência ao personagem da prancha n º 10 do CAT	Sim	76%	77%	75%
	Não	20%	23%	17%

A maioria das famílias das crianças entrevistadas era nuclear, ou seja, constituída de pai, mãe e filhos, e ainda apresentava um padrão de violência entre seus membros nas relações cotidianas. Os principais motivos para o abrigamento das crianças foram a negligência e o abandono. Outro dado intrigante neste tema foi a falta de explicações dada a criança sobre a situação de abrigamento.

2. O ABRIGO

O tema abrigo tem vários subtemas e estes, por sua vez, se ramificam em vários enunciados que coincidem com o título das Tabelas.

2.1. Disciplina

O subtema: disciplina pretendeu analisar quais são as noções que a criança abrigada tem de limites/disciplina, e convencionou-se fazer a distinção entre disciplina não coercitiva e disciplina coercitiva. A primeira sendo a disciplina necessária para o desenvolvimento adequado da criança e a segunda, disciplina coercitiva, como sendo a utilização autoritária e sem propósito de regras rígidas, exercidas através de ameaça ou jugo. Assim, foram analisados vários subitens para formar o conjunto da análise da disciplina.

2.1.1. Comportamentos adequados da criança

Tabela 13. Porcentagem das categorias de resposta sobre as atitudes certas da criança.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Obedecer	38%	36%	40%
Estudar	18%	28%	7%
brincar	15%	4%	26%
Não bater	10%	12%	7%
Não xingar	8%	4%	13%
Arrumar a casa	7%	8%	7%
Não se sujar	2%	4%	0
Não gritar	2%	4%	0
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	40	25	15

Um dos pontos analisados foi em relação aos comportamentos que as crianças entrevistadas achavam adequados, relativos a elas próprias. Algumas crianças deram mais de uma resposta. 38% das respostas afirmaram que era certo obedecer, com equivalência de respostas nos dois abrigos (36% e 40%). Logo em seguida, a resposta estudar foi a mais expressada, com 18% de todas as respostas, no entanto, a Casa Lar teve 28% e o Abrigo somente 7% das respostas.

Obedecer é a máxima da instituição, ou seja, a criança deve estar submetida à ordem estabelecida. Os dados mostraram que não há diferença entre a Casa Lar e o Abrigo. Segundo Trindade (1984), a criança que vive numa instituição-abrigo está sob o efeito do que foi chamado por ela de condicionamento moral, ou seja, fazer a criança acreditar que a instituição é um bem supremo a ela e que, sem a instituição, ela estaria em situação pior, e por isso deve agradecer e obedecer às regras instituídas. Desta forma, no dia-a-dia as crianças se "habituam" a pensar e agir assim.

Por outro lado, não se pode descartar a idéia que está internalizada na população em geral, como já foram citadas outras – quando discutida a violência física contra os filhos – da importância da obediência dos filhos aos pais ou aos mais velhos. No entanto, como cita Zagury (2000), obediência não é sinônimo de submissão irrestrita e sim, de negociação, de conscientização.

O que ficou claro é que, no modelo institucional, a obediência é, sim, sinônimo de submissão sem negociação de regras, apenas pura imposição. As respostas das crianças demarcam bem esta diferença.

Tabela 14. Exemplos das respostas sobre as atitudes certas das crianças.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Obedecer	E – o que é certo uma criança fazer? C – obedecer principalmente a mãe e o pai social, a gente chega aqui, eles cuidam da gente, a gente tem mais é que obedecer.	Menina, 9 anos, Casa Lar.
Obedecer / estudar / brincar	E – o que é certo uma criança fazer? C – brincar, estudar e obedecer. Brincar por que eu sou pequeno, estudar porque eu tenho que aprender e obedecer porque eu tenho que obedecer os mais velhos, senão o "pau come" e é isso.	Menino, 11 anos, Abrigo.

2.1.2. Comportamentos inadequados da criança

Tabela 15. Porcentagem das categorias de resposta sobre as atitudes erradas da criança.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Fazer bagunça	34%	27%	40%
Bater	26%	27%	25%
Xingar	18%	17%	20%
Desobedecer	11%	17%	5%
Não sei	5%	10%	0
Mentir	5%	0	10%
Usar drogas	1%	2%	0
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	50	30	20

Quanto comportamentos inadequados, a resposta com maior freqüência (34%) foi fazer bagunça, seguida de bater e xingar com 26% e 18% respectivamente.

O primeiro item – fazer bagunça – também está atrelado à ordem estabelecida que não deve ser destruída. Altoé (1990) apontou em sua pesquisa que a rotina da instituição sempre deveria acontecer da mesma forma, e que o simples fato de as crianças andarem com os brinquedos pela instituição era motivo de reprimenda, pois

estavam quebrando a ordem, ou, fazendo bagunça. Outra categoria que tem a mesma conotação é desobedecer, com 11% das respostas.

As atitudes classificadas como bater e xingar fazem parte numa categoria maior que é a violência, atitudes estas comumente expressas pelas crianças, mas com um significado bastante negativo, uma conotação de algo errado, porém que não as impedem de repeti-los. Aqui novamente pode ser discutida a questão da falta de repertório comportamental para expressar-se no dia-a-dia, não sabem reagir de outra forma a algo que as contrarie, senão através de violência física e verbal. A manifestação através da violência foi observada em membros de famílias que tinham casos de violência doméstica, por Azevedo e Guerra (1997), que constataram que, de fato, isto acontece por falta de outros repertórios, ou seja, não houve outros modelos que as crianças tenham podido aprender.

Mentir e usar drogas foram as outras categorias citadas, com 5% e 1% respectivamente.

2.1.3. Atitudes do responsável (na instituição) frente às atitudes erradas da criança

Tabela 16. Porcentagem das categorias de resposta sobre as atitudes do responsável (na instituição) frente às atitudes erradas da criança.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Castigo	54%	73%	34%
Punição física	31%	5%	58%
Nenhuma	6%	5%	8%
Conversa	6%	12%	0
Não sei	3%	5%	0
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

Após as crianças manifestarem o que entendiam por atitudes certas e erradas delas próprias, investigou-se o que os responsáveis por ela, na instituição, faziam frente às atitudes erradas cometidas por elas.

Neste item houve uma discrepância de resultados entre a Casa Lar e o Abrigo. A resposta mais freqüente foi que, frente às atitudes erradas da criança, o responsável respondia com um castigo, sendo que 54% do total das crianças apresentaram esta resposta. Dividida entre os dois abrigos as respostas correspondentes à categoria castigo atingiram as seguintes freqüências – 73% na Casa Lar e 34% no Abrigo. Ou seja, a Casa Lar tem como prática o castigo frente às atitudes erradas da criança.

Já no Abrigo o castigo foi apontado por 34% das crianças como atitude do responsável frente às atitudes erradas da criança; em contrapartida, a punição física foi a resposta com maior número entre as crianças que vivem no Abrigo – num total de 58%.

A conversa foi a atitude expressa por 12% das crianças da Casa Lar, sendo que no Abrigo nenhuma criança respondeu que a atitude do responsável frente a uma atitude errada dela era a conversa.

As práticas educacionais no ambiente institucional são importantíssimas, mas também podem ser extremamente prejudiciais caso sejam somente coercitivas, sem uso de diálogo e reflexão. A diferença entre a instituição Casa Lar e o Abrigo quanto às práticas educacionais de seus funcionários para com as crianças é notadamente diferente.

A punição física é imediatamente classificada como maléfica, destrutiva. Os chamados castigos devem ser analisados mais profundamente; podem ser tanto construtivos como destrutivos. Os destrutivos são aqueles que são desproporcionais ao ato da criança e sem explicação; por exemplo, derrubou comida do prato sem querer, então vai ficar dez dias sem sobremesa; ou ainda, bateu no amiguinho, vai ficar trancado por duas horas no banheiro. Os construtivos são aqueles adequados à idade e maturidade da criança, diretamente ligados ao ato e que denunciam exatamente a conseqüência de sua ação, por exemplo, sujou a parede, vai pegar um pano e limpar; quebrou um objeto de propósito, vai ajudar a reparar.

Goffman (1992) apontou que uma das características das instituições totais é manter a ordem a qualquer custo, mesmo que seja necessário o uso de punição, inclusive física. As crianças do Abrigo denunciam que a punição física é uma constante e que isso acontece em massa, normalmente no banheiro, no momento do banho. Isto caracteriza um indício de que este abrigo tem propriedades de uma instituição total.

Altoé (1990) também denuncia este mesmo abuso de poder disciplinar em instituições do Rio de Janeiro, em fins da década de 1980.

A Tabela 17 apresenta a fala das crianças sobre as punições físicas sofridas na instituição.

Tabela 17. Exemplos das respostas sobre as atitudes do responsável (na instituição) frente às atitudes erradas da criança.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Punição física	C - a vida aqui é ruim, os meninos batem na gente, e quando a gente crescer não vai apanhar deles. E – o que você faz quando apanha? C – conto pro Pastor e ele coloca os piá de castigo. Quando o	Menino, 9 anos, Abrigo.

	monitor bate a gente não conta. E – porque? C – senão apanha de novo.	
Punição física	E – o que ia acontecer com você se você fizesse como o Pedro? C – ia apanhar. Um dia eu levei uma advertência e cheguei em casa e apanhei. O outro dia foi um bilhete, ai o monitor e a tia me falaram que desta vez eu só ia apanhar uma vez quando fosse tomar banho. C – em casa o meu pai ia me dar bronca. E – e aqui. C – hummmmmm! (ar pensativo) aqui nada, não ia acontecer nada. E – o que acontece quando vocês fazem coisa errada aqui? C – a gente apanha. E – e quem bate? C – o monitor, a tia qualquer um.	Menino, 11 anos, Abrigo.
Punição física	C - Eu já apanhei aqui, de cinta, pelado, tomando banho. Sabe porque? Porque eu estava fora do banheiro na hora do banho, cheguei depois e não podia. E - O que você sentiu? C – dor né tia.	Menino, 9 anos, abrigo2.

A seguir veremos a classificação feita pelas crianças quanto aos tipos de castigos impostos a elas, para discutir, então, a prática do castigo na Casa Lar.

2.1.4. Tipos de castigo utilizados na instituição

Tabela 18. Porcentagem das categorias de resposta sobre os tipos de castigo utilizados na instituição.

Categoria	Total (Casa lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Reclusão	43%	40%	46%
Físico	28%	32%	23%
Retirada de atividade prazerosa	11%	23%	0
Submeter a tarefas domésticas	11%	0	23%
nenhum	7%	5%	8%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	35	22	13

O tipo de castigo mais comum nos dois abrigos foi a reclusão. Entende-se por reclusão qualquer menção feita pela criança ao ato de ficar trancado no quarto ou no banheiro por tempo determinado sem poder sair ou fazer qualquer outra coisa. No total, 43% das crianças responderam que este tipo de castigo é o mais comum, sendo que na Casa Lar esta resposta foi dada por 40% das crianças e no Abrigo por 46%. Na verdade, estes dados levantam uma hipótese de que a instituição não sabe estabelecer regras e contingências, não sabe ensinar um repertório comportamental, modelar comportamentos adequado e, assim, somente apresenta o modelo errado, de punição e castigo ilógico, ou seja, a todo momento expõe à criança um modelo de práticas educativas coercitivas.

O castigo físico também foi bastante citado, por 28% das crianças, sendo que o número mais expressivo foi na Casa Lar – 32%, contra 23% de respostas no Abrigo. O castigo físico, aqui, está diferenciado do ato de bater na criança; seja palmada ou espancamento, são castigos que submetem o corpo a algo desprazeroso como ajoelhar-se no milho ou ficar em pé por muito tempo.

Estes números demonstraram que o fato de uma instituição não ter como prática o uso de punição física não garante a diferença do abrigo convencional com características de instituição total. O castigo pode ser uma forma tirânica de submeter a criança a regras impostas verticalmente e fazer a todo custo que ela se enquadre tornando-se dócil (Foucault, 1977).

Se houve algum dado que diferencia positivamente a Casa Lar do Abrigo, foi a referência à prática do uso da conversa na relação do cuidador (mãe social) com a criança, mesmo sendo citada por apenas 12% das respostas das crianças da Casa Lar, já que nenhuma criança do Abrigo fez menção a esta prática. E o uso da suspensão temporária de alguma atividade prazerosa da criança, sempre com o cuidado de mostrar que isto é a conseqüência de um comportamento inadequado da criança; esta categoria foi citada por 23% das crianças da Casa Lar e por nenhuma das crianças do Abrigo.

Tabela 19. Exemplos das respostas sobre os castigos mais comuns na instituição.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Castigo físico	E – você já ficou de castigo? C – já fiquei cheirando a parede. E – porque? C – eu fiz bagunça no refeitório.	Menino, 11 anos, Abrigo.
Castigo físico e reclusão	E – e o que você acha que a tia teria feito com você se você tivesse feito o mesmo que a Lila fez? C – colocava de castigo. Ou de joelho no milho, ou ficar no quarto ou no banheiro.	Menina, 9 anos, Casa Lar.
Castigo físico	E – e o que você acha que a tia teria feito com você se você tivesse feito o mesmo que a Lila fez? C – teria me deixado de castigo. E – qual castigo? C – de ficar de joelho. E – e você já teve um castigo assim, ficar de joelho? C – só com a outra tia (mãe social anterior a que está na casa agora, saiu há aproximadamente dois meses).	Menina, 11 anos, abrigo1.
Retirada de atividade prazerosa	E – e o que você acha que a tia teria feito com você se você tivesse feito o mesmo que o Pedro	Menino, 9 anos, Casa Lar.

prazerosa	fez? C – deixar sem assistir novela. E – você acha certo ou errado? C – certo porque se a gente faz alguma coisa de errado tem que pagar pelas conseqüências. Sempre que eu vou fazer algo que eu sei que é errado, eu penso na novela, ai eu desisto.

2.1.5. Atitudes da "tia" / monitor consideradas corretas frente ao comportamento inadequado da criança

Tabela 20. Porcentagem das categorias de resposta sobre as Atitudes da "tia" / monitor consideradas corretas frente ao comportamento inadequado da criança

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Deixar de castigo	53%	72%	34%
Conversar	34%	11%	58%
Não fazer nada	6%	11%	0
Não sei	7%	6%	8%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

A pergunta disparadora do item apresentado na Tabela 20 foi "o que você acha certo a "tia"/monitor fazer quando uma criança faz algo errado?". Diante desta questão 53% das crianças dos dois abrigos responderam que era deixar de castigo. Sendo que neste caso o número superiormente maior foi da Casa Lar com 72% das respostas das crianças nesta categoria.

Em seguida, com 34% das respostas estava a categoria conversar. Neste caso, a freqüência mais alta foi a do Abrigo – 58% de respostas, enquanto a Casa Lar apresentou apenas 11%.

2.1.6. Atitudes da "tia"/monitor consideradas erradas frente ao comportamento inadequado da criança

Tabela 21. Porcentagem das categorias de resposta sobre as atitudes consideradas erradas da "tia"/monitor frente ao comportamento inadequado da criança.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Bater	71%	50%	92%
Castigo de joelho	9%	17%	0
Sem resposta	20%	33%	8%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

Outra questão feita às crianças foi "o que você acha errado a "tia"/monitor fazer quando uma criança faz algo errado?". As respostas, apresentadas na Tabela 21, foram praticamente unânimes 71% disseram que era errado bater, sendo que 92% das crianças do Abrigo deram esta resposta e 50% da Casa Lar. A outra categoria de resposta foi castigo de joelho, também com conotação de punição física, e representou 9% do total, sendo que somente as crianças da Casa Lar (17%) apresentaram esta resposta. Os 20% restantes não quiseram responder, e aqui novamente, houve discrepância entre a Casa Lar com 33% das respostas e o Abrigo com 8%.

Foucault (1977) coloca que o castigo é uma prática internalizada na instituição, tanto os "líderes" como os "subalternos" aceitam o castigo como algo necessário, e ainda que sua característica primordial seja corrigir desvios. Assim, se aqui o ponto em discussão são atitudes corretas do monitor/ "tia" / responsável (líder) frente a atitudes erradas da criança (subalterno), justifica-se a escolha da criança pela prática do castigo. A aceitação do castigo como algo necessário ao bom desenvolvimento da criança está naturalizada tanto pelos pais, como pela criança, como também pela sociedade em geral; isto foi constatado em uma pesquisa de Weber, Viezzer e Endo (2001) sobre a violência presente nas práticas parentais de educação infantil.

Altoé (1990) diz que a criança só se rebela de fato contra atos que ela acredita serem totalmente desproporcionais às suas atitudes, e que isto acontece normalmente quando as crianças que vivem em um abrigo são punidas fisicamente. Isto foi constatado em uma pesquisa com sete abrigos de uma instituição no Rio de Janeiro, com capacidade para abrigar uma média de 300 crianças cada. Em paralelo com a constatação feita por Altoé é possível analisar as respostas das crianças do Abrigo sob a mesma ótica. Como foi verificado anteriormente a prática mais comum do Abrigo, frente a atitudes erradas da criança, é a punição física. Assim, pode-se dizer que a contestação enfática das crianças com relação à prática de bater dos monitores vem desta constatação de que esta atitude é desigual com seus atos.

A conversa foi eleita como resposta pela maioria das crianças do Abrigo como alternativa à punição física. No entanto, as crianças da Casa Lar apresentaram uma baixa freqüência desta resposta e alta freqüência da resposta colocar de castigo, uma das razões já foi discutida sobre a aceitação do castigo como prática necessária na instituição (Foucault, 1977), e outra hipótese é que este fato diminui a importância da conversa para a criança, já que para ela o castigo não é algo ruim, ao contrário das crianças do Abrigo que a conversa é necessária como alternativa à punição física.

2.1.7. Síntese do subtema: Disciplina

Este item introduz a discussão sobre os mecanismos rígidos de controle coercitivo existentes na instituição. Notou-se que as crianças dos dois abrigos – Casa Lar e Abrigo convencional – entendem que a atitude mais preciosa na instituição é a obediência, ou seja, conceito já incorporado pela criança como indispensável. No entanto, esta obediência é referida como cumprir regras e ordens – demanda vertical - e nunca fazendo menção à conscientização e negociação de regras – planejamento horizontal. Em seguida, e com a mesma conotação de necessidade de manter a ordem, vem a identificação das crianças dos comportamentos inadequados delas no dia-a-dia, enfatizando o fazer bagunça e os atos de violência bater e xingar.

Após os comportamentos adequados e inadequados da criança no cotidiano, outro ponto foi levantado: as atitudes do responsável por elas na instituição – "tia" ou monitor, frente às atitudes erradas da criança. Neste ponto houve uma discrepância entre os dois abrigos - Casa Lar apontou o castigo (73%) e o Abrigo, a punição física (58%).

Foi feita uma discussão diferenciando os castigos como construtivos – conseqüências lógicas frente a contingências estabelecidas previamente e os destrutivos – desproporcionais, coercitivos e sem relação com o comportamento inadequado. Essa distinção serve para clarificar que o fato de a instituição não usar a punição física como prática educacional não significa que a disciplina imposta não seja coercitiva. Desta forma, foi percebido que a maior parte dos castigos, tanto da Casa Lar como do Abrigo dividia-se entre reclusão (Casa Lar com 40% e Abrigo com 46%) e castigo físico (Casa Lar com 32% e Abrigo com 23%). Na Casa Lar, a terceira opção foi a retirada de atividade prazerosa (23%), enquanto o Abrigo não apresentou nenhuma resposta desta categoria, mas apresentou 23% das respostas na categoria tarefas domésticas como castigo. Enfim, a única prática entendida como castigo construtivo foi a retirada de atividade reforçadora, também assim interpretada pelas crianças como no exemplo a seguir: *"quando eu faço algo errada a "tia" deixar sem assistir novela. Você acha certo ou errado? Certo porque se a gente faz alguma coisa de errado tem que pagar pelas conseqüências"*.

E finalmente, as crianças apontaram as atitudes certas e erradas dos responsáveis ("tia" / monitor) frente atitudes erradas das crianças. Como certas, as crianças da Casa Lar apontaram deixar de castigo (72%); e do Abrigo, conversar (58%).

Enfim, a Casa Lar apresentou dois pontos positivos, ou seja, que preserve a formação saudável da criança como prioridade e não a rotina institucional, que foi

alguma menção feita pelas crianças de que atos errados são atrelados a conseqüências claras estabelecidas previamente, ou seja, a criança sabe o que vai acontecer se ela transgredir uma regra – como a retirada de atividade prazerosa. E outro ponto que foi o hábito da conversa, na Casa Lar as crianças têm mais espaços para conversar com os pais sociais do que as crianças no abrigo. No entanto, em todos os outros pontos vê-se a mesma rigidez institucional já denunciada por pesquisas anteriores – obediência total e irrestrita às regras estabelecidas e castigo sem fundamentos. O Abrigo excedeu-se ainda mais na rigidez e na caracterização como instituição total pela alta freqüência de punição física e submissão das crianças às tarefas domésticas (limpar, lavar etc.) como castigo.

Conclui-se em relação à disciplina, os dois abrigos são conservadores e estão no mesmo patamar das instituições denunciadas antes da promulgação do ECA (1990).

Neste item foram utilizados como referências os estudos de Foucault (1977), Altoé (1990), Goffman (1992) e Zagury (2000).

2.2. Individualidade

Este subtema tratou da preservação da individualidade da criança no abrigo versus a massificação.

2.2.1. Objetos pessoais trazidos de casa

Tabela 22. Porcentagem das categorias de resposta sobre os objetos pessoais trazidos de casa.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Sim	75%	84%	66%
Não	25%	16%	34%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

Quando foi perguntado à criança se ela havia trazido algo de pessoal de sua casa, 75% das crianças responderam que sim.

Tabela 23. Porcentagem das categorias de resposta sobre quais objetos pessoais foram trazidos de casa.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Roupas	51%	40%	61%
Roupa do corpo	20%	40%	0
Brinquedo	11%	7%	13%
Material escolar	6%	13%	0
fotografias	6%	0	13%

relógios	6%	0	13%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	23	15	8

Quanto ao tipo de objeto trazido de casa para a instituição 51% respondeu que foi roupa e 20% que foi a roupa do corpo.

Tabela 24. Porcentagem das categorias de resposta sobre a permanência do objeto trazido de casa.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Ainda tem e usa	63%	100%	25%
Nunca o teve acessível	37%	0	75%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	23	15	8

Sobre a permanência do objeto de maneira acessível à criança houve uma diferença evidente entre as respostas das crianças da Casa Lar e do Abrigo. Todas as crianças da Casa Lar responderam que tem acesso ao objeto pessoal, sendo que somente 25% das crianças do Abrigo deram a mesma resposta. Em contrapartida, 75% das crianças do Abrigo nunca tiveram o objeto acessível.

Assim, pode-se perceber que o fato de trazer um objeto pessoal para a instituição aconteceu da mesma forma com as crianças dos dois abrigos. Entretanto, das crianças que trouxeram estes objetos de casa, 100% os têm junto de si na Casa Lar, e somente 25% os têm no Abrigo, sendo que a maioria (75%) nunca pode ter estes objetos junto de si, mesmo sendo roupas pessoais.

A seguir serão apresentados os exemplos das respostas das crianças.

Tabela 25. Exemplos das respostas sobre a permanência de objetos pessoais trazidos de casa.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Trouxe o objeto / nunca o teve acessível	E – quando você veio para o Lar você trouxe alguma coisa que era sua lá da sua casa? C – foto do meu pai e da minha tia. E – você ainda tem? C – rasgaram. E – você trouxe roupas suas? C – trouxe. E – você usou esta roupa? C – todo mundo usa.	Menino, 10 anos, Abrigo.

Trouxe o objeto / nunca o teve acessível	E – quando você veio para o Lar você trouxe alguma coisa que era sua lá da sua casa? C – trouxe mais já roubaram. E – o que você trouxe? C – um relógio e um desodorante. E – quem fez isso? C – não sei, todo mundo pega.	Menino, 10 anos, Abrigo.

2.2.2. Objetos individuais no abrigo

Tabela 26. Porcentagem das categorias de resposta sobre os objetos individuais no abrigo

Categoria	Casa Lar		Abrigo	
	Sim	Não	Sim	não
Roupas	100%	0	0	100%
Brinquedos	100%	0	8%	92%
Cama	100%	0	100%	0

Além dos objetos trazidos de casa, foi perguntado à criança se ela tinha objetos individuais no abrigo. Neste item, outra discrepância entre as instituições. Todas as crianças da Casa Lar afirmaram ter roupas, brinquedos e cama individuais. Já as crianças do Abrigo afirmaram ter somente sua cama de individual, 100% delas responderam que não tinham roupas próprias, ou seja, armários e roupas são coletivos nesta instituição. E somente 8% delas disseram que tinham brinquedos individuais.

Respeitar a individualidade da criança é apontado como um dos quesitos mais importantes para que a criança desenvolva de modo saudável sua percepção de si, dos seus domínios, bem como cresça de forma autônoma. Através da individualidade a criança se diferencia dos outros e pode lançar-se a desenvolver atividades e projetos próprios (Bee, 1996).

Esta postura de respeito à individualidade é o oposto à prática da massificação tão presente em instituições totais (Goffman, 1992) como exprimem Rizzini (1985), Altoé (1990) e Weber e Kossobudzki (1996). Outro ponto denunciado por estes autores é que não preservar objetos pessoais trazidos de casa é o mesmo que aniquilar parte do vínculo com o passado e da história de vida desta criança.

2.2.3. Síntese do subtema Individualidade.

Este subtema denuncia uma clara diferença entre os dois abrigos. A Casa Lar tem o respeito à individualidade da criança preservado. Já o Abrigo é o retrato do

processo de massificação institucional, onde as crianças não existem como indivíduos e sim, como uma massa, um grupo com identidade e necessidades únicas para a instituição.

Esta diferença é marcada quando 100% das crianças da Casa Lar que relataram terem trazido objetos pessoais de casa os tiveram conservado junto de si. Em contrapartida, somente 25% das crianças do Abrigo ainda os têm. Outro ponto importante diz respeito aos objetos individuais na instituição, sendo que 100% das crianças da Casa Lar relataram ter cama, roupa e brinquedos individuais. Por outro lado, nenhuma criança do Abrigo tem roupa individual, 8% tem brinquedo e 100% tem cama própria.

Autores de referencia para este tópico: Rizzini (1985), Altoé (1990), Goffman (1992) e Weber e Kossobudzki (1996).

2.3. Atividades extras

Neste subtema buscou-se levantar qual o contato que as crianças têm com a comunidade através de atividades extras, além de ir á escola e outras dentro da instituição.

2.3.1. Atividades extra-abrigo

Foi perguntado à criança se ela fazia alguma atividade, além de ir à escola, fora da instituição. Caso a resposta fosse afirmativa, perguntava-se o quê e, caso fosse negativa perguntava-se, então, se ela gostaria de fazer algo e o quê.

Tabela 27. Porcentagem das categorias de resposta sobre as atividades extras

Categoria	Casa Lar	Abrigo	Casa Lar	Abrigo
	Faz		Não faz, mas gostaria de fazer	
Sim, educativa	44%	0	0	0
Sim, atividade artística	28%	0	40%	9%
Não	28%	100%	0	33%
Sim, atividade esportiva	0	0	40%	0
Não sei	0	0	20%	33%
Brincar em outros lugares	0	0	0	25%
Total % de respostas	100%	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	18	12	5	12
Total de respostas	18	12	5	12

Das crianças da Casa Lar, 72% responderam que faziam atividades fora do abrigo, entre elas: atividades educativas (44%) como ir à biblioteca, ir ao "farol do saber", às aulas de reforço – e atividades artísticas (28%) que seriam aulas de pintura, teatro e dança.

Quanto às crianças do Abrigo, 100% delas afirmaram não fazer nenhuma atividade extra, e quando tinha algo programado como futebol, era realizado dentro da instituição.

Das crianças da Casa Lar, que responderam que não faziam nenhuma atividade extra, 40% responderam que gostariam de fazer atividades artísticas, outros 40% gostariam de fazer alguma atividade esportiva e 20% disseram não saber o que poderiam fazer.

Das crianças do Abrigo, 33% responderam que não gostariam de fazer nenhuma atividade extra, outros 33% disseram que não sabiam o que queriam fazer, 25% relataram que gostariam de brincar em outros lugares e somente 9% tinham uma atividade pré-definida como fazer alguma atividade artística.

A falta de contato com a comunidade é mais um indício da cultura massificante existente nas instituições totais. Maricondi (1997) aponta que uma das diferenças marcantes existentes entre os abrigos tradicionais, conservadores, e os abrigos mais atuais, voltados para o desenvolvimento saudável da criança, sob os parâmetros do ECA (1990) é a qualidade dos contatos sociais extramuros que as crianças têm.

Pesquisadores como Trindade (1984) e Mello (1999) apontam o papel fundamental dos contatos sociais para a criação de um sentido de pertencimento a uma sociedade mais ampla, da cidadania, do respeito ao outro, entre outros aspectos que, na realidade de muitos abrigos, como o Abrigo estudado, ficam prejudicados.

2.4. Autobiografia

Este subtema trata da capacidade de expressão e do conteúdo desta expressão da criança que vive em abrigos.

Tabela 28. Porcentagem das categorias de resposta sobre autobiografia.

Categoria	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
	Casa Lar		Abrigo	
Sonhos	17%	0	0	0
Qualidades (+) e defeitos (-)	14%	17%	16%	0
Tarefas que desempenha	13%	0	10%	0
Não fala sobre si	10%	0	32%	0
Características físicas	10%	0	0	0
Sentimento	7%	6%	10%	6%
Características relacionais	3%	3%	26%	0
Total % de respostas	100%		100%	
Total de crianças (n)	18		12	
Total de respostas	30		19	

Quanto à primeira questão deste subtema – a capacidade de expressão da criança que vive em um abrigo – pode-se afirmar que a maioria delas falam sobre si, somente 10% das respostas das crianças da Casa Lar e 32% das respostas das crianças do Abrigo foram da categoria não fala sobre si.

Com relação ao conteúdo, 17% das respostas das crianças da Casa Lar foram sobre seus sonhos, o que gostariam de ter ou realizar, 14% delas sobre suas qualidades, 13% sobre as tarefas que costumam desempenhar, 10% relataram as características físicas, 7% sobre sentimentos, e 3% sobre características relacionais – relação com outras pessoas.

As respostas das crianças do Abrigo relataram em primeiro lugar (26%) características relacionais, 16% delas foram sobre qualidades próprias, 10% sobre sentimentos e outros 10% sobre as tarefas que costumam desempenhar.

Algumas respostas das crianças relataram pontos negativos, como defeitos, expressos por 17% das respostas das crianças da Casa Lar, e por nenhuma das crianças do Abrigo. Outras respostas das crianças da Casa Lar apontaram características relacionais e sentimentos negativos, com 3% cada. O restante das respostas das crianças do Abrigo (6%) foram sobre sentimentos negativos.

Tabela 29. Exemplos das respostas sobre autobiografia.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Características físicas	C – eu sou eu. Ainda ia falar da cor do meu cabelo, do meu olho, meu tamanho.	Menina, 9 anos, Casa Lar.
Adjetivas / Relacionais (negativos)	C – o (nome) sou eu, e o (nome) é chato. E – porque o (nome) é chato? C – todo mundo quer me bater, então eu acho que eu sou chato. Ah! Os piá me chamam de dente podre. E – o que mais? C – ah! Eu sou eu, eu sou o (nome), meus apelidos são: dente podre, cueca rasgada, café, menino tampinha, pipoca, macaquinho, rato.	Menino, 8 anos, Abrigo.
Adjetiva negativa	C - eu sou muito tímida para falar. E – isso é bom ou ruim? C – ruim, atrapalha um pouco.	Menina, 10 anos, Casa Lar.
Adjetivas / Tarefas (positivas)	C – o (nome) sou eu. Eu gosto de desenhar. Eu sou legal.	Menino, 9 anos, Abrigo.
Sentimento / físicas (positivas)	C – eu sou a (nome), eu tenho nove anos, e moro numa instituição, eu recebo visitas todo sábado, sou alegre e feliz aqui, não pretendo voltar pra casa, pretendo morar aqui, eu sou muito feliz, e	Menina, 10 anos, Casa Lar.

se fosse pra eu voltar pra casa, gostaria que fosse diferente, como é aqui uma família, eu nunca fiquei triste aqui. Eu só choro porque as vezes vai passar a parte mais legal da novela e eu tenho que ficar de castigo. Mas eu sou feliz.

Autores que estudaram os processos de abrigamento ou institucionalização de crianças e adolescentes, como Altoé (1990), Rizzini e Wiik (1990), Weber e Kossobudzki (1996), apontam os prejuízos que a coletividade das ações institucionais pode acarretar ao desenvolvimento da percepção de si da criança abrigada, minando até mesmo a capacidade de expressão da criança. Um trecho de um estudo de Pilotti & Rizzini (1995) clarifica esta colocação:

> "... a institucionalização acarreta mais danos que benefícios para a maioria das crianças internas devido ao predomínio das seguintes características negativas no desenvolvimento do ser humano: impossibilidade de interação com o mundo exterior e conseqüente limitação da convivência social; invariabilidade do ambiente físico, do grupo de parceiros e das autoridades; planejamento das atividades externas à criança, com ênfase na rotina e na ordem; vigilância contínua; ênfase na submissão, silêncio e falta de autonomia. As conseqüências negativas deste processo - tanto para o indivíduo como para a sociedade - surgem dos graves e irreversíveis efeitos exercidos pela institucionalização sobre os afetados. Com efeito, a criança interna desenvolve uma auto-estima extremamente baixa, caracterizada por uma imagem negativa de si mesmo o que interfere no desenvolvimento normal das relações interpessoais. A inserção social destas crianças fica extremamente limitada". (p. 41)

No entanto, os dados da presente pesquisa mostraram que as crianças conseguem se expressar, até mesmo com uma certa variedade de temas.

Sawaya (2001) salienta que, em pesquisas com crianças em situação de rua, estas têm uma grande capacidade de expressar-se e que isto é extremamente saudável visto que é uma forma de significar a realidade e manter viva sua história.

Com relação ao ambiente onde vivem crianças abrigadas e crianças em situação de rua é notória a diferença, mas parece que o ambiente massificador não amputou a capacidade da criança de expressar-se. Magno e Montenegro (2002), em uma matéria jornalística, enfatizaram que as crianças que vivem em abrigo são sedentas por alguém que as escute. Weber (1997, p. 45) ressalta que: "a maioria das crianças gosta de conversar com visitantes, tocá-los ou ficar quietinho por perto, pois o que há de mais precioso na vida delas é o fato de serem objeto de afeição de alguém, mesmo que seja por alguns minutos". Então o que falta não é conteúdo para expressar e sim, pessoas disponíveis para escutá-las.

2.5. Visitas e vínculo familiar

Este item aborda a freqüência dos contatos com pessoas conhecidas, principalmente a família.

2.5.1. Contato com os pais nos primeiros dias do abrigamento

Tabela 30. Porcentagem das categorias de resposta sobre o contato com os pais nos primeiros dias do abrigamento.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Não nunca mais	53%	39%	66%
Sim	33%	50%	17%
Não	14%	11%	17%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

Mais da metade das crianças entrevistadas (53%) relatou que nunca mais viram seus pais, nem nos primeiros dias, nem nos outros, ou seja, estão em completo abandono, sem vínculo com os pais. As que disseram que os pais as procuraram nos primeiros dias somam 33%. E o restante (14%) não teve contato com os pais, ou um deles, num primeiro momento e continuam sem contato nos dias atuais.

Este dado sugere que os abrigos ainda hoje são utilizados como "depósitos" de crianças e, como apontou Rizzini (1985), as instituições que abrigam crianças são um estímulo ao abandono, já que a família sabe que lá seus filhos terão alimentação e escola.

A falta de estrutura da família não é sanada pelo simples fato de o filho ou filhos terem sido abrigados em uma instituição; os problemas continuam, como a falta de alimento, alcoolismo, vivência nas ruas, entre outros, e devem ser olhados, pois, muitas vezes, estes dificultam o vínculo com a criança, como relata um menino de 10 anos, da Casa Lar: *"minha mãe e meu pai vieram me ver uma vez, no comecinho, mas eles estavam muito bêbados, minha mãe estava feia, descabelada, e muito suja. Eu fiquei assustado. Agora eles não vêm mais"*.

2.5.2. Vontade de voltar para casa

Tabela 31. Porcentagem das categorias de resposta sobre a vontade de voltar para casa.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Sim	80%	67%	92%
Não	18%	28%	8%
Não respondeu	2%	5%	0
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

Quando perguntado às crianças se elas tinham vontade de voltar para casa, 80% delas responderam que sim. Destas crianças que responderam sim, 67% foram da Casa Lar e 92% do Abrigo. Boa parte destas crianças justificava seu desejo de voltar para casa, como querendo ter sua família de volta, uma "casa de verdade", como disse um menino de 9 anos, do Abrigo: *"Eu tenho vontade de voltar para casa, aqui tem comida e cama melhor que na minha casa, mas aqui não é uma casa de verdade, com sala da família da gente e cozinha só nossa também"*. Ou outros se justificam apenas pela saudade da família como expôs uma menina de 10 anos, da Casa Lar: *"Aqui é como se fosse uma casa, é uma casa, tem pai e mãe, tem tudo que tem numa casa boa, mas não é a mesma coisa, o que eu sinto mesmo é saudades do meu pai e da minha mãe"*.

2.5.3. Motivos para voltar para casa

Tabela 32. Porcentagem das categorias de resposta sobre os motivos para voltar para casa.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Saudades da família	31%	34%	28%
Não sabe	26%	25%	28%
Fugir da violência da instituição	14%	0	28%
Saudades da mãe	13%	25%	0
Mais liberdade	4%	0	8%
Fugir das tarefas da instituição	4%	0	8%
Saudades dos amigos do bairro	4%	8%	0
Para poder trabalhar	4%	8%	0
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	23	12	11

Este item é complementar ao anterior – vontade de voltar para casa. Como foi dito anteriormente, boa parte das crianças (31% das respostas) desejam voltar para casa por saudades da família. Outros 26% não sabem explicar por que, mas desejam voltar.

Uma categoria expressiva, e que só apareceu nas respostas das crianças do Abrigo, é o desejo de voltar para casa para fugir da violência da instituição; 28%

respostas das crianças do Abrigo tinham esta justificativa. Este dado vem resgatar os dados apresentados por Altoé (1990), no início da década de 1990, junto com a promulgação do ECA (1990), que mostravam que a violência na instituição é constante e naturalizada. Este padrão de relacionamento com as crianças retrata a idéia da população em geral que "palmadas educam", e são necessárias à formação da criança, como advertem Azevedo e Guerra (1997). Esta concepção somada à falta de preparo dos funcionários de muitas instituições resulta em atos cotidianos de violência contra a criança abrigada.

2.5.4. Motivos para não voltar para casa

Tabela 33. Porcentagem das categorias de resposta sobre os motivo para não voltar para casa.

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Temor de ser negligenciada	60%	20%	100%
Temor de violência física	20%	40%	0
Não sabe	10%	20%	0
Temor de violência sexual	10%	20%	0
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	6	5	1
Total de respostas	6	5	1

Para as crianças que disseram que não queriam voltar para casa foi perguntado o motivo, sendo que 60% relataram medo de serem negligenciadas, ou seja, passar fome, viver sem condições de higiene e outros 20% delas diziam ter medo de voltar a sofrer com a violência física dentro de casa. Surgiu ainda o temor de sofrer novamente violência sexual, ocorrida com duas meninas entrevistadas.

Tabela 34. Exemplos das respostas sobre os motivos para não voltar para casa.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Temor de violência física	E – porque você não quer voltar para casa? C – vontade eu até tenho, mas não dá enquanto o meu padrasto estiver morando lá, não dá, ele bate muito na gente. Então eu prefiro ficar aqui.	Menina, 9 anos, Casa Lar.
Temor de ser negligenciada	E – porque você não quer voltar para casa? C – chega de passar fome, catar lixo, morar no lixo! Se eu voltar pra casa vai ser tudo igual.	Menino, 8 anos, Abrigo.

2.5.5. Visitas recebidas

Tabela 35. Porcentagem das categorias de resposta sobre as visitas recebidas pela criança

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Mãe - uma vez	5%	11%	0
Mãe - ás vezes	17%	17%	17%
Mãe - sempre	14%	27%	0
Mãe - nunca	64%	45%	83%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12
Pai - uma vez	4%	0	8%
Pai - ás vezes	21%	17%	25%
Pai - sempre	0	0	0
Pai - nunca	75%	83%	67%
Total	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12
Irmãos moram na instituição	57%	56%	58%
Irmãos - uma vez	0	0	0
Irmãos - ás vezes	11%	5%	17%
Irmãos - sempre	11%	22%	0
Irmãos - nunca	21%	17%	25%
Total	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12
Avós e tios - uma vez	0	0	0
Avós e tios - ás vezes	35%	12%	58%
Avós e tios - sempre	3%	5%	0
Avós e tios - nunca	62%	83%	42%
Total	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12
Pessoas desconhecidas - uma vez	0	0	0
Pessoas desconhecidas - ás vezes	50%	0	100%
Pessoas desconhecidas - sempre	0	0	0
Pessoas desconhecidas - nunca	50%	100%	0
Total	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12
Amigos - uma vez	0	0	0
Amigos - ás vezes	3%	5%	0
Amigos - sempre	6%	12%	0
Amigos - nunca	91%	83%	100%
Total	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

A classificação de recebimento de visitas foi separada por pessoas da família (mãe, pai, irmãos, avós, tios), e por pessoas próximas como amigos e por pessoas desconhecidas que vão à instituição e levam uma criança para passear ou passar o final de semana em suas casas, porém muitas vezes sem nenhum vínculo anterior com a criança.

Quanto às visitas maternas: 27% das crianças da Casa Lar e nenhuma do Abrigo vêem suas mães sempre, ou seja, semanalmente ou quinzenalmente. Quanto as outras crianças da Casa Lar, 17% vêem a mãe às vezes (mensalmente ou a cada dois meses), 11% viram a mãe apenas uma vez desde o abrigamento, e 45% nunca mais viram sua mãe.

Do Abrigo, 17% vêem a mãe às vezes (mensalmente ou a cada dois meses) e 83% nunca mais viram a sua mãe.

Quanto às visitas paternas: das crianças da Casa Lar, 17% vêem o pai às vezes (mensalmente ou a cada dois meses) e 83% nunca mais viram seu pai depois do abrigamento. As crianças do Abrigo, 8% viram seu pai apenas uma vez, 25% vêem o pai às vezes (mensalmente ou a cada dois meses) e 67% nunca mais viram seu pai.

Quanto às visitas de irmãos: 56% dos irmãos das crianças da Casa Lar moram junto com ela na instituição, e das crianças do Abrigo, 58% dos irmãos também moram com ela. O restante das crianças da Casa Lar, 5% vêem os irmãos às vezes; 22% vêem sempre seus irmãos, e 17% nunca mais os viram. Do Abrigo, 17% das crianças vêem seus irmãos às vezes, e 25% nunca mais os viram.

Quanto aos avós e tios: 5% das crianças da Casa Lar vêem sempre seus avós ou tios, 12% os vêem às vezes, e 83% nunca mais os viram desde o abrigamento. Das crianças do Abrigo, 58% vêem às vezes seus avós ou tios, e 42% nunca mais os viram.

Quanto às visitas de pessoas desconhecidas: das crianças da Casa Lar, 100% nunca receberam visitas de pessoas desconhecidas para levá-las para passear ou passar um período com elas. Por outro lado, das crianças do Abrigo, 100% já receberam visitas de pessoas desconhecidas.

Quanto às visitas dos amigos: 5% das crianças da Casa Lar recebem visitas dos amigos às vezes, 12% sempre recebem visitas dos amigos e 83% nunca receberam visitas dos amigos antes. Das crianças do Abrigo, 100% nunca receberam visitas dos amigos.

A família, fonte inicial de afeto, se distancia com o tempo de seus filhos abrigados, atenuando-se a cada dia os vínculos afetivos. Pode-se pensar que o próprio mecanismo de enclausuramento da criança no abrigo pode ser um fator de contribuição para este afastamento da família. Mas também não se deve deixar de considerar as condições socioeconômicas adversas em que vivem estas famílias não tendo, muitas vezes, recursos para visitar seu filho no abrigo (que dirá mantê-lo junto de si).

O afastamento das famílias ao longo dos anos parece ser comum nos abrigos como visto em várias pesquisas (Campos, 1981; Trindade, 1984; Altoé, 1985; Altoé, 1990;

Weber e Gagno, 1995A; Weber, 1998A). Rizzini (1985) aponta, a partir dos dados obtidos em uma pesquisa realizada em três internatos do Rio de Janeiro, com 363 crianças, que 42% destas crianças não eram visitadas por ninguém da família, no entanto, 80% delas tinham pais. Weber e Kossobudzki encontraram um percentual ainda mais elevado, sendo que 69% nunca receberam visitas e somente 5% de órfãos.

Os dados de Rizzini (1985) e Weber e Kossobudzki (1996) se confirmam nesta pesquisa já que foi constatado que a maioria das crianças de ambos os abrigos não recebem visitas, 64% nunca receberam visitas da mãe, 75% nunca receberam visitas do pai, 62% nunca receberam visitas dos avós ou tios, 91% nunca receberam visitas de um amigo.

Outro dado importante quanto às visitas é referente a visitas de pessoas desconhecidas da criança, ou seja, pessoas que vão a uma instituição e levam, com autorização da direção do abrigo, uma criança, ou irmãos, para passear ou passar um final de semana com eles. Esta prática foi muito comum no Abrigo relatada por 100% das crianças. Entretanto, o ponto mais importante é que estas pessoas são totalmente desconhecidas da criança e, portanto, não tem nenhum vínculo com esta. Ainda é comum que as crianças não sejam consultadas sobre seu desejo de ir ou não a estes programas, e se não se manifestarem por conta própria, irão. A este respeito, serão apresentados dois depoimentos das crianças entrevistadas na Tabela 36.

Tabela 36. Exemplos das respostas sobre os motivos para não voltar para casa.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Visitas de pessoas desconhecidas	Às vezes eu recebo a visita de um casal, eles são legais, eu não conhecia, o Pastor disse que eu ia passear com eles, achei meio estranho, mas fui. Depois eu gostei, achei até que eles iam me adotar, tinha um quarto só pra mim na casa deles, mas eles não querem me adotar, é só passeio mesmo.	Menino, 9 anos, Abrigo.
Visitas de pessoas desconhecidas	Eu recebo visita de um tio e uma tia, mas não é irmão da minha mãe, eles vêm e pedem pro Pastor deixar eles passearem com a gente. È legal, mas eu nem conheço eles, agora conheço, mas no começo era estranho, sair com alguém que nem é da minha família e nem meu amigo, mas . . .	Menino, 11 anos, Abrigo.

2.5.6. Melhor fato no dia de visita

Tabela 37. Porcentagem das categorias de resposta sobre o melhor fato no dia de visita

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Ganhar presentes	37%	33%	41%
Ver as pessoas	29%	33%	25%
Sem resposta	34%	34%	34%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

Logo após ter investigado a freqüência das visitas recebidas pelas crianças, foi perguntado a elas qual era a melhor coisa que acontecia no dia de visita e as respostas ficaram bem divididas: 37% das crianças responderam que a melhor coisa era ganhar presentes, 29% disseram que era ver as pessoas e 34% não responderam.

2.5.7. Pior fato no dia de visita

Tabela 38. Porcentagem das categorias de resposta sobre o pior fato no dia de visita

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Sem resposta	42%	50%	34%
Não receber visita	34%	27%	41%
Não ganhar presente	14%	11%	17%
Apanhar da visita	10%	12%	8%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

Outro ponto levantado foi o que poderia acontecer de pior no dia de receber visitas, 42% das crianças não responderam, 34% disseram que a pior coisa que poderia acontecer era não receber visita, 10% responderam que é apanhar da visita, 14% disseram que não ganhar presente era a pior coisa no dia de visita.

Escolher o melhor e o pior fato que poderia ocorrer no dia de receber visitas demonstra que o mais importante para as crianças abrigadas é receber atenção, sentir-se queridas, o que é expresso no melhor fato pela preferência em ganhar presentes e ver as pessoas. E no caso do pior fato foi ressaltado justamente o contrário do melhor fato – não receber visitas e não ganhar presentes, ou seja, não ter atenção.

SÍNTESE DO TEMA: O ABRIGO

Neste tópico foram apresentados os resultados referentes ao tema: O Abrigo.

Disciplina

Este subtema pretendeu analisar quais são as noções que a criança abrigada tem de limites e quais as práticas disciplinares utilizadas nos abrigos.

No geral, os resultados mostraram que os dois abrigos são mais pautados pela disciplina coercitiva do que pela não coercitiva. A diferença mais marcante entre a Casa Lar e o Abrigo, foi o uso intenso de punição física como prática educacional no Abrigo, enquanto a Casa Lar utilizou a prática do castigo, entretanto, quase em sua totalidade; castigos sem fundamentos e, portanto, não construtivos.

Neste item foram utilizados como referências os estudos de Foucault (1977), Altoé (1990), Goffman (1992) e Zagury (2000).

Individualidade.

Este subtema denuncia uma diferença significativa entre os dois abrigos. A Casa Lar tem totalmente preservado o respeito pela individualidade da criança. Já o Abrigo é o retrato do processo de massificação institucional, onde as crianças não existem como indivíduos e sim, como uma massa, um grupo com identidade e necessidade única para a instituição.

Autores de referência para este tópico: Rizzini (1985), Altoé (1990), Goffman (1992) e Weber e Kossobudzki (1996).

Atividades extras

Este subtema procurou levantar qual o contato que as crianças têm com a comunidade através de atividades extras, além de ir à escola, e outras dentro da instituição. Partindo da importância da inserção constante da criança na sociedade, ressaltada por autores como Trindade (1984), Maricondi (1997) e Mello (1999), foram analisadas as respostas das crianças, e constatou-se uma diferença gritante entre a Casa Lar e o Abrigo. Na Casa Lar, 72% das crianças fazem alguma atividade extra, já no Abrigo nenhuma criança faz atividade alguma extra instituição, exceto ir à escola, reproduzindo, assim, o que há de mais pernicioso na instituição total - a exclusão.

Autobiografia

Este subtema trata da capacidade de expressão da criança que vive em abrigos, bem como, do conteúdo expresso. Os resultados obtidos neste subtema demonstraram que a criança que vive em uma instituição-abrigo tem a sua capacidade de expressão preservada, sendo que, somente 10% das respostas das crianças da Casa Lar e 32% das respostas das crianças do Abrigo foram: não falam sobre si. O que pode ser constatado, em consonância com outros autores como Sawaya (2001) e Magno e Montenegro (2002) é que a capacidade de expressão da criança é preservada, e o que falta a elas são pessoas disponíveis a escutá-las. A coletividade excessiva descrita nas pesquisas de Altoé (1990), Rizzini e Wiik (1990), Weber e Kossobudzki (1996) é ,sim, muito nociva ao desenvolvimento da percepção de si da criança abrigada, mas parece que não é suficiente para minar devastadoramente a capacidade de expressão das crianças abrigadas.

Visitas e vínculo familiar

Este item aborda a freqüência dos contatos com pessoas conhecidas, principalmente a família. Quando o assunto é visita à criança abrigada, o tema mais comum é o afastamento das famílias ao longo dos anos, o que parece ser comum nos abrigos, mostrado em várias pesquisas (Campos, 1981; Trindade, 1984; Altoé, 1985; Altoé, 1990; Weber e Gagno, 1995A; Weber e Kossobudzki, 1996; Weber, 1998A). Rizzini (1985) aponta, a partir dos dados obtidos em uma pesquisa realizada em três internatos do Rio de Janeiro, com 363 crianças, que 42% destas crianças não eram visitadas por ninguém da família, no entanto, 80% delas tinham pais.

Os dados de Rizzini (1985) se confirmam nesta pesquisa, pois foi constatado que a maioria das crianças de ambos os abrigos não recebem visitas, 64% nunca receberam visitas da mãe, 75% nunca receberam visitas do pai, 62% nunca receberam visitas dos avós ou tios, 91% nunca receberam visitas de um amigo.

Outra constatação foi que 100% das crianças do Abrigo recebem visitas de pessoas desconhecidas, ressaltando o fato de que estas pessoas são totalmente desconhecidas da criança e, portanto, não têm nenhum vínculo com esta. Ainda é comum que as crianças não sejam consultadas sobre seu desejo de ir ou não a estes programas, sendo que se não se manifestarem contra por iniciativa própria vão ao passeio.

Enfim, desde os estudos da década de 1980 até os estudos atuais, como esta pesquisa, chegaram aos mesmos resultados: a escassez das visitas dos familiares e amigos às crianças que vivem em abrigos.

Os autores de referência para a discussão deste tópico foram: Campos (1981); Trindade (1984), Rizzini (1985), Altoé (1985), Altoé (1990), Weber e Gagno (1995[A]), Weber e Kossobudzki (1996), Weber (1998[A]).

3. AS EXPECTATIVAS DE FUTURO

O tema as expectativas de futuro será apresentado a partir dos subtemas representados pelas Tabelas a seguir.

3.1. Fatos mais relevantes que acontecerão no futuro

Tabela 39. Porcentagem das categorias de resposta sobre os fatos mais relevantes que acontecerão no futuro

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Profissional	26%	20%	32%
Emocional	24%	28%	19%
Familiar	19%	20%	19%
Não sei	14%	16%	12%
Formação escolar	9%	0	18%
Conhecer um artista	4%	8%	0
Vou saber ler	4%	8%	0
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	41	25	16

Quanto aos fatos mais relevantes que as crianças esperam ou acreditam que acontecerão no futuro os mais enfatizados foram os de cunho profissional (26%) e o emocional (24%) seguido do familiar (19%).

As pesquisas relativas às expectativas de futuro das crianças que vivem em abrigos enfatizam a falta de perspectiva delas quanto ao seu próprio futuro. Weber e Gagno (1995B) constataram que apenas 12% das crianças institucionalizadas, que participaram de uma pesquisa que realizaram, expressaram ter algum planejamento do futuro, como estudar ou trabalhar. Trindade (1984) também encontrou dados semelhantes, sendo que 62% dos meninos por ela entrevistados responderam que não sabiam o que iria acontecer com eles no futuro.

Os dados encontrados nesta pesquisa não condizem com os encontrados nas pesquisas anteriores como de Trindade (1984) e Weber e Gagno (1995B), sendo que apenas 14% das respostas das crianças entrevistadas foram que não sabiam o que aconteceria com elas no futuro. O restante tinha alguma perspectiva. Podem-se levantar algumas hipóteses a este respeito, os abrigos podem estar mais preocupados com esta temática, tentando abordá-la com maior freqüência com o propósito de preparar as crianças para sua saída quando completarem a idade máxima (18 anos), já que, se este

jovem não estiver preparado, poderá ser um "problema" para a instituição. Outra hipótese seria a diferença na metodologia de coleta de dados, visto que nos estudos anteriormente citados (Trindade, 1984; Weber e Gagno, 1995B) a forma de coletar o dado foi mais direta, com perguntas específicas, já no caso da presente pesquisa a metodologia foi mais lúdica, com um contexto apresentado previamente antes de abordar o tema.

Tabela 40. Exemplos das respostas sobre os fatos mais relevantes que acontecerão no futuro

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Emocional, Profissional e Familiar	E – o que você acha que aconteceu com você quando você desceu do ônibus e já era adulto? C – eu ia ficar feliz e ia arranjar um emprego, ia trabalhar, ia tirar o meu irmão daqui e nós íamos ficar juntos.	Menino, 10 anos, Abrigo.
Emocional e familiar	E – o que você acha que aconteceu com você quando você desceu do ônibus e já era adulto? C – eu ia ser mais feliz, muito mais feliz, vou estar com a minha mãe, isto é muito bom.	Menino, 10 anos, Casa Lar.
Familiar	E – o que você acha que aconteceu com você quando você desceu do ônibus e já era adulta? C – eu ia estar com a minha irmã, é o que vai acontecer, eu só tenho ela.	Menina, 9 anos, Casa Lar.

3.2. Relações interpessoais futuras

Tabela 41. Porcentagem das categorias de resposta sobre as relações interpessoais futuras

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Familiar	41%	32%	50%
Familiar irmãos	29%	23%	34%
Amigos	13%	18%	8%
Não respondeu	11%	14%	8%
Familiar pais	4%	9%	0
Pessoas do abrigo	2%	4%	0
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	34	22	12

Quando se perguntou às crianças se elas achavam que teriam alguém com elas no futuro e quem seria (ou seriam) esta pessoa, 41% das respostas foram voltadas para membros da família como a mãe, o pai ou todos juntos. Com um número muito próximo de respostas estar com os irmãos foi a segunda resposta mais dada com 29%. Na

seqüência foram citados os amigos com 13% das respostas. As respostas dadas pelas crianças entrevistadas têm consonância com os dados encontrados por Weber e Gagno (1995B) ao apontarem que a convivência familiar é o desejo mais explícito das crianças que vivem em abrigo.

3.3. Convivência no futuro lar

Tabela 42. Porcentagem das categorias de resposta sobre a convivência no futuro lar

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Familiar no papel de filho	30%	44%	16%
Irmãos	30%	27%	34%
Familiar marital	26%	17%	34%
sozinha	7%	6%	8%
Família extensa	4%	0	8%
Com amigos	3%	6%	0
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

Ainda analisando as relações interpessoais, no entanto, agora, relações mais íntimas de convivência no mesmo lar, 30% das crianças responderam que viverão no futuro lar com sua família, seus pais, irmãos e eventualmente outros parentes se estes já fazem parte de sua família no momento atual, ou seja, um retorno à família de origem. A criança se coloca no futuro ainda no papel de filho, mesmo sabendo que já será adulta. A pesquisa de Weber e Gagno (1995B) novamente corrobora os dados aqui encontrados, visto que, afirmam que o desejo de convivência familiar é bastante explícito na criança abrigada, como mostrado na Tabela 41 e confirmado na 42 e ainda enfatizam que este desejo de convivência familiar, na maioria das vezes, é dirigida a uma família onde a criança possa ser o filho.

Um dado relevante é a diferença entre as respostas da Casa Lar e do Abrigo, sendo que, 44% das crianças da Casa Lar responderam que gostariam de viver com sua família no papel de filho e 16% das crianças do Abrigo deram esta mesma resposta. Esta diferença pode estar na experiência cotidiana do modelo familiar substituto, própria da Casa Lar, enquanto no Abrigo ele inexiste levando até mesmo à obturação do desejo futuro, ou modificando-o.

A convivência somente com os irmãos também apareceu de forma significativa, em 30% das crianças, podendo encontrar justificativa no fato de esta convivência, geralmente, ser a única que não foi quebrada com o abrigamento. Este número foi homogêneo nas duas instituições. A convivência com irmãos no mesmo abrigo mostra que o artigo 92 parágrafo V do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), o

qual dita que se deve preservar o vínculo entre irmãos mantendo-os na mesma instituição, está sendo cumprido.

A relação familiar marital, ou seja, com um cônjuge e filhos, apareceu em terceiro lugar no número total de respostas com 26% delas. As crianças do Abrigo apresentaram mais este tipo de resposta (34%) do que as da Casa Lar (17%). As respostas sobre a convivência futura no lar como familiar marital foram todas voltadas para uma relação saudável, feliz e muito idealizada, como pode ser visto na Tabela 43. Estes dados também foram encontrados no estudo feito por De Antoni e Koller (2000) com adolescentes abrigadas enfatizando que, sempre que estas adolescentes falavam de relações conjugais, destacavam o teor amoroso e duradouro das mesmas, sempre citando o marido, a esposa e os filhos, tudo muito harmonioso, típico do modelo familiar nuclear burguês (Áries, 1980).

Tabela 43. Exemplos das respostas sobre a convivência no futuro lar

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Familiar no papel de filho	E – teria alguém morando com você? C – minha família, minha mãe, meu pai e meus irmãos, a gente vai voltar ser uma família de novo, eu vou ter mãe de novo.	Menino, 11 anos, Abrigo.
Familiar marital	E – teria alguém morando com você? C – meu marido e meus filhos. E – como seria a sua vida com eles? C – bem melhor. E – e com seus filhos? C – a educação que eu tenho aqui, tudo que eu faço errado a tia me corrige, conversa, me ensina as coisas. A gente vai ser muito feliz, meu marido vai ser bom e a gente vai educar os nossos filhos.	Menina, 12 anos, Casa Lar.
Irmãos	E – teria alguém morando com você? C – meu irmão, vai ser assim pra vida toda, a gente veio pra cá junto, e vamos embora juntos, morar só os dois a vida toda.	Menino,10 anos, Casa Lar.

3.4. Qualidade do futuro em relação ao presente

Tabela 44. Porcentagem das categorias de resposta sobre a qualidade do futuro em relação ao presente

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Melhor	94%	95%	92%
Não sei	6%	5%	8%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

A grande maioria das crianças (94%) acredita que a vida será melhor no futuro do que está sendo no presente. A este respeito, Weber e Gagno (1995B) apontam que este tipo de valoração expressa, muitas vezes, um descontentamento com a vida atual na instituição e o desejo de resgatar no futuro o que foi perdido no passado.

3.5. Por que o futuro será melhor que o presente

Tabela 45. Porcentagem das categorias de resposta sobre por que o futuro será melhor que o presente

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Não sei	30%	41%	18%
Aqui é ruim	18%	0	36%
Posso ficar perto da minha família	17%	35%	0
Vou poder trabalhar	17%	6%	28%
A gente pode fazer o que quiser	12%	6%	18%
Vou ter família, marido e filho	6%	12%	0
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	30	18	12

Por que o futuro será melhor do que o presente? 30% das crianças responderam que não sabiam por que, mas que acreditavam que seria melhor, diretamente relacionado com a análise de Weber e Gagno (1995B) sobre a valoração do futuro como melhor que o presente apenas por este ser um período ruim na vida destas crianças.

Outra resposta dada pelas crianças foi vou poder ficar perto da minha família (17%), no entanto, esta resposta só apareceu nas crianças da Casa Lar, sendo que a próxima resposta mais dada foi vou poder trabalhar (17%) e aqui é ruim (18%). Vou trabalhar foi citada por 28% das crianças do Abrigo e 6% das crianças da Casa Lar, enquanto que aqui é ruim somente foi apresentada pelas crianças do Abrigo (36%).

O desejo de encontrar e/ou conviver com a família expressa nas questões anteriores parece não ter relação direta com a melhora da qualidade de vida no futuro para as crianças do abrigo, já que a resposta mais citada por elas como motivo para o futuro ser melhor que o presente foi que aqui (o Abrigo) é ruim, ou seja, o fato de no futuro poder estar longe do Abrigo melhorará, em si, a sua qualidade de vida. Poder trabalhar e conseqüentemente poder ser independente do Abrigo também foi bastante citado como motivo para o futuro ser melhor que o presente para as crianças do Abrigo.

Para as crianças da Casa Lar a convivência com a família é fundamental para a melhora da qualidade de vida no futuro, em consonância com os resultados das Tabelas 41 e 42.

Tabela 46. Exemplos das respostas sobre por que o futuro será melhor que o presente

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Posso ficar perto da minha família	E – lá no futuro seria melhor, pior ou igual é hoje? C – melhor. E – por que? C – porque eu ia poder ficar pertinho da minha irmã, pertinho da minha mãe.	Menina, 9 anos, Casa Lar.
Posso ficar perto da minha família	E – lá no futuro seria melhor, pior ou igual é hoje? C – melhor. E – porque? C – porque eu ia poder morar com a minha mãe e com os meus irmãos, bem feliz.	Menino, 8 anos, Casa Lar.
Vou poder trabalhar	E – lá no futuro seria melhor, pior ou igual é hoje? C – melhor. E – por que? C – porque eu ia poder trabalhar e cuidar de mim, sem precisar morar aqui.	Menino, 10 anos, Abrigo.
Aqui é ruim	E – lá no futuro seria melhor, pior ou igual é hoje? C – melhor. E - por que? C – porque aqui é ruim, a gente não pode fazer nada e ainda por cima apanha.	Menino, 11 anos, Abrigo.

3.6. Perspectivas de trabalho no futuro

Tabela 47. Porcentagem das categorias de resposta sobre as perspectivas de trabalho no futuro

Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Carreira na saúde	30%	26%	33%
Carreira de serviços gerais	27%	22%	33%
Carreira militar ou policial	18%	11%	25%
Carreira artística	13%	26%	0
Carreira educacional	3%	5%	0
voluntária	3%	5%	0
Empregada doméstica	3%	5%	0
monitor	3%	0	9%
Total % de respostas	100%	100%	100%
Total de crianças (n)	30	18	12
Total de respostas	31	19	12

As perspectivas de trabalho no futuro foi o último subtema investigado dentro do tema Expectativas de Futuro. As quatro áreas de atuação mais citadas pelas crianças foram: carreira na saúde (30%) como médico, dentista, enfermeiro; seguida da carreira de serviços gerais (27%) como pedreiro, pintor ou motorista; carreira artística (13%), ser modelo, ator ou atriz, sendo que esta foi somente citada pelas crianças da Casa Lar

(26%). E por fim, carreira militar ou policial (18%), sendo que esta teve maior número de respostas dadas pelas crianças do Abrigo (25%) do que pela da Casa Lar (11%).

Das pesquisas analisadas somente a de Trindade (1984) enfatizou a aspiração profissional das crianças que vivem em instituições, sendo que, neste caso a carreira mais almejada foi a policial em 30% dos casos. Ela destaca que esta preferência se deve ao estudo ser especificamente com meninos e pelo desejo de mudar algo que está errado, como prender bandidos. O fato de esta carreira – policial – ser a mais almejada pelos meninos se explica por estar em destaque entre os meninos do Abrigo. Em contrapartida, o desejo de ser artista, modelo ou atriz, sobressai nas crianças da Casa Lar, onde há meninas.

O fato mais relevante deste subtema é que todas as crianças da Casa Lar e do Abrigo responderam a esta questão; almejam ter alguma profissão, seja como a do pai ou outra como a de médico ou professora, mas todas têm alguma idéia do que querem fazer no futuro.

Tabela 48. Exemplos das respostas sobre as perspectivas de trabalho no futuro

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Carreira artística	E – você acha que você iria trabalhar? C – acho que ia. E – trabalhar do que? C – eu acho que de modelo. E – porque você quer ser modelo? C – porque eu acho legal. E – o que a gente tem que fazer para ser modelo? C – tem que ser magra, pouco alta, assim. . .	Menina, 10 anos, Casa Lar.
Carreira na saúde	E – você acha que você iria trabalhar? C – vou. Eu vou ser médica.	Menina, 11 anos, Casa Lar.
Carreira na saúde	E – você acha que você iria trabalhar? C – médico. E – o que a gente tem que fazer para ser médico? C – estudar. E – porque que você quer ser medico? C – para salvar vidas.	Menino, 10 anos, Abrigo.
Pedreiro	E – você acha que você iria trabalhar? C – pedreiro igualzinho o meu pai, eu acho legal, mexer com massa, tijolo, fazer casa, é legal.	Menino, 11 anos, Abrigo.

SÍNTESE DO TEMA: AS EXPECTATIVAS DE FUTURO

Tabela 49. Síntese dos principais resultados (%) apresentados sobre o tema: As Expectativas de Futuro

Subtemas	Categoria	Total (Casa Lar + Abrigo)	Casa Lar	Abrigo
Fatos mais relevantes que acontecerão no futuro	Profissional	26%	20%	32%
	Emocional	24%	28%	19%
	Familiar	19%	20%	19%
Relações interpessoais futuras	Familiar	41%	32%	50%
	Familiar irmãos	29%	23%	34%
Convivência no futuro lar	Familiar papel de filho	30%	44%	16%
	Irmãos	30%	27%	34%
	Familiar marital	20%	17%	34%
Qualidade do futuro em relação ao presente	Melhor	94%	95%	92%
	Não sei	6%	5%	8%
Porque o futuro será melhor que o presente	Não sei	30%	41%	18%
	Aqui é ruim	18%	0	36%
	Posso ficar perto da minha família	17%	35%	0
Perspectivas de trabalho no futuro	Carreira na saúde	29%	26%	33%
	Pedreiro, pintor ou motorista	27%	22%	33%
	Carreira artística	16%	26%	0
	Carreira policial ou militar	16%	11%	25%

A Tabela 49 contempla apenas os principais resultados de cada subtema analisado dentro do tema As Expectativas de Futuro, por esta razão não consta a soma de 100% das respostas em cada subtema.

O que pode ser ressaltado quanto ao tema As Expectativas de Futuro é que as crianças têm expectativas de futuro demarcadas e que o dado mais relevante é quanto ao desejo de voltar a ter ou apenas ter uma família onde possa ocupar o lugar de filho.

4. VÍNCULO AFETIVO

O tema vínculo afetivo foi analisado a partir dos critérios parciais estabelecidos por Trindade (1984), visto que o instrumento utilizado para coletar estes dados foi criado pela mesma.

Os dados coletados foram agrupados em quatro subtemas: zona primária de afetividade positiva; zona secundária de afetividade positiva; zona de relações instrumentais e zona de afetividade negativa.

A apresentação dos dados deste tema será feita através dos dados de cada instituição em separado e não com a somatória das duas como foi feito em alguns subtemas anteriores. A diferença na abordagem é devida ao fato de os resultados serem aqui apresentados de forma diferente das Tabelas anteriores. No tema Vínculo Afetivo, os dados serão apresentados tanto com a percentagem total de respostas por criança, como a percentagem total de respostas somando 100%.

Estes dados serão apresentados a seguir através de Tabelas explicativas.

4.1. Zona primária de afetividade positiva

Tabela 50. Porcentagem das categorias de resposta sobre os grupos de pessoas relativas à zona primária de afetividade positiva

Categoria	Casa Lar	Abrigo
Família	60%	81%
Instituição	21%	0
Escola	10%	4%
Amigos	7%	11%
Outros	2%	4%
Total % de respostas	100%	100%
Total de crianças (n)	18	12
Total de respostas	69	27

Tabela 51. Porcentagem das categorias de resposta sobre quais pessoas foram escolhidas relativas à zona primária de afetividade positiva

Categoria	Casa Lar		Abrigo	
	% de respostas por criança	% de respostas	% de respostas por crianças	% de respostas
Mãe	82%	21%	25%	11%
Irmãos	82%	21%	75%	33%
Pai	35%	9%	50%	22%
Mãe social	30%	8%	0	0
Crianças da escola	30%	8%	8%	4%
Parentes outros	23%	6%	33%	15%
Filhos do casal social	17%	4%	0	0
Madrinha	17%	4%	0	0
Professora	12%	3%	0	0
Amigos vizinhos da instituição	12%	3%	0	0

Crianças da instituição	12%	3%	0	0
Pai social	12%	3%	0	0
A.S. / coord. da instituição	6%	1%	0	0
Amigos vizinhos da família	6%	1%	25%	11%
Mãe de amigo	6%	1%	0	0
Parente de amigo	6%	1%	0	0
Estagiária da instituição	6%	1%	0	0
Padrinho	6%	1%	0	0
Brinquedo	6%	1%	0	0
Madrasta	0	0	8%	4%
Total % de respostas	-	100%	-	100%
Total % de respostas por criança	406%	-	224%	-
Total de crianças	18	18	12	12
Total de respostas	-	69	-	27

Na zona primária de afetividade positiva as pessoas indicadas seriam as mais fortemente ligadas às crianças em termos afetivos (Tabela 51). As pessoas indicadas pelas crianças ainda foram divididas em grupos aos quais pertencem como: família, instituição, escola, amigos e outros (Tabela 50).

Quanto aos grupos de pessoas da zona primária de afetividade positiva, 60% das respostas das crianças da Casa Lar e 81% das respostas das crianças do Abrigo apontaram pessoas do grupo Família. Sendo que o próximo grupo mais citado pelas crianças da Casa Lar foi da Instituição com 21% das respostas e do Abrigo os Amigos com 11% das respostas.

Segundo Trindade (1984), a alta freqüência de respostas contendo pessoas da família na zona primária de afetividade positiva, também verificada em sua pesquisa, se deve a dois fatores: a idealização da família e aos contatos esporádicos.

A idealização é a valorização da família independente da realidade em que esta está inserida ou dos atos que esta comete. Trindade (1984) aponta que a necessidade de preservar o status afetivo da família, assim como sua idealização, pode estar relacionada com o forte condicionamento moral, socialmente imposto, que transforma a família em grupo afetivo prioritário, sejam quais forem as condições.

O condicionamento moral do amor incondicional à família ensina desde muito cedo que a figura principal de afeto na família (mãe, pai ou ambos) deve ser amada e respeitada, seja qual for o tratamento dado ao filho; assim, pode ser justificada a alta porcentagem de respostas apontando a mãe na Casa Lar (81%) e do pai no Abrigo (75%).

Estes dados quando comparados aos dados de constituição familiar mostram que as respostas das crianças da Casa Lar apontam mais famílias monoparentais mantidas pela mãe (22%) e nenhuma monoparental mantida pelo pai ou mesmo reconstituída (pai + madrasta), justificando a indicação da mãe (81%) como principal figura de afeto. Por

outro lado, as respostas das crianças do Abrigo mostram que nenhuma delas indica a família monoparental mantida pela mãe como forma de constituição de sua família, mas 17% delas apontam a família monoparental mantida pelo pai e 8% família reconstituída (pai + madrasta) diretamente proporcional com os dados que mostram o pai (75%) como principal figura de afeto.

Rutter (1972) e Bowlby (1990) discutem, em seus estudos, a possibilidade de a criança se vincular a outras pessoas num ambiente institucional desde que esta relação tivesse consistência e qualidade. Guirado (1980) também discute este tema especificamente voltado para a "qualidade" da "mãe substituta" (cuidador na instituição) apontando que esta deve ser consistente, ou seja, nunca ser contraditória – ora indiferente aos atos e choro da criança, ora punitiva frente às mesmas manifestações, e que esta "mãe substituta" deve saber respeitar as diferenças individuais das crianças que estão sob seus cuidados, fato possível de ocorrer somente se estiverem em contato próximo, ou seja, um pequeno número de crianças para cada cuidador.

Assim como Guirado (1980), Berthoud (1997) também aponta a importância do tamanho da instituição, ou seja, que o número de crianças por cuidador seja reduzido, como fator de possibilidade de vínculos afetivos mais saudáveis e significativos para as crianças que vivem em abrigos.

Os dados desta pesquisa apontam, mesmo que não conclusivamente, para a direção mostrada pelos estudos de Rutter (1972), Guirado (1980), Bowlby (1990) e Berthoud (1997), já que 21% das respostas das crianças da Casa Lar apontaram pessoas do grupo Instituição na zona primária de afetividade positiva, sendo que se espera que este modelo seja o mais próximo do apontado pelos autores como instituição menor, com menos crianças por cuidador. Já no Abrigo, nenhuma resposta apontou pessoas do grupo Instituição na zona primária de afetividade positiva.

Os exemplos a seguir na Tabela 52 explicitaram a discussão.

Tabela 52. Exemplos das respostas sobre as pessoas presentes na zona primária de afetividade positiva.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Zona primária de afetividade positiva	E – a) Você pode levar algumas pessoas com você, afinal não deve ser legal morar em um planeta sozinho, não é? Só que não cabem todas as pessoas que você conhece neste foguete, e então você deverá escolher algumas pessoas para ir com você. Estas pessoas deveriam ser aquelas que você gosta mais, que gosta de estar junto e que sentiria saudades se ficassem aqui. Quem você	Menina, 10 anos, Casa Lar.

	levaria? C – a minha mãe. E – porque? Porque mãe é mãe.	
Zona primária de afetividade positiva	E – a) Você pode levar algumas pessoas com você, afinal não deve ser legal morar em um planeta sozinho, não é? Só que não cabem todas as pessoas que você conhece neste foguete, e então você deverá escolher algumas pessoas para ir com você. Estas pessoas deveriam ser aquelas que você gosta mais, que gosta de estar junto e que sentiria saudades se ficassem aqui. Quem você levaria? C – meu pai. E – porque? C – porque ele sempre ficou perto de mim, e eu sei que ele vai me tirar daqui.	Menino, 9 anos, Abrigo.
Zona primária de afetividade positiva	E – a) Você pode levar algumas pessoas com você, afinal não deve ser legal morar em um planeta sozinho, não é? Só que não cabem todas as pessoas que você conhece neste foguete, e então você deverá escolher algumas pessoas para ir com você. Estas pessoas deveriam ser aquelas que você gosta mais, que gosta de estar junto e que sentiria saudades se ficassem aqui. Quem você levaria? C – minha mãe. E – porque? C – porque a gente sempre quer ficar perto da mãe da gente, sempre, sempre...	Menino, 9 anos, Casa Lar.

4.2. Zona secundária de afetividade positiva

Tabela 53. Porcentagem das categorias de resposta sobre os grupos de pessoas relativas à zona secundária de afetividade positiva

Categoria	Casa Lar	Abrigo
Instituição	50%	33%
Família	27%	50%
Escola	15%	17%
Amigos	5%	0
Outros	3%	0
Total % de respostas	100%	100%
Total de crianças	18	12
Total de respostas	40	18

Tabela 54. Porcentagem das categorias de resposta sobre quais as pessoas relativas à zona secundária de afetividade positiva

Categoria	Casa Lar		Abrigo	
	% de respostas por criança	% de respostas	% de respostas por crianças	% de respostas
Parentes outros	47%	20%	8%	5%
Mãe social	29%	12%	0	0
A.S. / coord. da instituição	29%	12%	0	0
Pai social	18%	7%	0	0
Crianças da escola	18%	7%	25%	17%
Professora	18%	7%	0	0
Ninguém	12%	6%	0	0
Filhos do casal social	12%	4%	0	0
Pai	12%	4%	16%	12%
Irmãos	6%	3%	8%	5%
Crianças da igreja	6%	3%	0	0
Filhos do casal social anterior	6%	3%	0	0
Mãe social anterior	6%	3%	0	0
Pai social anterior	6%	3%	0	0
Estagiária da instituição	6%	3%	0	0
Funcionário da instituição	6%	3%	0	0
Mãe	0	0	16%	12%
Crianças da instituição	0	0	50%	33%
Madrasta	0	0	8%	5%
Padrinho	0	0	8%	5%
padrasto	0	0	8%	5%
Total % de respostas	-	100%	-	100%
Total % de respostas por criança	237%	-	147%	-
Total de crianças	18	18	12	12
Total de respostas	-	40	-	18

Trindade (1984) apontou que as pessoas da instituição (crianças e profissionais) eram as mais presentes na zona secundária de afetividade positiva. Este dado se confirma nesta pesquisa, entretanto, somente com relação às respostas das crianças da Casa Lar com 50% das respostas voltadas para o grupo Instituição. As respostas das crianças do Abrigo continuam apontando a Família (50%) como grupo predominante na zona secundária de afetividade positiva, sendo que o grupo Instituição ficou em segundo lugar com 33% das respostas.

Segundo Trindade (1984), seus dados se justificavam à medida que os interligava a outros. Desta forma, percebeu que os meninos que estavam há mais tempo na instituição e a avaliavam como "boa" e, principalmente, suas relações com as pessoas da instituição, foram os que citaram as pessoas nesta zona de afeto. Então, Trindade (1984) aponta que a qualidade das relações dentro da instituição é fundamental para que as crianças sintam afeto pelas pessoas que constituem a instituição.

A análise das pessoas da instituição que foram citadas pelas crianças é muito esclarecedora da importância da qualidade das relações no ambiente institucional e o quanto isto delineia a "avaliação afetiva" feita pela criança. Todas as respostas (50%)

dadas pelas crianças da Casa Lar, de pessoas do grupo Instituição, apontaram adultos da instituição ou crianças membro da família social (filhos do casal). Por outro lado, as crianças do Abrigo apresentaram 33% de suas respostas voltadas para o grupo de pessoas da Instituição, sendo que todas apontavam crianças abrigadas como elas.

Enfim, estes dados podem mostrar que a proximidade do adulto cuidador, propiciada por um ambiente menor e número reduzido de crianças sob a responsabilidade deste adulto, pode potencializar a formação de vínculos afetivos, claro que desde que esta relação seja estável e "saudável", ou seja, somente a redução do espaço e de crianças não garante o vínculo afetivo, mas pode, como os dados desta pesquisa mostram, aumentar a probabilidade de que isto ocorra.

Já no Abrigo, os vínculos com os adultos cuidadores não são expressivos, visto que, ao contrário da Casa Lar, são muitas crianças para poucos adultos. Desta forma, as crianças se vinculam aos seus pares, crianças abrigadas como elas. Esta possibilidade foi mostrada em estudos como os de Freud e Dann (1951) e de Carvalho (1991).

A Família continua sendo muito presente também na zona secundária de afetividade positiva, até mesmo prioritária para as crianças do Abrigo, com 50% das respostas. Parece que a manutenção da relação afetiva com um adulto da família, mesmo que distante, supre a relação afetiva inexistente com os adultos da instituição.

Tabela 55. Exemplos das respostas sobre as pessoas presentes na zona secundária de afetividade positiva.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Zona secundária de afetividade positiva	E – b) imagine que o foguete ficou um pouco maior e você poderia levar mais algumas pessoas. C – meu pai. E – porque? C – eu quero ficar com ele.	Menino, 11 anos, Abrigo.
Zona secundária de afetividade positiva	E – b) imagine que o foguete ficou um pouco maior e você poderia levar mais algumas pessoas. C – a tia (nome da mãe social). E – porque? C – ela é minha mãe agora.	Menino, 9 anos, Casa Lar.

4.3. Zona de relações instrumentais

Tabela 56. Porcentagem das categorias de resposta sobre o grupo de pessoas relativas à zona de relações instrumentais

Categoria	Casa Lar	Abrigo
Instituição	48%	0
Família	32%	88%
Escola	17%	6%
Amigos	3%	6%
Total % de respostas	100%	100%
Total de crianças (n)	18	12
Total de respostas	31	18

A coleta dos dados sobre relações instrumentais visou indicar quais as pessoas que são revestidas com a conotação de instrutores para as crianças entrevistadas, ou seja, pessoas que poderiam ajudá-las em qualquer ação que ela não fosse capaz de cumprir sozinha.

Tabela 57. Porcentagem das categorias de resposta sobre quais as pessoas relativas à zona de relações instrumentais

Categoria	Casa Lar		Abrigo	
	% de respostas por criança	% de respostas	% de respostas por crianças	% de respostas
A.S. / coord. da instituição	29%	17%	0	0
Professora	29%	17%	8%	6%
Parentes outros	29%	17%	41%	27%
Irmãos	17%	11%	25%	17%
Mãe social	17%	11%	0	0
Funcionário da instituição	12%	6%	0	0
Pai	6%	3%	50%	33%
Crianças da instituição	6%	3%	0	0
Pai social	6%	3%	0	0
Filhos do casal social	6%	3%	0	0
Estagiária da instituição	6%	3%	0	0
Amigo adulto	6%	3%	0	0
Pai social de outra casa	6%	3%	0	0
Tio que leva pra passear	0	0	8%	6%
Mãe	0	0	17%	11%
Total % de respostas	-	100%	-	100%
Total % de respostas por criança	175%	-	149%	-
Total de crianças	18	18	12	12
Total de respostas	-	31	-	18

As crianças da Casa Lar apontaram em 48% de suas respostas pessoas da instituição, seguidas das pessoas da família com 32% das respostas, e pessoas da escola com outros 17%. A pessoa mais citada pelas crianças da Casa Lar foi a Coordenadora da instituição em 29% das respostas; com o mesmo número de respostas as crianças elegeram a

professora da escola e outros parentes como padrinho, madrinha e tios (todos somando 29%).

Estes dados parecem mostrar que as crianças associaram as suas necessidades instrumentais à pessoa que tem a tarefa de auxiliar como parte de seu papel, ou seja, a coordenadora da instituição-abrigo seria aquela que pode "resolver" as dificuldades da criança dentro da instituição, e a professora aquela que ensina. Enfim, as crianças da Casa Lar escolheram pessoas do seu universo cotidiano.

Por outro lado, as crianças do Abrigo elegeram as pessoas da família como aquelas que poderiam auxiliá-las ou ensinar-lhes algo, em 88% das respostas. O mais citado foi o pai com 33% das respostas, seguido da soma de outros parentes com 27% das respostas, os irmãos com 17% e a mãe com 11% das respostas. A professora da escola é a próxima mais citada com 6% das respostas.

As respostas das crianças do Abrigo, diferentes das crianças da Casa Lar, parecem não ter conseguido incorporar a instituição e até mesmo a escola em seu cotidiano de relações afetivas. A família "idealizada" mantém-se soberana neste aspecto permeando todos os níveis de relações da criança, mesmo sem contato constante, visto que 83% destas crianças nunca mais viram suas mães depois do abrigamento, e 67% nunca mais viram os pais, e ainda, a maior freqüência com que vêem os pais é mensalmente, sendo que, 25% vêem o pai mensalmente, e a mãe, somente 17%.

A cultura do desafeto, citada por Altoé e Rizzini (1985) e Altoé (1990), parece estar presente ainda em instituições no século XXI, ou seja, a falta de funcionários suficientes para cuidar das crianças, ou mais provavelmente, a falta de preparo e disponibilidade destes cria uma relação mecanizada com a criança sem envolvimento afetivo. Esta conduta pode gerar um distanciamento emocional da criança com sua realidade atual, o abrigo, e movê-la na direção de resgatar relações afetivas passadas com a família que, mesmo estando relativamente distante, continua sendo a mais citada pela criança no que se refere ao afeto, como no caso das crianças do Abrigo.

A Tabela 58 mostrará alguns exemplos das falas das crianças sobre relações instrumentais.

Tabela 58. Exemplos das respostas sobre as pessoas presentes na zona relações instrumentais.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Zona de relações instrumentais	E – a) Você pode levar algumas pessoas com você, afinal não deve ser legal morar em um planeta sozinho, não é? Só que não cabem todas as pessoas que você conhece neste foguete, e então você deverá escolher algumas pessoas para ir com você. Estas pessoas deveriam ser aquelas que você gosta mais, que gosta de estar junto e que sentiria saudades se ficassem aqui. Quem você levaria? C – a minha mãe. E – b) imagine que o foguete ficou um pouco maior e você poderia levar mais algumas pessoas. C – meu pai. E – c) imagine que este planeta é novo, e que de repente você terá que fazer algumas coisas lá que você ainda não sabe, não aprendeu. Quem você levaria para te ajudar ou te ensinar o que você não sabe? C – minha mãe e meu pai.	Menino, 9 anos, Abrigo.
Zona de relações instrumentais	E – c) imagine que este planeta é novo, e que de repente você terá que fazer algumas coisas lá que você ainda não sabe, não aprendeu. Quem você levaria para te ajudar ou te ensinar o que você não sabe? C – a tia (mãe social) e a minha professora.	Menino, 10 anos, Casa Lar.

4.4. Zona de afetividade negativa

Tabela 59. Porcentagem das categorias de resposta sobre o grupo de pessoas relativas à zona de afetividade negativa

Categoria	Casa Lar	Abrigo
Instituição	43%	33%
Escola	35%	17%
Família	11%	8%
Ninguém	11%	42%
Total % de respostas	100%	100%
Total de crianças	18	12
Total de respostas	28	12

Tabela 60. Porcentagem das categorias de resposta sobre quais as pessoas relativas à zona de afetividade negativa

Categoria	Casa Lar		Abrigo	
	% de respostas por criança	% de respostas	% de respostas por crianças	% de respostas
Crianças da escola	55%	35%	17%	17%
Crianças da instituição	50%	33%	25%	25%
Ninguém	11%	8%	42%	42%
Filhos do casal social	11%	8%	0	0
Irmãos	6%	4%	0	0
Parentes outros	6%	4%	8%	8%
Mãe social de outra casa	6%	4%	0	0
Padrasto	6%	4%	0	0
Monitor	0	0	8%	8%
Total % de respostas	-	100%	-	100%
Total % de respostas por criança	151%	-	100%	-
Total de crianças	18	18	12	12
Total de respostas	-	28	-	12

As pessoas apontadas pela criança na questão sobre a zona de afetividade negativa seriam aquelas com quem tivessem ou tiveram algum problema, ou seja, aquelas pessoas que de quem as crianças não gostam.

As crianças da Casa Lar (43%) apontaram em maior número pessoas da instituição em suas respostas sobre a zona de afetividade negativa. Entretanto, as crianças do Abrigo em 42% de suas respostas disseram que não tinham ninguém em mente para responder, seguido das pessoas da instituição em 33% das respostas, sendo que 25% destes apontavam as crianças da instituição e somente 8% o monitor. Este percentual alto de respostas ninguém presentes no discurso das crianças do Abrigo, pode estar relacionado com o condicionamento moral (nunca criticar a instituição que o acolheu) e ao medo de ser punido. Outra hipótese a ser levantada sobre a resposta ninguém diz respeito ao método utilizado para coletar o dado, sendo que se tivesse havido um tempo maior junto às crianças, em grupo, por exemplo, este dado poderia ter sido justificado por ela.

As respostas das crianças apontando pessoas da instituição como pertencentes à zona de afetividade negativa foram em sua maioria citando as outras crianças, 33% das respostas das crianças da Casa Lar e 25% das respostas das crianças do Abrigo.

Os adultos responsáveis diretos pelas crianças na instituição apareceram em 8% das respostas das crianças do Abrigo e não apareceram em nenhuma das respostas das crianças da Casa Lar.

A família somente apareceu nas respostas quando o membro citado estava diretamente relacionado com a causa de abrigamento da criança, como uma menina de 9 anos da Casa Lar que disse que nunca levaria para outro planeta o seu padrasto, sendo que este abusou sexualmente da menina e por isso ela foi abrigada.

Quando há a possibilidade, mesmo que hipotética, como no caso do jogo proposto à criança, de se afastar definitivamente de alguém que a incomode, parece que as crianças se remetem a relações problemáticas do seu dia-a-dia, e somente se refere a problemas passados quando este ainda está presente mesmo que mentalmente, como foi o caso da criança vítima de abuso sexual.

A Tabela 61 mostrará alguns exemplos das relações afetivas negativas das crianças entrevistadas.

Tabela 61. Exemplos das respostas sobre as pessoas presentes na zona de afetividade negativa.

Categoria	Resposta da criança	Idade/sexo da criança
Zona afetividade negativa	E – d) agora vamos imaginar que o foguete ficou enorme, cabem todas as pessoas que você conhece. Só que existem algumas pessoas que você não gosta muito, pessoas que te chateiam, que te incomodam, que te deixam tristes e que você não gostaria de levar com você. Quem você não levaria? C – meu padrasto. E – por que? C – tia, você sabe, se não fosse ele fazer coisa feia comigo eu não teria que sair de perto da minha mãe, porque com ele em casa nem o juiz quer que eu volte nem eu quero voltar.	Menina, 9 anos, Casa Lar. Vítima de abuso sexual
Zona afetividade negativa	E – d) agora vamos imaginar que o foguete ficou enorme, cabem todas as pessoas que você conhece. Só que existem algumas pessoas que você não gosta muito, pessoas que te chateiam, que te incomodam, que te deixam tristes e que você não gostaria de levar com você. Quem você não levaria? C – o (nome de uma criança da instituição). E – por que C – ele é chato, não deixa eu fazer lição sossegado.	Menino, 12 anos, Abrigo.
Zona afetividade negativa	E – d) agora vamos imaginar que o foguete ficou enorme, cabem todas as pessoas que você conhece. Só que existem algumas pessoas que você não gosta muito, pessoas que te chateiam, que te incomodam, que te deixam tristes e que você não gostaria de levar com você. Quem você não levaria? C – o (nome de uma criança da instituição).	Menino, 10 anos, Casa Lar.

E – por que
C – ele chora muito, criança chorona não dá, não, chora pra tudo, é um saco!

Síntese do tema O Vínculo Afetivo.

Tabela 62. Síntese dos principais resultados (%) apresentados sobre o tema: O Vínculo Afetivo.

Subtemas	Categoria	Casa Lar	Abrigo
Zona primária de afetividade positiva	Família	60%	81%
	Instituição	21%	0
	Escola	10%	4%
	Amigos	7%	11%
	Outros	2%	4%
	Total % de respostas	100%	100%
Zona secundária de afetividade positiva	Instituição	50%	33%
	Família	27%	50%
	Escola	15%	17%
	Amigos	5%	0
	Outros	3%	0
	Total % de respostas	100%	100%
Zona de relações instrumentais	Instituição	48%	0
	Família	32%	88%
	Escola	17%	6%
	Outros	3%	6%
	Total % de respostas	100%	100%
Zona de afetividade negativa	Instituição	43%	33%
	Escola	35%	17%
	Família	11%	8%
	Ninguém	11%	42%
	Total % de respostas	100%	100%

A Tabela 62 contempla apenas os principais resultados de cada subtema analisado dentro do tema O Vínculo Afetivo, por esta razão não consta a soma de 100% das respostas em cada subtema.

O ponto fundamental a ser apontado sobre o tema O Vínculo Afetivo foi o fato das crianças do Abrigo não priorizarem afetivamente em nenhum momento as pessoas da instituição, colocando em primeiro lugar, em todas as esferas, a família. Já as crianças da Casa Lar passaram a incorporar as pessoas da instituição em suas redes afetivas a partir do segundo estágio.

CONCLUSÕES

O presente trabalho teve por objetivo analisar, por meio do discurso da criança, como estavam organizadas suas famílias no momento do abrigamento, descrever a situação de abrigamento destas crianças, verificar suas expectativas de futuro, relacionar o grau de vinculação afetiva com a rede de relações interpessoais da criança e verificar se há diferenças entre o funcionamento da Casa Lar e do Abrigo.

A metodologia utilizada mostrou-se adequada aos objetivos, principalmente por seu caráter lúdico, ou seja, o uso de estímulos próprios do universo da criança como histórias com personagens que vivem a mesma realidade que elas ou desenhos. Os roteiros de entrevista serviram de guia auxiliar para que pudessem ser complementadas as informações que não surgissem no discurso livre da criança, no entanto, a qualidade dos dados obtidos e a riqueza de detalhes dos mesmos, proporcionadas pela fluidez da fala da criança, foram o diferencial metodológico desta pesquisa.

Os resultados relativos à organização familiar das crianças entrevistadas indicaram que a maioria delas eram famílias nucleares, ou seja, tinham pai, mãe e os filhos, e apresentavam um padrão de violência entre seus membros nas relações cotidianas. Os principais motivos para o abrigamento das crianças, também foram analisados, apontando a negligência e o abandono como os mais freqüentes.

A análise do modo de funcionamento dos abrigos mostrou que existem diferenças importantes entre os dois sistemas estudados – Casa Lar e o Abrigo. Por outro lado, pôde-se notar que existem características bastante conservadoras em ambos.

As diferenças entre a Casa Lar e o Abrigo foram evidentes quanto à disciplina, à atividade extra institucional, à individualidade da criança e ao hábito de conversar dos membros da Casa Lar, diferentemente do Abrigo. As práticas disciplinares destacadas pelas crianças de ambas as instituições são exercidas através de controle coercitivo, como castigos e retiradas de atividades prazerosas. Entretanto, a diferença entre os dois abrigos está na prática constante da punição física no Abrigo, inclusive se sobressaindo às outras práticas disciplinares; o que não foi relatado pelas crianças da Casa Lar.

Outra diferença entre a Casa Lar e o Abrigo é o incentivo à atividades fora da instituição, como cursos de dança ou teatro, esportes, hábito de freqüentar bibliotecas, entre outras. Na Casa Lar estas atividades são comuns, sendo que as crianças que não participam de nenhuma atividade extra é por indisponibilidade de vagas ou horário em sua agenda. Por outro lado, nenhuma criança do Abrigo tem alguma atividade extra, e quando tem algo diferente da rotina do Abrigo ou da escola, normalmente acontece na

própria instituição. O fato a ser destacado neste ponto é que a prática de trazer todas as atividades para dentro da instituição mina por completo o contato e a inserção da criança na comunidade e a preparação dela para sua autonomia e desligamento futuro da instituição.

A terceira diferença significativa entre a Casa Lar e o Abrigo é a preservação da individualidade da criança. No Abrigo, a maioria das crianças que trouxeram algum objeto de sua casa não o têm hoje junto de si, ou porque alguma criança pegou, ou porque foi confiscado por algum adulto da instituição. Outro dado importante a ser observado é o fato de nenhuma criança do Abrigo ter armário ou roupas individuais, sendo que existe uma rouparia na instituição onde ficam todas as roupas utilizadas pelas crianças. Já na Casa Lar todas as crianças têm espaços individuais em armários em seus dormitórios, e roupas e brinquedos próprios também.

Preservar a individualidade de qualquer ser humano é imprescindível para que ele se reconheça enquanto uma pessoa única entre milhares de outras. O desenvolvimento da percepção de si de uma criança só acontece se ela puder fazer escolhas, por pequenas que forem, vivenciar múltiplas experiências, testar suas habilidades, descobrir suas preferências, ou seja, viver com um certo nível de autonomia. Este processo de desenvolvimento de autonomia e percepção de si são fundamentais para a formulação e execução de projetos de vida quando a idade exigir independência, ou seja, quando o ser humano passa a ser adulto. Enfim, o funcionamento de um Abrigo que extirpa qualquer espaço para a individualidade da criança ou do adolescente está praticamente cometendo um homicídio, ou seja, está matando a possibilidade do desenvolvimento de um adulto autônomo e capaz de ter uma vida independente.

A diferença mais importante entre a Casa Lar e o Abrigo é que a primeira promove a diferenciação entre as crianças lá abrigadas, respeitando seu espaço, algumas necessidades de conhecer coisas novas e, principalmente, seu corpo - não fazendo uso de punição física. Ou seja, a Casa Lar promove a individualização das crianças, enquanto o Abrigo promove a massificação. O Abrigo está estagnado há décadas atrás, antes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Além da análise da família, do modo de funcionamento da instituição-abrigo e da diferença entre a Casa Lar e o Abrigo, esta pesquisa pretendeu verificar quais eram as expectativas de futuro das crianças entrevistadas, sendo que este objetivo surgiu da análise de outros estudos (Trindade, 1984; Guirado, 1980; Weber e Gagno, 1995) que mostravam o quanto era difícil para a criança que vivia em uma instituição vislumbrar um projeto para o seu futuro. Desta forma, os dados desta pesquisa mostraram que as crianças

entrevistadas têm, sim, planos para o futuro, sendo que todas elas apontaram possíveis profissões que gostariam de seguir e com quem gostariam de viver no futuro.

Um dado muito significativo relativo ao futuro foi o desejo de viver com sua família no papel de filho, ou seja, parece que ficou uma lacuna entre o passado, o presente e o futuro, o fato de não ter vivenciado este papel.

E por fim, foi realizada a análise das redes de relações interpessoais das crianças, e pôde-se perceber que as crianças do Abrigo não conseguiram estabelecer vínculos afetivos significativos com pessoas fora do círculo familiar. Por outro lado, as crianças da Casa Lar incorporaram pessoas da instituição e da escola em suas redes de relações afetivas, mesmo destacando a família em primeiro lugar.

Os resultados mostraram que os objetivos desta pesquisa foram cumpridos demostrando fundamentalmente que, após 12 (doze) anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), os abrigos, de um modo geral, conservam características anteriores ao ECA, mesmo com estudos tendo mostrado intensamente (Trindade, 1984; Rizzini, 1985; Altoé, 1990; Weber e Gagno, 1995; Weber, 2000) o quanto o funcionamento de uma instituição com uso intenso de controle disciplinar coercitivo e massificação das crianças e adolescentes é extremamente danoso ao desenvolvimento emocional infantil.

Os dados desta pesquisa confirmaram os das pesquisas anteriores que denunciavam a falência do modelo institucional tradicional, no entanto, diante da impossibilidade de extinção imediata e total dos abrigos nasce a necessidade emergencial de reformulação deste modelo. O sistema Casa Lar é um passo além no processo de reorganização do modelo institucional tradicional.

A importância do sistema Casa Lar está, primordialmente, na proposta de acolhimento da criança em um ambiente o mais próximo possível do de uma família, priorizando os vínculos afetivos e a individualidade de cada criança, que deve ser respeitada em suas necessidades particulares. Esta premissa foi endossada pelos dados encontrados neste estudo, visto que as crianças indicam, em maior número, na zona secundária de afetividade positiva, as pessoas da instituição, principalmente os adultos mais próximos; mostrando que o sistema Casa Lar cumpre com um de seus objetivos que é o estabelecimento de vínculos afetivos estáveis.

Enfim, os resultados desta pesquisa trouxeram dados importantes para analisar as características dos modelos institucionais e alguns reflexos que estas têm sobre o cotidiano das crianças, no entanto, devido ao número reduzido de participantes e de

instituições, este estudo levanta algumas hipóteses, mas não é conclusivo, ou seja, não determina nenhum padrão de generalização.

Por ser a característica de toda pesquisa um recorte de uma realidade, ao término de todo trabalho é fundamental que sejam apontadas sugestões de continuidade ou outros caminhos a serem seguidos dentro do tema central. Assim, os dados desta pesquisa mostraram que seriam interessantes estudos que escutassem a família da criança abrigada, para que o contexto em que estão inseridas fosse analisado a partir do relato de quem o vive.

Outras possibilidades podem ser sugeridas como: análise da proposta formal da instituição como seu estatuto e confrontação com observações do que acontece de fato na realidade diária; análise das práticas educativas dos pais sociais junto às crianças; avaliação do perfil dos casais sociais e das crianças sob sua responsabilidade a fim de traçar um modelo de seleção para contratação de outros casais sociais; elaboração, implementação e avaliação de programas de treinamento para pais sociais; análise de perspectiva de vida e avaliação da instituição feita por adolescentes que estão prestes a sair dali devido à idade.

Enfim, o campo de estudos sobre instituições para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social é extremamente fértil de possibilidades, mas, atualmente, parece que a prioridade está em propostas e avaliações de novos modelos que contemplem a promoção de um desenvolvimento infantil mais saudável, ou seja, que tenham suas propostas voltadas para as necessidades reais da criança: alimentação, saúde, educação e principalmente de afeto e reconhecimento como um ser humano capaz e integrado a uma sociedade, e jamais repetir o processo de exclusão e massificação da criança que é apenas vítima de uma situação, e não deve, em hipótese alguma, ser penalizada e marginalizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrapia (1997). **Abuso Sexual – mitos e realidade**. Petrópolis: RJ: Autores & Agentes & Associados.

Abreu, M. & Martinez, A.F. (1997). Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas. Em I. Rizzini (org.), **Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX** (p. 19 – 37). Rio de Janeiro: AMAIS.

Ainsworth, M.D.S. (1978). **Patterns of attachment**. New Jersey: Lawrence Eribaun Associates.

Altoé, S. (1985) Os processos disciplinares nos internatos de menores. Em I. Rizzini (org.) **O menor em debate** (p. 39-52). Rio de Janeiro: Espaço – Cadernos de Cultura da Universidade Santa Úrsula.

Altoé, S. (1990). **Infâncias Perdidas**. Rio de Janeiro: Xenon.

Altoé, S. & Rizzini, I. (1985) Sobre as relações afetivas nos internatos para menores. Em I. Rizzini (org.) **O menor em debate** (p. 111-125). Rio de Janeiro: Espaço – Cadernos de Cultura da Universidade Santa Úrsula.

Amencar (1999) **Violência doméstica**. Brasília: Unicef.

Ariès, P. (1980). **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC S.A.

Ariès, P. & Duby, G. (1990). Do ventre materno ao testamento. Em P. Veyne & G. Duby. **História da vida privada 1 – do Império Romano ao Ano Mil**. São Paulo: Cia das Letras.

Assis, S.G. (1994). **Crescer sem violência: um desafio para educadores**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES.

Azar, S.T. & Wolfe, D.A. (1998). Child Physical Abuse and Neglect. Em E.G. Mash & R.A. Barkley, **Treatment of childhood disorders** (p. 501-543). New York: Guilford Press.

Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. (1997). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2° ed. São Paulo: Cortez.

Badinter, E. (1985). **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 5° ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

Barreto, S.M. & Silveira, S.C. (1996). **Viver sem violência**. Florianópolis: Prefeitura Municipal.

Bazilio, L.C. (1985). A arquitetura do desmonte – uma proposta de remoção do entulho institucional. **Educação e Sociedade**, n° 22, p. 99-104.

Bee, H. (1996). **A criança em desenvolvimento**. 7° ed. Porto Alegre: Artes Médicas.

Berthoud, C.M.E. (1997). **Filhos do coração**. Taubaté: Cabral Ed. Universitária.

Bowlby J. (1988). **Cuidados Maternos e Saúde Mental.** 2° ed. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1990). **Apego: a natureza do vínculo**. 2° ed. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby J. (1993). **Separação: angústia e raiva.** 2° ed. São Paulo: Martins Fontes.

Bussab, V.S.R. (1989). Desenvolvimento infantil na abordagem teórica. **Anais do III Encontro Paranaense de Psicologia,** (p. 53-56). Curitiba: Conselho Regional de Psicologia 8ª. Região.

Campos, A.V.D.S. (1981). **Menor institucionalizado: um desafio para a sociedade**. Tese de Doutorado, IP/USP, São Paulo: SP.

Cardoso de Mello, A.C.M.P. (1999). **O brincar de crianças vitimas de violência física doméstica**. Tese de Doutorado, IP/USP, São Paulo: SP.

Carvalho, A.M. (1991). **Comportamento de cuidados entre crianças institucionalizadas: um estudo comparativo.** Dissertação de Mestrado, IP/USP, São Paulo: SP.

Carvalho, M.C.B. (1993). (org.) **Trabalhando Abrigos**. São Paulo: IEE – PUC/SP.

Carvalho, M.C.B. (1995). (org.) A priorização da família na agenda da política social. Em: M.C.B. Carvalho (org.) **A família contemporânea em debate** (p. 11-22). São Paulo: Cortez.

Cerveny, C.M.O. (1994). **A família como modelo – desconstruindo a patologia**. Campinas: Editorial PSYII.

De Antoni, C. & Koller, S.H. (2000). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. **Estudos de Psicologia, 5** (2), 347-382.

Dias, M.L. (1995). Divórcio e reconstituição familiar no Brasil. Trabalho apresentado nona **XIX Reunião anual da ANPOCS**.

Ebrahim, S.G. (1999). **Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: PB.

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal n° 8069, 13/07/1990.

Fave, A. & Massimini, F. (2000). Vivendo em família ou em instituição: a experiência ótima e metas e desafios na vida de adolescentes. **Paidéia, 10** (19), 55-66.

Ferreira, M.V. & Rossetti-Ferreira, M.C. (2001). Separações mãe-bebê diversos sentidos na construção de uma relação. **IV Seminário de pesquisa – Livro de artigos**, v.II, p. 169-182.

Fonseca, C. (1995). **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez.

Foucault, M. (1977). **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes.

Freud, A. & Dann, S. (1951). Na experimental group upbringing. Em R. Eisler (org.) **The pregnancy study of the child**. New York: International University Press.

Glaser, K. & Einsenberg, L. (1956). Maternal Deprivation. **Pediatrics**, v.18, p. 626-642.

Goffman, E. (1992). **Manicômios, prisões e conventos**. 4° ed. São Paulo: Perspectiva.

Gomide, P.I.C. (1998). **Menor Infrator: a caminho de um novo tempo**. 2° ed. Curitiba: Juruá.

Gonçalves da Silva, R.S. (1977). **Institucionalização e Desenvolvimento Psicológico da Criança**. São Paulo: Dissertação de Mestrado. IP/USP.

Guirado, M. (1980). **A criança e a Febem**. São Paulo: Perspectiva.

Guirado, M. (1986). **Instituições e relações afetivas – o vínculo com o abandono**. São Paulo: Summus.

Harlow, H.F. (1959) Love in infant monkeys. **Scientific American, 200** (6), 68-74.

Hutz, C.S. & Koller, S.H. (1997). Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. **Estudos de Psicologia, 2** (1), p. 175-197.

Brasil. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000). **Censo Demográfico 2000: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios.** Rio de Janeiro: IBGE.

Kaloustian, S.M. (1994). **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez.

W. K. Kellog Foundation (1996). Família y adolescencia: indicadores de salud. Organización Panamericana de la Salud. Washington, D.C., E.U.A., Segunda reinpression, p. 11-12.

Macedo, R.M (1994). A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? **Caderno de Pesquisa**, v. 91. p. 25 – 48.

Magno, A.B. & Montenegro, E. (2002). Os órfãos do Brasil. **Correio Brasiliense**. 09/01. Brasília.

Marcílio, M.L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. Em M.C. Freitas, **História Social da Infância no Brasil** (51-93). São Paulo: Cortez.

Maricondi, M.A. (1997). **Falando de Abrigo**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo.

Mello, S.L. (1995). Família: perspectiva teórica e observação factual. Em M.C.B. Carvalho (org). **A família contemporânea em debate**. (p. 51-60). São Paulo: Cortez.

Mello, S.L. (1999). Estatuto da Criança e do Adolescente: é possível torna-lo uma realidade psicológica? **Psicologia USP, 10** (2), p. 139 - 152 .

Mello Neto, G.A.R. (1998). Criança como erro, pecado e máquina. **Psicologia em Estudo, 3**(1), 69-103.

Pasian, S.R. & Jacquemin, A. (1999). O auto-retrato em crianças institucionalizadas. **Paidéia, 9 (**17), 50-60.

Perzold, M. (1996) The psychological definition of "the family". Em: M. Cusinato (org.) **Research on family resources and needs across de world**. (45-54) International Academy of Family Psychology. Milano: LED.

Petrocini, S.M. (1984). **Menor abandonado: estudo comparativo de duas diferentes instituições**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Pilotti, F. & Rizzini, I. (1995). **A arte de governar crianças: a historia das políticas socias, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Ed. Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora.

Pilotti, F. (1995). Crise e perspectiva da assistência à infância na América Latina. Em F. Pilotti & I. Rizzini, **A arte de governar crianças: a historia das políticas socias, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Ed. Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora.

Polaino-Lorente, A. & Las Heras, J. (1996). Síntomas psicopatológicos en niños con deprivación afectiva y cultural. **Psicopatología (Madrid), 16** (4), 127-132.

Prada, C.G. & Ingberman, Y.K. (2001). Características de famílias de crianças e adolescentes abrigados na cidade de Curitiba. **Caderno de Resumos. X Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental**. (p.147). Campinas: Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental.

Prada, C.G. & Weber, L.N.D. (2001). O abrigamento de crianças e adolescentes: proteção ou esquecimento? **Caderno de Resumos. X Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental**. (p.148). Campinas: Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental.

Renner, I. (2001). O direito fundamental da criança e do adolescente abandonados à convivência familiar: uma proposta de efetivação do estatuto da criança e do adolescente. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo.

Rizzini, I. & Wiik, F.B. (1990). **O que o Rio tem feito por suas crianças?** Rio de Janeiro: A4mãos Ltda.

Rizzini, I. (1985). A internação de crianças em estabelecimentos de menores: alternativa ou incentivo ao abandono? Em I. Rizzini (org.) **O menor em debate** (p. 39-52). Rio de Janeiro: Espaço – Cadernos de Cultura da Universidade Santa Úrsula.

Rizzini, I. (1993). **Assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Univ. Santa Úrsula.

Rizzini, I. (1997). **O século perdido**. Rio de Janeiro: AMAIS.

Roig, A.M. & Ochotorena, J.P. (1993). **Maltrato y abandono em la infancia.** Barcelona: Martinez Roca.

Romanelli, G. (1995). Autoridade e poder na família. Em M.C.B. Carvalho (org). **A família contemporânea em debate**. (p. 73-88). São Paulo: Cortez.

Rosseti-Ferreira, M.C. (1986). Mãe & Criança – separação e reencontro. São Paulo: Edicon.

Rotelli, F., Leonardis, O. & Mauri, D. (1990). Desinstitucionalização. São Paulo: Hucitec.

Rutter, M. (1972). **Maternal deprivation reassessed**. London: Penguin Books, 1972.

Sawaya, S.M. (2001). A infância na pobreza urbana: linguagem oral e a escrita da história pelas crianças. **Psicologia USP, 12** (1), p. 62 – 83.

Schaffer, R. (2000). The early experience assumption: Past, present and future. **International Journal of Behavioral Development, 24** (1), 5-14.

Sidman, M. (1995). **Coerção e suas implicações**. Campinas: Editorial Psy.

Silva, R. (1997). **Os filhos do governo**. São Paulo: Editora Ática.

Simionato-Tozo, S.T.P. & Biasoli-Alves, Z.M.M. (2001). O ciclo de vida familiar em uma família trigeracional. **IV Seminário de pesquisa – livro de artigos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia FFCLRP/USP**. nº 2, p. 223-237.

Simpson, E. (1990). **Orfans: real and imaginary.** New York: Signet.

Skinner, B.F. **Ciência e Comportamento Humano**. (1976). São Paulo: EDART.

Soares, I. (1996). **Representação da vinculação na idade adulta e na adolescência**. Braga: Universidade do Minho.

Spitz, R.A. (1988). **O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anormal das relações objetais**. 5° ed. São Paulo: Martins Fontes.

Sylva, K. & Lunt, I. (1994). **Iniciação ao desenvolvimento da criança**. São Paulo: Martins Fontes.

Szymanki, H. (1995). Teorias e teorias de famílias. Em M.C.B. Carvalho (org). **A família contemporânea em debate**. (p. 73-88). São Paulo: Cortez.

Trindade, Z.A. (1984). **A realidade de meninos institucionalizados**. Dissertação de Mestrado. IP/USP. São Paulo.

Trindade, J.M.B. (1999). O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História, 19**, (37), 35-58.

Vasconcelos, M.S. (1999). Novas práticas, velhas ideologias. **Jornal do CRP/SP**. p. 8.

Viorst, J. (1986). Perdas necessárias. São Paulo: Melhoramentos.

Weber, L. N. D. & Gagno, A. (1995A). O que sentem as crianças institucionalizadas em relação a seus pais biológicos e ao futuro? Em Sociedade Brasileira de Psicologia (org.), **Resumos de Comunicações Científicas da XVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia** (p. 179). Ribeirão Preto: SBP.

Weber, L. N. D. & Gagno, A. (1995B). Onde estão os vínculos afetivos das crianças institucionalizadas? Em Sociedade Brasileira de Psiquiatria, **Programa do X Congresso latino-americano de psiquiatria da infância e adolescência, X Congresso latino-americano de psiquiatria da infância e adolescência**, (p. 72). Curitiba: Sociedade Brasileira de Psiquiatria.

Weber, L.N.D. & Gomes, A.C. (1993). Autoconceito e expectativas de vida em adolescentes institucionalizados e não institucionalizados. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (org.), **Programa da XXIII Reunião Anual de Psicologia** (p. 205). Ribeirão Preto: SBP.

Weber, L.N.D. & Kossobudzki, L.H.M. (1996). **Filhos da Solidão: institucionalização, abandono e adoção**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná.

Weber, L. N. D., Moreira P., Terra, M., Messias, R. (1999). Por que estou aqui? Crianças que moram em instituições. **Anais do I Congresso Internacional Família e Violência, I Congresso Internacional Família e Violência**, (p. 183). Florianópolis: Núcleo do Congresso Internacional Família e Violência.

Weber, L. N. D., Viezzer, A.P. & Endo, C. (2001). Educação e/ou violência contra a criança? **Resumos do X Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental, X Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental**, (p. 194-195) Campinas: X Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental

Weber, L.N.D. (1997). Brésil: un drame à grande échelle. **Le Journal des Psychologues, 153,** 44-47.

Weber, L.N.D. (1998A). **Laços de Ternura: pesquisas e histórias de adoção.** Curitiba: Editora Santa Mônica.

Weber, L.N.D. (1998B). "Quero que alguém me chame de filho" - Ou do direito à convivência familiar e comunitária. Em S. Couto (Org.), **Nova realidade do direito de família** (p. 103-104). São Paulo: COAD.

Weber, L.N.D. (1999A). Olhando através do espelho: abandono, pobreza, institucionalização e o direito à convivência familiar. **Igualdade**, **7** (23), 08-14.

Weber, L.N.D. (1999B). A ficção e a realidade de crianças institucionalizadas: uma proposta de intervenção. **Texto & Contexto, 2,** 427-430.

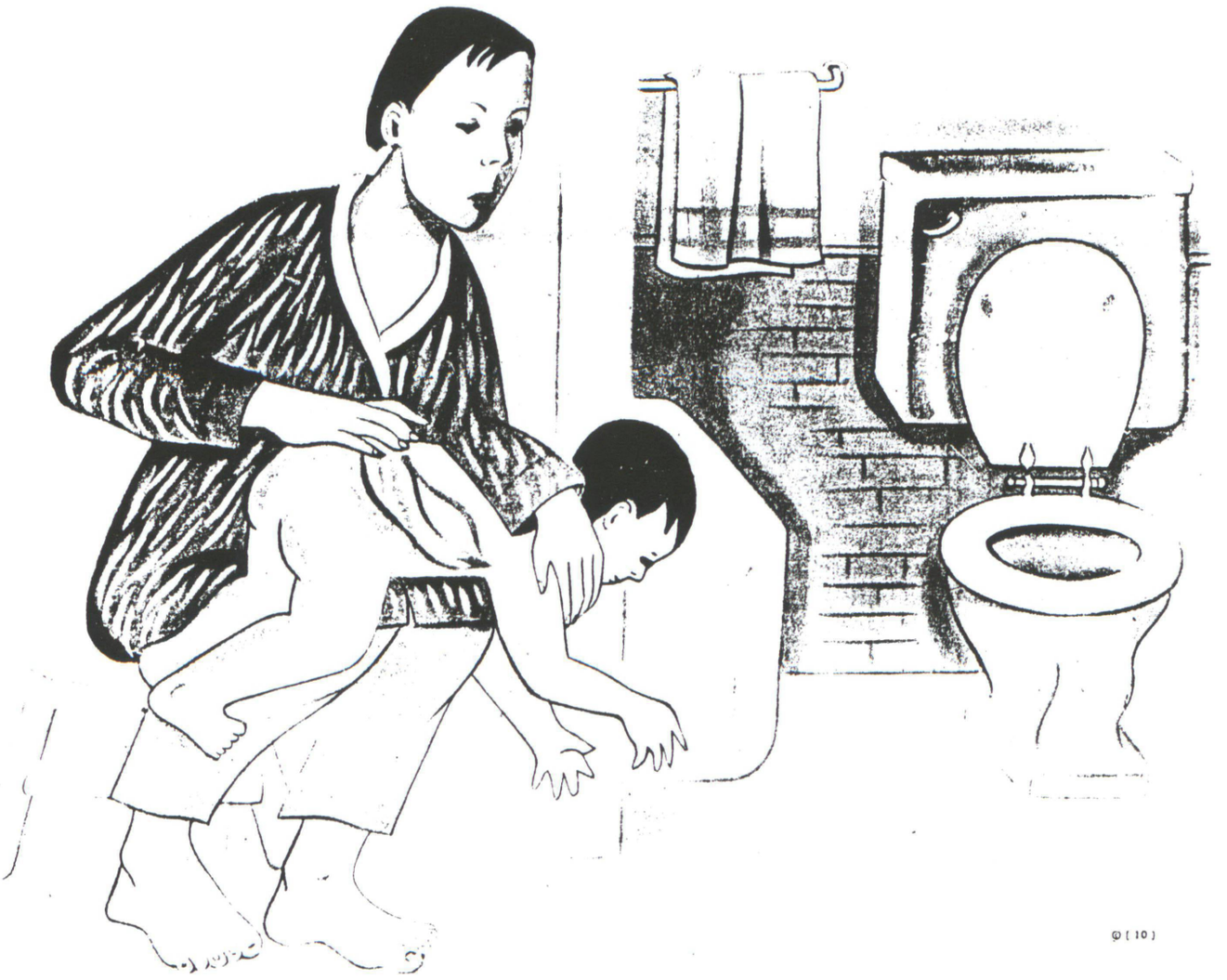
Weber, L.N.D. (2000). Os filhos de ninguém. **Conjuntura Social, 2,** 31 – 36.

Weiszflog, W. (2000). **Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa.** 8º edição. São Paulo: Melhoramentos

Zagury, T. (2000). **Limites sem trauma**. São Paulo: Record.

ANEXOS

ANEXO 1 - Prancha nº 10 do CAT (Teste de Apercepção Temática Infantil)



ANEXO 2 – Autorização

Eu, (nome do responsável pela instituição), (cargo que ocupa e nome da instituição), autorizo as crianças abaixo a participarem da pesquisa "A FAMÍLIA, O ABRIGO E O FUTURO: ANÁLISE DE RELATOS DE CRIANÇAS QUE VIVEM EM INSTITUIÇÕES", de autoria de Cynthia Granja Prada – mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Infância e Adolescência, da Universidade Federal do Paraná. Esta autorização se estende ao uso do gravador para registrar a fala das crianças participantes da pesquisa.

A pesquisadora, desde já, garante que os nomes da instituição e das crianças participantes, não serão citados no relatório de pesquisa.

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.

Pesquisadora	Responsável pela instituição
Cynthia Granja Prada	(nome completo)

ANEXO 3 - Entrevistas de crianças participantes da pesquisa

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 1

Sexo: feminino
Idade: 10 anos
Instituição: CASA LAR

Desenho da Família

E – Quem são estas pessoas que você desenhou?
C – mãe, pai, Jonathan, Junior, Marcos, Manoel e eu.
E – como era a vida de vocês quando moravam todos juntos?
C – era ruim, eles me batiam, uma vez eu tava doente e a minha mãe me mandou doente pra escola e eu tive que voltar no meio da aula. Eu estava andando com o meu pai e ele caiu eu cai junto e eu machuquei a minha coluna, e mesmo assim, com muita dor eu tive que ir para a escola.
E – o que mais?
C – minha mãe brigava comigo, me batia demais. Meu pai também brigava, mas só quando ele bebia, ele já atacou até uma pedra na cabeça do Jonathan. Era ruim viver lá
E – o que mais?
C – a minha mãe tinha um amante, o João ele brigava comigo.
E – sua mãe e seu pai viviam junto?
C – eles viviam, depois separaram, depois voltaram e agora estão separados de novo.
E – e o João?
C – era um inferno, ele ia em casa e ele e minha mãe brigavam muito. Ele ficava andando o tempo todo pela casa, não deixava a gente dormir. Um dia ele bateu a porta com tanta força que o batente da porta caiu na minha cabeça. E eu me machuquei. Ele chegava acordando todo mundo. Ele ia na minha casa bêbado, mesmo quando meu pai morava lá. Eles brigavam. Eu ia cedo pra escola e não conseguia nem dormir, ia pra escola e dormia lá na aula. Depois quando chegava em casa além do dever de casa ainda tinha que fazer o serviço de casa, lavar louça, lavar roupa, passar roupa, varrer o chão, passar cera, não dava nem pra brincar. As vezes eu largava minha mãe em casa e ia pra casa da Alice brincar.
E – e a sua mãe não te ajudava?
C – ela fazia alguma coisa, mas ela não enxerga, e por isso ficava mais difícil.
E – o que mais?
C – quando minha mãe brigava comigo eu ia pra casa da Alice, uma amiga minha que eu sempre brincava com ela, quando minha mãe queria me bater eu fugia pra lá, até dormia lá. Ela tem uma vizinha, que é tia da Alice, que também cuidava de mim.
E – e os seus irmãos?
C – eles eram muito violentos. O Junior bateu minha cabeça na pia, ele era muito violento. O Marcos nem tanto.
E – quem era o mais velho?
C – o Marcos – tem 17 anos. E o Manoel tem 16 anos e o Junior tem 13 anos.
E – o que mais?
C – o Manoel não era tão violento, ele só brigava se eu fizesse alguma coisa, outro dia eu bebi o suco dele e ele me bateu, mas só isso.
E – e o seu pai?
C – ele chegava do trabalho e já passava no bar e já bebia. Ia pra casa e levava a comida, carne, leite, iogurte pra gente, um monte de coisas. Ai ele deitava na cama e pedia o café dele. Eu dava o café pra ele, ai ele me agradava, me fazia carinho, eu

deitava com ele na cama. No domingo ele me acordava e eu sempre ia trabalhar com ele. Mas no domingo ele bebia muito. Geralmente ele saia comigo e com o Jonathan. Um dia ele saiu comigo e com o Jonathan e andou tanto, e já tava tão bêbado, que eu tive que carregar ele, comigo ele nunca caiu. Mas este dia eu tive que trazer ele de volta, pegar ônibus e tudo. A gente já tinha passado a muito tempo da BR perto da casa do João. Minha mãe as vezes mandava eu ir buscar o João não casa dele, e eu ia, eu fazia tudo que a minha mãe mandava. Só um dia eu xinguei ela, porque ela quase que acertou um copo na minha cara.
E – quem te batia mais?
C – meus irmãos. Minha mãe só batia em mim quando eu fazia arte. O mais violento na casa é o Junior, mas é porque ele é revoltado, o Marcos e o Manoel batiam muito nele e ele descontava na gente que era menor. Ai ele ficava muito violento, dava chute, soco, batia a nossa cabeça na pia. Quando minha mãe saia a gente servia de saco de pancada pra ele, igual ele era para os outros. Eu gosto do Junior, um dia o portão caiu em cima de mim, e ai o Junior foi chorando e levantou o portão pra mim, eu só quebrei a perna. Quando eu tinha fome ele comprava salgadinho pra mim, o Manoel também.
E – como eles eram com a sua mãe?
C – o Marcos era violento, ele mexia com maconha, ele chegava de madrugada, fazia bagunça, acordava todo mundo. Ele fumava maconha dentro de casa, e eu acordava e sentia aquele cheiro. Ele fazia de tudo, ele fedia. Eu não suportava mais o cheiro de maconha e cigarro. Sempre que o meu pai ia bater na mãe quando estava bêbado, eles entram no meio, e batem no meu pai, meu pai está cheio de cicatriz. Quando o meu pai e a minha mãe começam a brigar, eu pego o Jonathan e vou pra casa da Alice, lá a gente brinca, assiste TV, brinca de vídeo game, um dia eu até posei lá, porque eles ficaram brigando até de madrugada. No outro dia eu levantei fui pra casa, tava todo mundo dormindo, eu me troquei, peguei a mochila e fui pra escola.
E – o que aconteceu para que você tivesse que vir para cá?
C – na verdade eu não sei, acho que é por causa da casa que é muito suja, ou porque minha mãe batia demais em nós, minha mãe já estava batendo em mim todo dia antes de dormir. Uma vez eu estava dormindo e sonhei com uma coisa horrível e acordei chorando muito, ai eu acho que os vizinhos do lado ouviram e denunciaram, pode ser isso, pensaram que eu tava apanhando.
E – como foi que vocês vieram pra cá?
C – eles, o SOS, foram me buscar na escola, pediram para eu pegar a mochila, e eu já percebi que iam me levar pra algum lugar. Eles me disseram que iam me levar pra passear, mas eu percebi que eu não ia poder voltar pra casa.
C- como vocês se sentiram?
E - O Jonathan chorou bastante, mas eu também chorei, eu gosto da minha família, na hora que eu mais preciso eles estão sempre do meu lado.
E – o que você acha que sua família achou disso?
C – eu acho que eles gostam de mim, mas pra ter mais amor, carinho era só o pai parar de bater em nós, o Marcos largar da maconha e do cigarro e o Manoel e o Junior. Da minha família – meu pai bebe e minha mãe também. Os únicos que não bebem, não fumam, não fazem nada em casa sou eu e o Jonathan. Teve um dia que o Marcos queria roubar um baralho, e ele fez eu pedir água pra mulher, e eu não vi que ele roubou o baralho de lá de dentro, ele me contou em casa eu fiquei triste, porque eu não sabia que ele ia roubar.
E – o que eles sentiram?
C – não sei, sei lá.
E – você tem vontade de voltar pra casa?
C – não. Porque eu não quero ficar piolhenta de novo, ir pra escola suja.
E – você tem saudades das pessoas?

C – eu tenho da Alice, do Dudu, das crianças lá de perto de casa e da escola também.

Prancha do TAT

E - Eu gostaria que você me dissesse o que está acontecendo neste quadrinho aqui. O que você achar está ótimo, não tem certo nem errado.
C – a mulher tá batendo no piazinho.
E – porque será que ela está batendo nele?
C – ele deve ter feito alguma bagunça.
E – este homem é o que desta criança?
C – pai
E – ela está triste ou feliz?
C – está brava
E – e a criança?
C – está sentindo dor
E – porque será que eles estão no banheiro?
C – não sei.
E – você falou que esta criança estava apanhando. Ele sabe porque está apanhando?
C – acho que sim.
E – o que ele acha?
C – às vezes a gente tem que apanhar, levar um tapa quando a gente está fazendo arte, mas sem espancar.

História do "fez errado"

E – vou te contar uma história de uma menina chamada Lila. A Lila mora num lugar como este que você mora, tem uma tia que toma conta das crianças como a tia (nome da tia da mãe social). A Lila foi para escola e fez alguma coisa errada, e foi para a sala da diretora, levou uma bronca e um bilhete para casa. Chegando em casa a Lila entregou o bilhete para a tia e esta ficou brava e colocou a Lila de castigo.
E – o que você acha que a Lila fez de errado na escola?
C – brigou com alguém, pegou a coisa de alguém.
E – o que a tia achou disso quando a Lila chegou em casa?
C – a tia acho que ela não teve responsabilidade.
E – que castigo a tia deu para a Lila?
C – dormir cedo e não assistir novela.
E – e o que você acha que a tia teria feito com você se você tivesse feito o mesmo que a Lila fez?
C – a mesma coisa. E a tia está certa. A mesma coisa que aconteceu comigo, eu cheguei suja da escola, mas muito suja, e a tia perguntou o que tinha acontecido, eu falei que estava plantando e a tia perguntou se eu planto com as costas. A tia não agüenta lavar roupa todo dia, é muita gente, ficar se sujando não é responsabilidade e eu mereço castigo mesmo. Mas agora que eu fiquei boazinha eu já vou assistir.
E – o que seria a melhor coisa a fazer com uma criança que faz alguma coisa errada?
C – deixar de castigo só, sem bater, aqui eu nunca apanhei é muito melhor.
E – o que você acha errado a tia fazer com uma criança?
C –bater.
E – o que você acha certo uma criança fazer?
C – não se sujar, cuidar de você, não gritar.
E – e coisas erradas, que não devem ser feitas?
C – ficar suja.

Perguntas sobre individualidade

E – quando você veio para a Fundação você trouxe alguma coisa que era sua lá da sua casa?
C – minha bolsa, meu livro, minha roupa.
E – você usou esta roupa?
C – não porque era uniforme, e o livro era de outra escola.
E – você tem roupa que é só sua?
C – tenho uma nova que eu ganhei, vou te mostrar (abriu o armário e mostrou), tenho até meinha da barbie.
E – e você tem uma cama que é só sua?
C – tenho.
E – vocês dormem sempre no mesmo horário?
C – depois da Carinha de Anjo (novela)
E – e brincar onde vocês brincam?
C – na sala, as vezes no quarto.
E – você tem brinquedos?
C – tenho, boneca.
E – você brinca com seus brinquedos?
C – brinco, com as meninas também.

O dia de visita

E – Lembra da Lila? Então a Lila morava num lugar como este que você mora. Lá havia um dia que era para receber visitas. A Lila, neste dia, tomou banho, se arrumou e ficou esperando a visita chegar.
E – será que veio alguém visitar a Lila?
C – o pai, ou a mãe ou alguém da família dela.
E – e como ela se sentiu? Ela ficou triste ou feliz?
C – ficou feliz.
E – eles vão sempre visitar a Lila?
C – no sábado e no domingo.
E – ela gosta?
C – gosta.
E – você recebe visita?
C – recebo, minha família.
E – você gosta?
C – não.
E – porque?
C – a gente nem tem tempo pra brincar. O meu irmão me belisca. Do Manoel eu gosto, mas o Junior e o Marcos são muito violento, eles me batem, e eu contei tudo pra tia e eles estão proibidos de vir aqui.
E – o que você acha legal no dia de receber visita.
C – brincar.
E – e o que é ruim?
C – apanhar.
E – você vai visitar alguém?
C – não.
E – você gostaria de visitar alguém?
C – gostaria de visitar a Adriana, a Alice e o Dudu, meus vizinhos. Eu cuidei do Dudu desde quando ele era pequeno.

Atividades extras

E – você faz alguma coisa além de ir à escola?
C – as vezes eu vou pra biblioteca da Fundação, principalmente quando eu tenho lição difícil.
E – você gosta?
C – gosto.
E – você gostaria de fazer mais alguma coisa?
C – eu gosto mesmo de ficar dentro de casa.

Autobiografia

E – se a sua professora pedisse para você escrever num caderno uma história chamada "Quem é você?" "Quem é a (nome)?", o que você escreveria?
C – eu sou a (nome completo), eu tenho nove anos, e moro numa instituição, eu recebo visitas todo sábado, sou alegre e feliz aqui, não pretendo voltar pra casa, pretendo morar aqui, eu sou muito feliz, e se fosse pra eu voltar pra casa, gostaria que fosse diferente, como é aqui uma família, eu nunca fiquei triste aqui. Eu só choro porque as vezes vai passar a parte mais legal da novela e eu tenho que ficar de castigo. Mas eu sou feliz.
E – o que mais?
C – só.

Viagem ao futuro

E – vamos imaginar que chegasse aqui na porta de casa um ônibus mágico, e dentro deste ônibus tivesse uma máquina do tempo, aquelas que a gente entra pequeno e sai mais velho, pula um montão de anos. Imagine que você entrou neste ônibus e quando desceu já estava adulta, já era gente grande.
E – o que você acha que aconteceu com você quando você desceu do ônibus e já era adulta?
C – eu não quero ser grande. Ser grande não ia ser bom pra mim. Criança brinca, tem coisa pra fazer. Ser adulto é chato, não tem coisa pra fazer, só cuidar de filhos, trabalhar.
E – você acha que teriam outras pessoas com você?
C – meu irmão e minha mãe.
E – você acha que você teria uma casa?
C – vou.
E – teria alguém morando com você?
C – o Jonathan e minha mãe. Eu sempre falo pro Jonathan que quem crescer primeiro leva a mãe e eu sei que sou eu, eu vou crescer primeiro. Eu acho que eu vou ser feliz, vou ter uma família, cuidar dos meus filhos.
E – no futuro vai ser melhor, pior ou igual aqui?
C – tomara que seja melhor.
E – porque melhor?
C – não sei.
E – você acha que você iria trabalhar?
C – vou ser professora.
E – o que você acha que vai acontecer com as pessoas da sua família?
C – o Junior não quer nem saber de escola, acho que vai trabalhar de lixeiro. O Manoel acho que vai ser um leitor, ele adora ler, ele até me pede livro emprestado. O Marcos também não quer saber de nada. Ah! Eu tenho uma irmã, mais velha, só é filha da

minha mãe, eu nunca vi ela, ela é filha de outro pai. Ela vai morrer, já ta quase morrendo, por causa do cigarro e da maconha.

Foguete

E – vamos pensar em todas as pessoas que você conhece. Daqui da Fundação, da escola, da sua família, de todos os lugares. Agora imagine que você vai morar num outro planeta, e irá para lá de foguete.
E – a) Você pode levar algumas pessoas com você, afinal não deve ser legal morar em um planeta sozinho, não é? Só que não cabem todas as pessoas que você conhece neste foguete, e então você deverá escolher algumas pessoas para ir com você. Estas pessoas deveriam ser aquelas que você gosta mais, que gosta de estar junto e que sentiria saudades se ficassem aqui. Quem você levaria?
C – Alice, Dudu, Lindomar, Adriana, Tauane (vizinhos da casa onde morava com a família), a Tia (mãe social), mãe, Manoel, Marcos, Junior e o Jonathan e a tia Polyana (estagiária de serviço social da fundação)
E – b) imagine que o foguete ficou um pouco maior e você poderia levar mais algumas pessoas.
C – o padrinho e a madrinha do Jonathan e a minha vó.
E – c) imagine que este planeta é novo, e que de repente você terá que fazer algumas coisas lá que você ainda não sabe, não aprendeu. Quem você levaria para te ajudar ou te ensinar o que você não sabe?
C – o Augusto é namorado da Adriana, e o Marcos meu irmão que sabe fazer bastante coisa de construir, acho que o pai também.
E – d) agora vamos imaginar que o foguete ficou enorme, cabem todas as pessoas que você conhece. Só que existem algumas pessoas que você não gosta muito, pessoas que te chateiam, que te incomodam, que te deixam tristes e que você não gostaria de levar com você. Quem você não levaria?
C – umas crianças da escola que ficam ponto apelido (filha do Marquito).

DADOS DA INSTITUIÇÃO

DATA DE ABRIGAMENTO: 20/04/2001.
CAUSA: Negligência + alcoolismo genitores + violência
PROCEDÊNCIA: Conselho Tutelar
HISTÓRICO:
Pais alcoolistas. Mãe não enxerga. Marido e amante conviviam no mesmo espaço. Vários filhos, somente os dois mais novos estão abrigados. Os mais velhos com histórico de drogadição e roubo. Crianças sofriam maus tratos dos pais e irmãos mais velhos.
VISITAS: Visitas periódicas da mãe, pai e irmãos.
MÃES SOCIAIS: somente a atual.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 2

Sexo: masculino
Idade: 9 anos
Instituição: CASA LAR

Desenho da Família

E – Quem são estas pessoas que você desenhou?
C – eu, meu pai, minha mãe e minha irmã.
E – como era a vida de vocês quando moravam todos juntos?
C – ruim
E – porque?
C – porque a gente pedia, eu e meu pai.
E – como vocês pediam?
C – de casa em casa.
E – e a sua mãe e sua irmã?
C – ficavam em casa
E – quantos anos você tem?
C – 5 anos
E – como era a vida de vocês?
C – algumas vezes tinha briga
E – quem brigava?
C – meu pai e minha mãe.
E - e com você e sua irmã, eles brigavam?
C – não.
E – e o que vocês faziam para comer?
C – tinha pouca comida.
E – o que aconteceu para que você tivesse que vir para cá?
C – minha mãe ficou bebendo
E – e o seu pai, também bebia?
C – também.
E – vocês iam juntos, ou não?
C – a gente ficava em casa.
E – a sua irmã veio junto com você?
C – não eu vim para cá e minha irmã foi para o hospital, ela estava doente.
E – o que você sentiu quando disseram que iam levar você?
C – ruim, fiquei triste.
E – e sua mãe e seu pai?
C – bem.
E – como você veio?
C – com o conselho tutelar
E – sua mãe estava em casa?
C – não eu estava sozinho.
E – eles vieram (sua mãe e seu pai) ver você?
C – vieram.
E – você tem vontade de voltar para casa?
C – tenho.
E – porque?
C – para eu poder trabalhar e não ficar pedindo.

Prancha do TAT

E - Eu gostaria que você me dissesse o que está acontecendo neste quadrinho aqui. O que você achar está ótimo, não tem certo nem errado.
C – o menininho está apanhando
E – quem está batendo?
C – a mãe dele
E – porque será que esta criança está apanhando?
C – porque a mãe bebeu.
E – ele sabe porque está apanhando.
C – não.
E – ele está triste ou feliz?
C – triste.
E – e a mãe?
C – não.
E – porque será que eles estão no banheiro?
C – não sei.

História do "fez errado"

E – vou te contar uma história de um menino chamado Pedro. O Pedro mora num lugar como este que você mora, tem uma tia que toma conta das crianças como a tia (nome da tia da mãe social). O Pedro foi para escola e fez alguma coisa errada, e foi para a sala da diretora, levou uma bronca e um bilhete para casa. Chegando em casa o Pedro entregou o bilhete para a tia e esta ficou brava e colocou o Pedro de castigo.
E – o que você acha que o Pedro fez de errado na escola?
C – brigou
E – porque será ele brigou?
C – porque os piá provocaram.
E – o que falaram para ele?
C – que ele não podia jogar futebol.
E – o que a tia achou disso quando o Pedro chegou em casa?
C – ruim.
E – o que a tia fez?
C – deixou ele de castigo.
E – que castigo a tia deu para o Pedro?
C – ficar sem novela.
E – e o que você acha que a tia teria feito com você se você tivesse feito o mesmo que a Lila fez?
C – deixar sem assistir novela.
E – você acha certo ou errado?
C – certo porque se a gente faz alguma coisa de errado tem que pagar pelas conseqüências.
E – o que seria a melhor coisa a fazer com uma criança que faz alguma coisa errada?
C – deixar de castigo.
E – o que você acha certo uma criança fazer?
C – brincar, estudar.
E – e coisas erradas, que não devem ser feitas?
C – brigar, xingar, apanhar.

Perguntas sobre individualidade

E – quando você veio para a Fundação você trouxe alguma coisa que era sua lá da sua casa?
C – só a roupa que eu estava vestindo.
E – você usou esta roupa?
C – usei.
E – você tem roupa que é só sua?
C – não.
E – e você tem uma cama que é só sua?
C – tenho.
E – vocês dormem sempre no mesmo horário?
C – sempre no mesmo horário.
E – e brincar onde vocês brincam?
C – na sala ou no quintal.
E – você tem brinquedos?
C – tenho.
E – você brinca com seus brinquedos?
C – brinco.

O dia de visita

E – Lembra do Pedro? Então o Pedro morava num lugar como este que você mora. Lá havia um dia que era para receber visitas. O Pedro, neste dia, tomou banho, se arrumou e ficou esperando a visita chegar.
E – será que veio alguém visitar o Pedro?
C – não.
E – porque?
C – porque ele era bagunceiro.
E – mas ele já tinha ficado bonzinho. . .
E – de vez em quando alguem visita o Pedro?
C – visita
E – quem?
C – o pai e a mãe dele.
E – e como ele se sentiu? Ele ficou triste ou feliz?
C – ficou feliz
E – você recebe visita?
C – a Miriam e o Julio
E – quem são estes?
C – eles visitam a gente e dão presente.
E – para todo mundo ou só para vocês?
C – para todo mundo.
E – o que você acha legal no dia de receber visita.
C – ganhar presente
E – e o que é ruim?
C – não ganhar presente.
E – e a sua mãe e seu pai, vem visitar você?
C – vem de vez em quando, mas faz tempo que eles não vem.
E – você vai visitar alguém?
C – não.
E – você gostaria de visitar alguém?
C – gostaria

E – quem?
C – meus irmãos.
E – onde eles estão?
C – dois no berçário e um é pequeno e eu não conheço.

Atividades extras

E – você faz alguma coisa além de ir à escola?
C – lição. Vou para a biblioteca e assisto palestra. E teatro também.
E – você gosta?
C – gosto.
E – você gostaria de fazer mais alguma coisa?
C – futebol.
E – você já disse para alguém que você gostaria de fazer futebol?
C – já, p/ a tia (assistente social) e ela disse que agora não dá.

Autobiografia

E – se a sua professora pedisse para você escrever num caderno uma história chamada "Quem é você?" "Quem é o (nome)?", o que você escreveria?
C – que eu vou para a escola, estudo muito, brinco, faço lição de casa e assisto palestra.
E – o que mais?
C – só

Viagem ao futuro

E – vamos imaginar que chegasse aqui na porta de casa um ônibus mágico, e dentro deste ônibus tivesse uma máquina do tempo, aquelas que a gente entra pequeno e sai mais velho, pula um montão de anos. Imagine que você entrou neste ônibus e quando desceu já estava adulto já era gente grande.
E – o que você acha que aconteceu com você quando você desceu do ônibus e já era adulto
C – ia trabalhar.
E – você acha que teriam outras pessoas com você?
C – minha irmã e as crianças daqui.
E – eles iam ser grandes ou crianças ainda?
C – grandes.
E – eles iam morar com você?
C – não.
E – você acha que você teria uma casa?
C – ia
E – teria alguém morando com você?
C – uma namorada.
E – você ia ter filhos?
C – ia.
E – é bom ter filhos.
C – não. Dá trabalho, chora, tem que trocar fraldas.
E – lá no futuro seria melhor, pior ou igual é hoje?
C – melhor.
E – porque?
C – porque a gente já ia poder fazer coisas que a gente queria.
E – você acha que você iria trabalhar?

C – médico.
E – porque?
C – para cuidar das pessoas doentes.
E – o que precisa fazer para ser médico?
C – estudar muito.

Foguete

E – vamos pensar em todas as pessoas que você conhece. Daqui da Fundação, da escola, da sua família, de todos os lugares. Agora imagine que você vai morar num outro planeta, e irá para lá de foguete.
E – a) Você pode levar algumas pessoas com você, afinal não deve ser legal morar em um planeta sozinho, não é? Só que não cabem todas as pessoas que você conhece neste foguete, e então você deverá escolher algumas pessoas para ir com você. Estas pessoas deveriam ser aquelas que você gosta mais, que gosta de estar junto e que sentiria saudades se ficassem aqui. Quem você levaria?
C – meu pai, minha mãe, meus irmãos, tia (mãe social) e o tio (pai social), o Flávio e a Ana (filhos do casal).
E – b) imagine que o foguete ficou um pouco maior e você poderia levar mais algumas pessoas.
C – minha tia Eliana, irmã da minha mãe. A tia (secretária), e a tia (As. Social) e você.
E – c) imagine que este planeta é novo, e que de repente você terá que fazer algumas coisas lá que você ainda não sabe, não aprendeu. Quem você levaria para te ajudar ou te ensinar o que você não sabe?
C – tia (as. Social) e a tia (mãe social).
E – d) agora vamos imaginar que o foguete ficou enorme, cabem todas as pessoas que você conhece. Só que existem algumas pessoas que você não gosta muito, pessoas que te chateiam, que te incomodam, que te deixam tristes e que você não gostaria de levar com você. Quem você não levaria?
C – Crislaine, Luciana, Jonas, Jonathan, Viviane e o Sergio (crianças da mesma casa)
E – porque?
C – eles me atrapalham, eles gritam muito.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

DATA DE ABRIGAMENTO: 11/02/1998.
CAUSA: Abandono e Negligência.
PROCEDÊNCIA: Conselho Tutelar .
HISTÓRICO:
Mãe com comprometimento mental, alcoolismo e drogadição, está abrigada numa instituição para mulheres. Tem mais quatro irmãos. Uma menina de sete anos abrigada na Fundação e 3 bebês – um casal de gêmeos e outra menina – abrigados no berçário municipal.
VISITAS:
Recebeu visita da mãe até novembro de 2000. Vinha para visitar as crianças muito alcoolizada. Deixou de vir por pedido das crianças e devido a internações psiquiátricas. Em depoimento no processo de destituição do pátrio poder disse ao juiz que cada filho que lhe tirassem ela teria outro.
MÃES SOCIAIS: duas com a atual.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 3

Sexo: masculino
Idade: 12 anos
Instituição: **ABRIGO.**

Desenho da Família

E – Quem são estas pessoas que você desenhou?
C – minha mãe, meu pai e meus irmãos (são 5 irmãos). Juliano o mais velho.
E – onde estão os seus irmãos?
C – estão com outras pessoas conhecidas, só minha irmã menor que está com a minha mãe.
E – como era a vida de vocês quando moravam todos juntos?
C – era ruim, a gente tinha que catar papel.
E – quem pegava papel?
C – eu e minha mãe. Meu pai se separou da minha mãe.
E – como vocês se davam?
C – bem. Às vezes tinha discussão.
E – o que aconteceu para que você tivesse que vir para cá?
C – minha mãe abandonou a gente, minha madrinha ficou com dó da gente e deixou a gente dormir na casa dela três dias, depois eu vim pra cá. A minha madrinha não teve condições de cuidar da gente.
E – sua mãe está morando a onde?
C – no mesmo lugar, e continua bebendo.
E – como você veio da casa da sua madrinha?
C – o conselho que foi me buscar.
E – eles te explicaram para onde você ia e o que estava acontecendo?
C – eles me levaram pra um e não tinha vaga e ai me trouxeram pra cá. Falaram que eu ia ter que ficar aqui por um tempo.
E – o que você sentiu quando disseram que iam levar você?
C – no começo fiquei triste depois fiquei contente, gostei daqui.
E – aqui é melhor ou pior a sua casa?
C – melhor, eles tratam a gente bem, dão comida boa, tem roupa e cama pra dormir.
E – você tem vontade de voltar para casa?
C – não.
E – o que você acha que sua mãe sentiu quando vocês tiveram que sair de casa?
C – não sentiu nada.

Prancha do TAT

E - Eu gostaria que você me dissesse o que está acontecendo neste quadrinho aqui. O que você achar está ótimo, não tem certo nem errado.
C – não dá pra entender, não sei o que está acontecendo.
E – o que estas pessoas estão fazendo?
C – não sei não quero falar.

História do "fez errado"

E – vou te contar uma história de um menino chamado Pedro. O Pedro mora num lugar como este que você mora, tem uma tia que toma conta das crianças como a tia (nome da tia da mãe social). O Pedro foi para escola e fez alguma coisa errada, e foi para a sala da

diretora, levou uma bronca e um bilhete para casa. Chegando em casa o Pedro entregou o bilhete para a tia e esta ficou brava e colocou o Pedro de castigo.
E – o que você acha que o Pedro fez de errado na escola?
C – aprontou.
E – o que ele aprontou?
C – brigou com um menino que mexeu com ele.
E – o que a tia achou disso quando o Pedro chegou em casa?
C – botou ele de castigo.
E – que castigo?
C – ficou trancado no banheiro.
E – e o que você acha que a tia teria feito com você se você tivesse feito o mesmo que o Pedro fez?
C – a mesma coisa.
E – você já ficou de castigo alguma vez?
C – não, nunca vi aqui.
E - o que mais um adulto faz com uma criança quando faz coisa errada?
C – a mãe e o pai dão uma surra.
E – o que seria a melhor coisa a fazer com uma criança que faz alguma coisa errada?
C – falar para não fazer mais isso.
E – o que você acha errado a tia fazer com uma criança?
C – bater muito.
E – o que você acha certo uma criança fazer?
C – ajudar a mãe, fazer lição.
E – e coisas erradas, que não devem ser feitas?
C – brigar, mexer nas coisas sem pedir.

Perguntas sobre individualidade

E – quando você veio para o Lar você trouxe alguma coisa que era sua lá da sua casa?
C – não.
E – você tem roupa que é só sua?
C – não, todos usam.
E – e você tem uma cama que é só sua?
C – tenho.
E – vocês dormem sempre no mesmo horário?
C – depois de jantar.
E – e brincar onde vocês brincam?
C – no campo.
E – você tem brinquedos?
C – não.

O dia de visita

E – Lembra do Pedro? Então o Pedro morava num lugar como este que você mora. Lá havia um dia que era para receber visita. O Pedro, neste dia, tomou banho, se arrumou e ficou esperando a visita chegar.
E – será que veio alguém visitar o Pedro?
C – veio.
E – quem veio visitar o Pedro?
C – o irmão maior.
E – e como ela se sentiu? Ela ficou triste ou feliz?
C – feliz.

E – ele vai sempre visitar o Pedro?
C – sempre
E – o que você acha legal no dia de receber visita.
C – não sei.
E – e o que é ruim?
C – quando a gente fica com vergonha, chega as pessoas e a gente fica com vergonha de conversar.
E – você recebe visita?
C – não.
E – nunca recebeu?
C – só de uma mulher que não é da minha família. Ela veio me buscar pra passar o fim de semana na casa dela.
E – você gostou?
C – gostei, eu brinquei, comi.
E – lá é diferente daqui?
C – é mais aqui tem mais gente, é melhor pra brincar, mas lá também é bom.
E – você vai visitar alguém?
C – só as pessoas que vem me visitar. Eu não gosto muito de sair.

Atividades extras

E – você faz alguma coisa além de ir à escola?
C – não.
E – você gostaria de fazer mais alguma coisa?
C – não sei, acho que nada.

Autobiografia

E – se a sua professora pedisse para você escrever num caderno uma história chamada "Quem é você?" "Quem é o (nome)?", o que você escreveria?
C – é meio difícil falar disso.
E – não quer tentar?
C – não sei mesmo.

Viagem ao futuro

E – vamos imaginar que chegasse aqui na porta de casa um ônibus mágico, e dentro deste ônibus tivesse uma máquina do tempo, aquelas que a gente entra pequeno e sai mais velho, pula um montão de anos. Imagine que você entrou neste ônibus e quando desceu já estava adulto, já era gente grande.
E – o que você acha que aconteceu com você quando você desceu do ônibus e já era adulto?
C – ia lembrar de quando eu era pequeno.
E – porque?
C – porque é bom ser criança.
E – como você ia ficar?
C – um cara formado e trabalhador.
E – ia trabalhar de que?
C – de militar na guerra.
E – você conhece alguém?
C – não mais eu vejo na televisão, acho legal os homens ficar atirando nos outros.
E – lá no futuro seria melhor, pior ou igual é hoje?

C – melhor.
E – porque?
C – é mais legal, a gente pode trabalhar.
E – você acha que você teria uma casa?
C – vou
E – teria alguém morando com você?
C – minha mulher e meus filhos. Assim, a gente não fica sozinho.

Foguete

E – vamos pensar em todas as pessoas que você conhece. Daqui do Lar, da escola, da sua família, de todos os lugares. Agora imagine que você vai morar num outro planeta, e irá para lá de foguete.
E – a) Você pode levar algumas pessoas com você, afinal não deve ser legal morar em um planeta sozinho, não é? Só que não cabem todas as pessoas que você conhece neste foguete, e então você deverá escolher algumas pessoas para ir com você. Estas pessoas deveriam ser aquelas que você gosta mais, que gosta de estar junto e que sentiria saudades se ficassem aqui. Quem você levaria?
C – minha amiga Juliana, mora onde eu morava.
E – b) imagine que o foguete ficou um pouco maior e você poderia levar mais algumas pessoas.
C – o Afonso e o Jeffinho (meninos do Lar).
E – c) imagine que este planeta é novo, e que de repente você terá que fazer algumas coisas lá que você ainda não sabe, não aprendeu. Quem você levaria para te ajudar ou te ensinar o que você não sabe?
C – meu tio irmão da minha mãe.
E – d) agora vamos imaginar que o foguete ficou enorme, cabem todas as pessoas que você conhece. Só que existem algumas pessoas que você não gosta muito, pessoas que te chateiam, que te incomodam, que te deixam tristes e que você não gostaria de levar com você. Quem você não levaria?
C – não sei.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

DATA DE ABRIGAMENTO: 01/09/2001.
CAUSA: Abandono.
HISTÓRICO: Não tem vínculo familiar, foi abandonado na rua, e resgatado.
VISITAS: Nenhuma.
MONITORES: dois com o atual.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 4

Sexo: masculino
Idade: 9 anos
Instituição: **ABRIGO.**

Desenho da Família

E – Quem são estas pessoas que você desenhou?
C – minha mãe, meu pai, eu, meus irmãos e minha irmãs (Eliana e Luciana).
E – onde suas irmãs moram?
C – aqui em Curitiba, uma está quase casando e a outra tem 15 anos.
E – você me disse que morava em Rondônia, como era a vida de vocês quando moravam todos juntos, como vocês vieram pra cá?
C – a vida era boa. Nós viemos pra cá porque meu pai matou a minha mãe.
E – porque isso aconteceu?
C – não sei.
E – como era a vida do seu pai e da sua mãe?
C – eles brigavam as vezes, meu pai trabalhava não lembro de que, e minha mãe ficavam em casa.
E – quem veio pra Curitiba?
C – eu e meus irmãos. Meu pai foi preso.
E – o que aconteceu com o seu pai e sua mãe?
C – eles brigaram, minha mãe falou um negócio que ele não gostou, bateu nela, ela caiu e ele pegou uma faca e matou ela.
E – você viu?
C – todo mundo viu.
E – como vocês vieram pra cá?
C – minha tia, irmã da minha mãe, foi buscar a gente.
E – como era a vida de vocês na casa da sua tia?
C – era boa.
E – o que aconteceu para que você tivesse que vir para cá?
C – não sei.
E – quem trouxe você pra cá?
C – minha tia.
E – o que ela disse?
C – não falou nada, só falou que a gente tinha que ficar aqui.
E – o que você sentiu quando disseram que iam levar você?
C – no começo fiquei feliz, agora não gosto mais.
E – porque?
C – tem muita briga, as pessoas batem, os grandes e o monitor.
E – você tem vontade de voltar para casa?
C – tenho.
E – porque?
C – na minha tia era bom.

Prancha do TAT

E - Eu gostaria que você me dissesse o que está acontecendo neste quadrinho aqui. O que você achar está ótimo, não tem certo nem errado.
C – a mulher vai bater nele.
E – porque será que esta criança está apanhando?

C – ele fez arte.
E – o que a mulher é dele?
C – mãe.
E – ele está triste ou feliz?
C – está com raiva, porque está apanhando.
E – e a mãe?
C – nem sei.
E – porque será que eles estão no banheiro?
C – também não sei.
E – você falou que esta criança estava apanhando. Ele sabe porque está apanhando?
C – acho que sabe.

História do "fez errado"

E – vou te contar uma história de um menino chamado Pedro. O Pedro mora num lugar como este que você mora, tem uma tia que toma conta das crianças como a tia (nome da tia da mãe social). O Pedro foi para escola e fez alguma coisa errada, e foi para a sala da diretora, levou uma bronca e um bilhete para casa. Chegando em casa o Pedro entregou o bilhete para a tia e esta ficou brava e colocou o Pedro de castigo.
E – o que você acha que o Pedro fez de errado na escola?
C – bagunçou.
E – o que a tia achou disso quando o Pedro chegou em casa?
C – não sei.
E – o que ela fez com o Pedro?
C – bateu nele.
E – e o que você acha que a tia teria feito com você se você tivesse feito o mesmo que o Pedro fez?
C – ia apanhar.
E – de quem?
C – do monitor.
E – você já ficou de castigo alguma vez?
C – já fiquei no banheiro trancado.
E – o que seria a melhor coisa a fazer com uma criança que faz alguma coisa errada?
C – não sei.
E – o que você acha errado a tia fazer com uma criança?
C – não sei.
E – o que você acha certo uma criança fazer?
C – brincar.
E – e coisas erradas, que não devem ser feitas?
C – bagunçar.

Perguntas sobre individualidade

E – quando você veio para o Lar você trouxe alguma coisa que era sua lá da sua casa?
C – nada.
E – você tem roupa que é só sua?
C – todo mundo da minha idade usa todas as roupas que tem pra gente.
E – e você tem uma cama que é só sua?
C – tenho.
E – vocês dormem sempre no mesmo horário?
C – depois de jantar.
E – e brincar onde vocês brincam?

C – no campo.
E – você tem brinquedos?
C – não.

O dia de visita

E – Lembra do Pedro? Então o Pedro morava num lugar como este que você mora. Lá havia um dia que era para receber visita. O Pedro, neste dia, tomou banho, se arrumou e ficou esperando a visita chegar.
E – será que veio alguém visitar o Pedro?
C – acho que não.
E – e como ela se sentiu? Ela ficou triste ou feliz?
C – ficou triste.
E – o que você acha legal no dia de receber visita.
C – ganhar coisa.
E – e o que é ruim?
C – não ganhar nada.
E – você recebe visita?
C – meu irmão, minha tia, meu tio, minha irmãs.
E – eles vêem sempre?
C – às vezes, quando podem.
E – você vai visitar alguém?
C – minha irmã.
E – ela mora sozinha?
C – mora com o namorado dela, eu já fiquei quatro dias lá.
E – foi bom?
C – muito bom.

Atividades extras

E – você faz alguma coisa além de ir à escola?
C – não.
E – você gostaria de fazer mais alguma coisa?
C – não sei.

Autobiografia

E – se a sua professora pedisse para você escrever num caderno uma história chamada "Quem é você?" "Quem é o (nome)?", o que você escreveria?
C – não sei. Não sei mesmo.

Viagem ao futuro

E – vamos imaginar que chegasse aqui na porta de casa um ônibus mágico, e dentro deste ônibus tivesse uma máquina do tempo, aquelas que a gente entra pequeno e sai mais velho, pula um montão de anos. Imagine que você entrou neste ônibus e quando desceu já estava adulto, já era gente grande.
E – o que você acha que aconteceu com você quando você desceu do ônibus e já era adulto?
C – não sei.
E – você acha que teriam outras pessoas com você?
C – não.

E – lá no futuro seria melhor, pior ou igual é hoje?
C – melhor.
E – porque?
C – porque eu vou ser grande. E vou trabalhar.
E – trabalhar de que?
C – de médico.
E – você conhece alguém que é medico?
C – minha tia.
E – você acha que você teria uma casa?
C – ia.
E – teria alguém morando com você?
C – minha namorada e depois meus filhos.
E – porque você quer ter filhos?
C – porque é legal, ficar todo mundo junto.

Foguete

E – vamos pensar em todas as pessoas que você conhece. Daqui do Lar, da escola, da sua família, de todos os lugares. Agora imagine que você vai morar num outro planeta, e irá para lá de foguete.
E – a) Você pode levar algumas pessoas com você, afinal não deve ser legal morar em um planeta sozinho, não é? Só que não cabem todas as pessoas que você conhece neste foguete, e então você deverá escolher algumas pessoas para ir com você. Estas pessoas deveriam ser aquelas que você gosta mais, que gosta de estar junto e que sentiria saudades se ficassem aqui. Quem você levaria?
C – as minhas duas irmãs, meus irmãos.
E – b) imagine que o foguete ficou um pouco maior e você poderia levar mais algumas pessoas.
C – meus amigos da escola.
E – c) imagine que este planeta é novo, e que de repente você terá que fazer algumas coisas lá que você ainda não sabe, não aprendeu. Quem você levaria para te ajudar ou te ensinar o que você não sabe?
C – minhas irmãs e meus irmãos.
E – d) agora vamos imaginar que o foguete ficou enorme, cabem todas as pessoas que você conhece. Só que existem algumas pessoas que você não gosta muito, pessoas que te chateiam, que te incomodam, que te deixam tristes e que você não gostaria de levar com você. Quem você não levaria?
C – ninguém.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

DATA DE ABRIGAMENTO: 10/10/2000.
CAUSA: Abandono.
HISTÓRICO:
Pai matou a mãe e está foragido. Mantém vínculo com as irmãs e uma tia.
VISITAS: Visita de uma tia que vem poucas vezes vê-lo.
MONITORES: dois com o atual.